

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**VISIBILIDADE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DAS
REVISTAS SEMANAIS SOBRE A CANDIDATURA DE HELOÍSA HELENA NAS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006**

NATHALIA AUGUSTA GONÇALVES

**SÃO CARLOS
2010**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**GÊNERO, MÍDIA E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DAS
REVISTAS SEMANAIS SOBRE A CANDIDATURA DE HELOÍSA HELENA NAS
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006**

NATHALIA AUGUSTA GONÇALVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

**ORIENTADOR:
PROF. DR. FERNANDO ANTÔNIO AZEVEDO**

**SÃO CARLOS
2010**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G635ve

Gonçalves, Nathalia Augusta.

Visibilidade eleitoral : uma análise do enquadramento das revistas semanais sobre a candidatura de Heloísa Helena nas eleições presidenciais de 2006 / Nathalia Augusta Gonçalves. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
135 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Eleições. 2. Mídia. 3. Gênero. 4. Política. I. Título.

CDD: 324 (20ª)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Nathalia Augusta Gonçalves

04/03/2010

Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira
Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 04/03/2010.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira

Homologado na CPG-PPGPOL na
13^a. Reunião no dia 31/03/2010

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

*Às mulheres da minha vida: Talita, Ana Paula,
Cândida, Gabriela e Julia. Amo vocês.*

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido durante a realização do mestrado.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Antônio Azevedo, por ter me concedido a oportunidade de desenvolver este trabalho e por confiar em minha proposta.

À Prof^ª. Dr^ª. Vera Alves Cepêda, pelas observações e sugestões feitas durante o meu exame de qualificação e pelas palavras de incentivo.

À Prof^ª. Dr^ª. Eleonora Menicucci de Oliveira por me honrar com a sua presença ao aceitar fazer parte da minha banca de defesa.

Às secretárias Cláudia e Kelly e à ex-secretária, Nara, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, por todo o apoio e paciência.

Ao Dr. Márcio e à Dr^ª. Marjorie, pelo cuidado e amizade.

À minha mãe Talita, minhas irmãs Ana Paula e Cândida e minha tia Keila, pelo amor, carinho, conforto, estrutura e atenção que me proporcionaram, os quais foram fundamentais para que eu conseguisse seguir em frente, mesmo que lentamente.

Ao meu pai, José Carlos (*in memorian*), que apesar de não estar mais presente conosco, sempre me apoiou com muito amor em minhas decisões e iniciativas e por isso eu tenho a certeza de que estaria muito feliz com mais essa etapa concluída em minha vida.

Aos amigos e amigas que estiveram presentes (não apenas fisicamente) e que me ajudaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho: Oswaldo, Sheila, Aline, Diego, Juliana, Carol, Damila, Ana Amália, Denis, Kátia, Daniel e Rubinho. Muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho visa colocar em voga a discussão sobre a forma como as mulheres candidatas a cargos políticos são representadas na mídia. Desse modo, pretendemos realizar um estudo que faça uma intersecção entre três temas: gênero, mídia e política. A literatura atual vêm demonstrado que as mulheres candidatas a cargos políticos têm sido sub-representadas na imprensa. Parte-se do pressuposto de que a mídia possui grande importância na formação de capital político daqueles que desejam estruturar sua carreira de modo a chegar ao cargo mais alto, isto é, a Presidência da República. Dessa forma, torna-se imprescindível analisar a forma como a imagem dos (as) candidatos (as) são frequentemente veiculadas e o faremos, aqui, particularmente, pelo recorte de gênero, analisando o enquadramento empreendido pelas principais revistas semanais informativas brasileiras sobre a candidatura de Heloísa Helena, nas eleições presidenciais de 2006.

Palavras-chave: mídia; política; eleições; gênero.

ABSTRACT

The present study aims to discuss how women who are candidates for political office are represented in the media. In this way, we intend to perform a study that makes an intersection between three topics: gender, media and politics. The current literature has demonstrated that women who are candidate to political office have been under represented in the media. It is presupposed that the media has a great importance for the formation of political capital of those who desire to organize their carriers to reach the highest political office, that is, the Presidency. Therefore, it becomes indispensable to analyze how the candidates' image is frequently presented in the media. In the present study, this will be done by focusing on the gender and analyzing the framework undertaken by the main Brazilian weekly news magazines on the candidacy of Heloisa Helena in the presidential elections in 2006.

Keywords: media; politics; elections; gender.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1. Total de trabalhos encontrados sobre cada eleição	21
Tabela 2. Mulheres eleitas no Congresso Nacional Brasileiro (1978-2006).....	28
Tabela 3. Poder Executivo no Brasil- Governos Federal, Estadual, Municipal e Capitais....	28
Tabela 4. Circulação de revistas semanais informativas (RSI) - 2006.....	84
Tabela 5. Ranking dos principais assuntos abordados pelas RSI entre os meses de julho e setembro de 2006.	90
Gráfico 1. Visibilidade dos candidatos nas revistas semanais durante o 1º turno das eleições presidenciais.	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CAPÍTULO I	11
1.1. MÍDIA E POLÍTICA	11
1.2. MÍDIA E ELEIÇÕES NO BRASIL	15
2. CAPÍTULO II	29
2.1. GÊNERO, FEMINISMO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO	29
2.2. FEMINISMO: TEORIA E PRÁTICA	31
2.3. UMA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA	36
2.4. FEMINISMO NO BRASIL	46
2.5. CONSIDERAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A VIOLÊNCIA	51
2.6. POLITICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: COTAS NO PARLAMENTO	57
2.7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO DE GRUPOS: PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS	61
2.8. MARION YOUNG E A PLURALIDADE DE PERSPECTIVAS SOCIAIS	62
2.9. O DEBATE EM TORNO DO RECONHECIMENTO E DA REDISTRIBUIÇÃO: NANCY FRASER E AXEL HONNETH	68
2.10. MÍDIA E CAPITAL POLÍTICO: A VISIBILIDADE QUE GERA VOTOS	77
3. CAPÍTULO III	82
3.1. O MÉTODO DE ANÁLISE	82
3.2. <i>CORPUS</i> : AS REVISTAS ANALISADAS	84
3.3. HELOISA HELENA- BREVE APRESENTAÇÃO	85
3.4. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006: SOB O SIGNO DO ESCÂNDALO	89
3.5. REVISTA VEJA	93
3.6. REVISTA ÉPOCA	95
3.7. REVISTA ISTOÉ	104
3.8. REVISTA CARTA CAPITAL	107
3.9. ANÁLISE GERAL COMPARADA: REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA PRESENÇA FEMININA NA CORRIDA PRESIDENCIAL NAS RSI	111
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
5. BIBLIOGRAFIA	119

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como propósito fazer uma reflexão sobre a importância da representação das mulheres candidatas a cargos políticos do Executivo na mídia impressa. Isso porque, a mídia é uma fonte de grande importância na formação de capital político dos (as) candidatos (as), “uma vez que a ausência de visibilidade nos meios de comunicação parece ser um empecilho sério para quem almeja cargos eletivos mais importantes do poder executivo” (BIROLI *et al.* 2008, 3).

Embora os estudos que relacionem esses três temas, mídia, política e gênero, sejam ainda incipientes, a literatura atual (Biroli e Coutinho: 2006; Biroli, 2008, 2009; Carvalho e Finamore: 2006; Ohira: 2006) vem demonstrando que as mulheres candidatas a cargos políticos têm sido sub-representadas na imprensa. Além disso, as imagens das mulheres são, frequentemente, vinculadas a temas relacionados à esfera privada como educação, infância, vida pessoal e beleza (Biroli, 2008; 2009). Ao difundir um tipo de visão da realidade social que naturaliza certas questões vinculadas ao gênero, a mídia confirma e realimenta esses tipos de visões:

A confirmação do ‘pertencimento’ de mulheres e homens a temas e funções vinculados à esfera pública ou à esfera privada, de acordo com as definições e relações historicamente definidas para essas esferas, é uma confirmação prospectiva das hierarquias ligadas à inserção nessas esferas e da divisão do trabalho que implicam. Prospectiva no sentido de que, ao “constatar” a realidade presente, potencializa sua relação no futuro, isto é, sua permanência (BIROLI *et al.*, 2008, 4).

Dessa forma, a mídia como local privilegiado de representação e visibilidade, pode trazer prejuízo ou status às imagens dos candidatos e políticos em geral. Afinal, o meio pelo qual a maioria das pessoas toma conhecimento dos acontecimentos ao seu entorno é feito através da imprensa:

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de visões do mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local

em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. (...) As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta conseqüências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, 2).

Assim, exposta a importância da mídia na manutenção da democracia, a proposta do presente trabalho é investigar o modo como as revistas semanais informativas brasileiras cobriram a disputa presidencial de 2006 enfocando a candidatura de Heloísa Helena. Nossa abordagem levará em consideração a trajetória das mulheres na entrada da política, contextualizando sua história de lutas, que culminou na formação de uma teoria crítica feminista, de modo a se fazer uma análise crítica do sujeito único e universal predominante na Ciência Política,

No capítulo 1, discutimos a relação da mídia e política em um contexto democrático, demonstrando a importância do desenvolvimento da pluralidade de informação nos meios de comunicação como forma de se garantir espaço para que diversas vozes possam se expressar. Também contextualizamos a forma como se desenvolveram a cobertura das eleições presidenciais desde a redemocratização do país, em 1989 até o último pleito, em 2006.

No capítulo 2, expomos a conceituação teórica e histórica nas quais se apóiam os estudos feministas e de gênero, a fim de conhecermos alguns pontos da trajetória das mulheres em direção ao espaço político, suas lutas e conquistas, e a sua ressonância nos estudos acadêmicos. A intenção é fazer uma leitura na qual a singularidade dessa trajetória ganhe destaque e que essencialismos sejam desconstruídos de forma crítica, desmistificando a visão de que esse tipo de discussão traria à tona elementos de não-neutralidade e partidarismo, como aponta Scavone:

ainda persistem inúmeros preconceitos que os estudos feministas e/ou de gênero causam às/aos cientistas sociais em geral, que ao recusarem sua relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-no de menor

importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes” (p. 173, 2008).

No capítulo 3, explicamos a metodologia empreendida, expomos o *corpus* investigado na pesquisa, assim como a sua leitura e análise e a discussão sobre o material coletado.

E, por fim, tecemos algumas considerações finais e apontamentos com base na pesquisa e revisão bibliográfica.

1. CAPÍTULO I

1.1. MÍDIA E POLÍTICA

Nos últimos cinquenta anos os estudos sobre comunicação e política vêm crescendo rapidamente. Isso porque a mídia se modernizou e hoje em dia um maior número de pessoas têm acesso a informação (principalmente através da TV). Dessa forma, o governo precisa cada vez mais incorporar às campanhas políticas novas técnicas de comunicação. Isso descreve aquilo que Bernard Manin (1995) denomina como sendo a “democracia do público”. Nela, os representantes políticos não são tão frequentemente mediados pelos partidos, e sim pelos veículos de comunicação. Congressos, comícios e encontros recebem um papel secundário e procuram se adaptar aos requisitos da mídia.

Na democracia do público, o eleitor é mais volátil e não vota mais baseado em suas condições culturais e socioeconômicas, mas conforme a imagem que se possui do candidato. Os meios de comunicação de massa procuram privilegiar algumas qualidades pessoais dos candidatos, como o fato de eles conseguirem ou não estabelecer uma relação amistosa com a própria imprensa. Os meios de comunicação privilegiariam certas qualidades pessoais dos candidatos, como a sua capacidade de se expressar bem e cada vez mais os eleitores tenderiam a votar em um candidato, e não em um partido. Os eleitores tomariam suas decisões à medida em que fossem tomando conhecimento dos debates públicos e, dessa forma, a visibilidade concedida pelos meios de comunicação têm um papel de grande importância na escolha dos candidatos políticos.

Outro fator determinante do conceito descrito por Manin é a ênfase que os próprios partidos políticos dão à individualidade do candidato, em detrimento das plataformas políticas, já que estas seriam muito extensas e detalhadas, o que seria incompatível com o ritmo da televisão. Obviamente, os candidatos não teriam uma total autonomia para propor o que bem entendem, já que precisam saber de antemão, através de pesquisas de opinião, os anseios do eleitorado.

Além disso, os eleitores passariam a ter apenas o “poder” de responder às propostas políticas dos candidatos e não o de expressar as suas vontades. Predominaria então a

dimensão *reativa* do voto. Para John B. Thompson (1995) é isso que diferencia o termo “comunicação” do termo comunicação de massa, esta

implica, geralmente, uma transmissão de mensagens de mão única, do transmissor para o receptor. Ao contrário da situação dialógica de uma conversação, em que aquele que escuta é também um respondente em potencial, a comunicação de massa institui uma ruptura fundamental entre o produtor e o receptor, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de contribuir no curso e no conteúdo do processo de comunicação (1995,288).

Outras características da comunicação de massa, segundo o autor, é que ela produz e difunde bens simbólicos, a fim de estes serem trocados num mercado como mercadorias. E os receptores destas “mercadorias” não precisam estar presentes fisicamente no lugar em que elas são produzidas e transmitidas, pois essa relação é mediada pelos meios técnicos.

Essa não-interação das pessoas no mesmo espaço físico pode gerar uma certa simulação daquele candidato que se apresenta através dos meios de comunicação. Ele pode adaptar seu comportamento, projetando uma auto-imagem compatível com o que se espera dele. Esses candidatos tornam-se então “personalidades” que

adquirem uma presença física que é mediada e gerenciada, em vez de ser espontânea, e tornam-se os objetos de processos complexos de valorização econômica e simbólica que são controlados, até certo ponto, pelas indústrias da mídia (idem,1995, 299).

Todo esse entrelaçamento entre políticos, política e mídia foi denominado por David L. Swanson (1995) de “democracia centrada nos mídia”. Para o autor, cada vez mais o governo necessita de especialistas que saibam assegurar uma atenção favorável por parte dos jornalistas para, portanto, explorar o poder dos meios para formar a opinião pública. Segundo Swanson, o discurso político para se adequar a televisão deve cumprir os seguintes requisitos: brevidade, simplicidade e pessoalidade.

Assim como Manin, Swanson aponta para o fato de os eleitores não votarem mais em partidos e suas ideologias, mas em um conjunto de indivíduos considerados atraentes e a quem chegam sentir-se vinculados pessoalmente.

As conseqüências da “democracia centrada nos mídia”, para o autor, seria o aumento da personalização política, fazendo com que os eleitores enxerguem os partidos não como organizações burocráticas comprometidas com ideologias e programas particulares, mas como um conjunto de indivíduos atraentes a quem chegam sentir-se veiculados pessoalmente. Os eleitores também poderiam ficar frustrados em sistemas eleitorais que os obrigam a votar em listas de candidatos do partido e não diretamente em candidatos individuais. Em contrapartida, se o governo se torna mais visível através dos veículos de comunicação, o eleitor pode esperar mais de seus governantes.

Manin também acredita que com o crescimento da mídia e sua desvinculação com ideologias partidárias, seria uma vantagem, já que os eleitores podem ficar mais bem informados quando estão expostos a opiniões distintas. E para Thompson, a visibilidade que é dada ao poder político hoje “dá-se numa arena que é cada vez mais aberta à inspeção, por mais que líderes políticos tentem controlar e restringir essa visibilidade” (Thompson,1995, 222).

As desvantagens estariam, segundo Swanson, situadas em três fatores: a) as reportagens não serviriam para o público uma imagem completa dos procedimentos de um governo; b) as notícias insistem em representar as ações parlamentares como esforços individuais, quando, na verdade, a maioria dos resultados são esforços coletivos e c) os processos deliberativos parlamentares, que são minuciosos e duram, geralmente, um longo tempo, seriam narrados pelos meios de comunicação como processos lentos e ineficientes. Dessa forma, podemos perceber, que as ações do governo estão ainda em conflito com o crescimento da mídia.

Para amenizar esse problema, Wolfgang Donsbach (1995) propõe dois tipos de modelos para alcançar a pluralidade nos meios informativos. Neles, o pluralismo seria alcançado, na própria banca de jornal:

1-Modelo Plural Externo

2- Modelo Plural Interno

No primeiro modelo, as publicações seriam segmentadas e com um ponto-de-vista definido. Assim, se o eleitor possui uma visão de esquerda ele comprará a publicação que contemple apenas seus interesses (contudo, deve-se lembrar que estarão a venda publicações diversas- essa seria a pluralidade externa). Já no modelo plural interno, as publicações abarcariam em seu interior uma diversidade maior de informações, independente de visões partidárias.

O segundo modelo é mais apoiado pelo autor, já que uma minoria dos cidadãos poderia extrair informação de diversos meios (pois seria custoso adquirir uma publicação de cada segmento) e além disso, a sociedade poderia se fragmentar se cada um utilizar apenas o meio de comunicação de seu próprio grupo.

A partir da análise das visões desses diferentes autores, podemos concluir que todo esse crescimento desenfreado- e inevitável- dos meios de comunicação faz com que o público tenha um maior leque de informações sobre o que acontece no meio político, mas também gerou interesses comerciais, fazendo com que grandes conglomerados surgissem, concentrando em poucas mãos a difusão da informação. Esse problema teria uma solução para Thompson com o que ele classifica como “pluralismo regulado”:

O desenvolvimento futuro das instituições da mídia deve ser governado, no meu ponto de vista, pelo o que eu descreveria como *o princípio do pluralismo regulado*. Com isso quero significar que um *referencial institucional deveria ser criado e satisfazer e , ao mesmo tempo, garantir a existência de uma pluralidade de instituições da mídia independentes nas diferentes esferas da comunicação de massa* (1995, 388, grifo do autor).

Mas para que isso ocorra de modo “democrático”, o pluralismo regulado exigiria uma desconcentração de recursos nas indústrias da mídia, através de uma legislação que limite as atividades dos conglomerados de comunicação e uma separação clara dos *media* do exercício de poder do Estado.

Para Miguel (2002), esse pluralismo serve para que diferentes tipos de vozes presentes na sociedade façam parte do debate político, desse modo

o caminho, portanto, não passa pela ‘neutralidade’ dos meios de comunicação, como se depreende do modelo habermasiano da esfera pública, mas por um verdadeiro pluralismo, que os mecanismos de mercado, por diversas razões, não provêm (ibidem, p.6).

1.2 MÍDIA E ELEIÇÕES NO BRASIL

Com o processo de redemocratização do país, a partir das eleições presidenciais de 1989, os estudos sobre a relação entre mídia e política no Brasil vêm crescendo e se sedimentando. Segundo Colling (2007), a maior parte dos pesquisadores defendeu a ideia de que a mídia teve grande influência no decorrer das eleições presidenciais desse período, “as justificativas mais acionadas tratavam sobre a transformação da política em um espetáculo e dos políticos em mitos” (ibidem, p.41).

No início do ano eleitoral, a imprensa, em 1989, acompanha a indefinição entre as candidaturas dos dois maiores partidos brasileiros da época, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), e entre os já candidatos Leonel Brizola, do Partido Democrático Brasileiro (PDT) e Lula do Partido dos Trabalhadores (PT). Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) ainda não recebia tanta atenção da mídia : ‘na verdade, Collor aparecia no noticiário menos na condição de candidato do que de administrador público que se tornara famoso em nível nacional pelo seu apregoado combate aos ‘marajás’ e funcionários ‘fantasmas’ de Alagoas” (Lattman-Weltman,1994, p.17). A situação começou a se modificar quando foi ao ar no horário gratuito de televisão o primeiro programa do PRN, lançando Collor na corrida eleitoral e fazendo-o alcançar o segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, ao lado de Lula. Conforme descreve Lattman-Weltman, Collor a cada semana avançava na preferência do eleitorado e conquistava a confiança de políticos e empresários e, assim, “os próprios meios de comunicação viram-se obrigados a se posicionar” (ibidem, p.19).

O candidato do PRN acabou atingindo o imaginário político popular, ao aliar suas medidas governamentais com sua propaganda eleitoral:

Seus ‘reclames’ foram não apenas divulgados como incorporados à própria pauta dos veículos, e tal como os ‘anunciantes’ desejavam: com seus bordões, slogans, ênfases e apelos. Se o homem público Fernando Collor de Mello buscou desde cedo vender-se como produto, os principais jornais e revistas do país foram alguns dos seus primeiros consumidores, para além do mercado regional alagoano. (Lattman-Weltman, p.22, 1994).

Podemos notar que a imprensa se posicionou como uma receptora, assim como o público, atuando no mercado simbólico de modo não necessariamente consciente e oferecendo ao candidato recursos mercadológicos os quais ela possivelmente não era ainda capaz de avaliar, afinal, os rumos da redemocratização ainda eram incertos. Dessa forma, a mídia estruturava uma narrativa social sobre os principais significados da experiência coletiva nesse momento político específico:

Como não poderia deixar de ser, em nossa sociedade a mídia detém uma posição estratégica nos processos de (re) elaboração das estruturas e dos conteúdos destas narrativas, nas oscilações e acessos desta economia. Trata-se, no entanto, de uma economia, uma espécie de mercado, que se organiza e evolui de acordo com as interações e os cálculos parciais de inúmeros atores, e onde a posição estratégica dos meios de comunicação não lhes dá, de modo algum o modo, o monopólio da dotação de sentido dos fatos. (ibidem, p.25).

Assim, o que pode ser depreendido dessa análise é que a mídia deve ser compreendida dentro de um contexto específico, e no caso das eleições de 1989 as expectativas eram voltadas a um ideal de modernização que ia de encontro ao que propunha o “caçador de marajás”. E este, ao mesmo tempo, incorporava ao seu discurso as temáticas privilegiadas pela imprensa. Ou seja, a cobertura dos meios de comunicação cobriam a atuação política de Collor e lhe dava subsídios para que este criasse a sua agenda. Desse modo, operava de modo a reforçar crenças previamente existentes. E por outro lado havia o aumento do receio em relação aos candidatos de ‘esquerda’, que ganharam visibilidade,

porém de maneira crítica e minuciosa, devido também ao contexto pelo qual o país se encontrava:

Há que se levar em conta, sem dúvida, que 1989, assim como já havia sido em 1988, foi um ano pródigo em greves e confrontos trabalhistas, e que a imprensa de um modo geral deu, como de hábito, um tratamento severo e negativista ao movimento sindical (em particular à CUT, sempre associada ao PT); que ao longo do ano e da campanha foi ressuscitada uma série de velhos fantasmas, como ameaça de fugas em massa de empresários, ocupação de quartos de famílias da classe média por flagelados nordestinos, entre outras “pérolas”; e que, no mesmo momento em que o muro de Berlim vinha abaixo, o discurso, as propostas e o estilo de Brizola soavam por demais contrastantes (e, dada a configuração simbólica predominante, decididamente anacrônicos). (ibidem, p. 44).

O quadro geral do ambiente político e social da época, favorecia a candidatura de Collor e a imprensa serviu como um interlocutor desse cenário, o qual já vinha sendo moldado antes mesmo da corrida eleitoral, através da capacidade da mídia em pautar os temas que são debatidos pela sociedade.

Essa capacidade de tornar visível e priorizar certos assuntos a serem debatidos pelas pessoas em seu cotidiano inspirou a criação do conceito de *agenda-setting* que, conforme Azevedo (2004), consiste na seguinte ideia:

a) a mídia ao selecionar determinados assuntos e ignorar outros define quais são os temas, acontecimentos e atores (objetos) relevantes para a notícia; b) ao enfatizar determinados temas, acontecimentos e atores sobre outros, estabelece uma escala de proeminências entre esses objetos; c) ao adotar enquadramentos positivos e negativos sobre acontecimentos, temas e atores, constrói atributos (positivos e negativos) sobre esses objetos; d) há uma relação direta e casual entre as proeminências dos tópicos da mídia e a

percepção pública de quais são os temas (*issues*) importantes num determinado período de tempo. (Azevedo, p. 54, 2004).

A aplicação deste modelo consiste na investigação da formação da agenda da mídia analisando-se os itens publicados em um determinado período e verificando a hierarquia estabelecida entre estes itens, que são denominados de *saliences* (preominências) e são reconhecidos e quantificados com a finalidade de se fazer uma escala dessas proeminências. Esta escala é considerada a *agenda da mídia*. De outro lado analisa-se a *agenda do público*, a partir de pesquisas quantitativas e/ou qualitativas para se verificar os temas mais discutidos entre as pessoas. Porém, como aponta Colling(2007), estudos sobre a agenda do público ainda são incipientes no Brasil e pode-se considerar atualmente que há a “inexistência de uma resposta mais consistente sobre o impacto da mídia sobre os eleitores e o cenário da disputa (eleitoral)” (Colling, 2007, p.44). Cabe lembrar aqui, que o nosso trabalho também não analisará o impacto da imprensa sobre os eleitores, por isso não podemos tecer conclusões em relação a sua influência no público leitor das revistas, e sim acompanhar a cobertura eleitoral retratada. Mundim (2007) também discute essa problemática, e relata que frequentemente, a relação entre mídia e política é subvalorizada pelos cientistas políticos e supervalorizada pelos comunicólogos e que profissionais de ambas as áreas deveriam se unir para produzir pesquisas mais significativas: “A abordagem interdisciplinar exigiria que trabalhássemos com as discussões sobre comportamento político e opinião pública, tradicional campo de pesquisas da Ciência Política, e com metodologias quantitativas, mais propícias para a análise do grande número de dados produzidos pelas pesquisas eleitorais e pela análise dos produtos midiáticos” (Mundim, p.2, 2007). Contudo, como aponta Lattman-Weltman (1994) embora uma grande parcela do eleitorado, provavelmente a maioria, não leia jornais e revistas, não há como descartar a hipótese acerca do efeito das notícias sobre o imaginário popular.

Prosseguindo, em relação às eleições de 1994 e 1998, os pesquisadores brasileiros passaram a considerar que a mídia não seria capaz de provocar mudanças impactantes e nocivas de modo significativo no que se refere ao campo político, “os autores argumentam que a mídia é central, sem ser, necessariamente, dominante e permite a sobrevivência da política neste novo contexto” (Colling, 2007, p. 41,).

As eleições presidenciais de 1994 se desenvolveram no contexto pós-*impeachment*¹ com a saída de Collor da presidência da República. O país ainda engatinhava no processo de redemocratização e segundo fulanos (Rubim e Colling, 2004a, p.179,) o clima era de “modernização conservadora”. O setor neoliberal do país procurava se recompor do abalo gerado pelo impedimento do ex-presidente e lançava mão do plano de estabilização monetária, o Plano Real que, segundo Kucinski (1996, p.125), foi “cientificamente cronometrado para atingir a mínima inflação às vésperas do primeiro turno”. Assim, além da queda da inflação, a população de renda baixa também teve seu poder de compra elevado pelo fim do imposto inflacionário que beneficiava a camada mais pobre. Dessa forma, observa-se um contexto político-social que favorecia de certa forma o candidato da situação, já que o partido de esquerda, o PT, com Lula como candidato, “não aceitou a inflação como meta prioritária” e, não percebeu nesse momento o “povo tornou-se efetivamente partícipe da luta contra os preços altos” (ibidem, p.126). Nesse ponto a mídia,

expressou, de alguma maneira, o cenário ambivalente em diversos sentidos do governo Itamar Franco, ainda que, em uma avaliação final, terminasse por prevalecer também na mídia uma posição neoliberal, episódica e confusa, marcada por tintas nacionalista e/ou sócias, como também ocorreu com o governo Itamar. Mas essa dinâmica que em alguma medida contemplava o diverso, ainda que desigualmente, entrou em colapso como a aceitação pela mídia e com seu apoio incondicional pelo Plano Real, que passou a ocupar e ser defendido ferozmente em toda a programação dos espaços eletrônicos: nos eventos esportivos como a potente Copa do Mundo, que assalta de modo avassalador os corações e mentes do país do futebol; nos materiais noticiosos; nas telenovelas; nos shows de variedades; nos musicais, etc. Acrescente-se a esse apoio da mídia, a milionária campanha publicitária do Real desenvolvida pelo governo, que, exuberante, preencheu e reforçou a adesão da mídia, implícita ou explícita, à candidatura de FHC. (Rubim e Colling, 2004a, p.180).

¹ Fernando Collor deixou a presidência da República por força da abertura de processo impeachment na Câmara dos Deputados após inúmeras denúncias de corrupção. Foi substituído pelo vice-presidente Itamar Franco.

Outra vez, nota-se a influência dos meios de comunicação dentro de um contexto que privilegiava o candidato que mais se identificava com a presente situação do país e demanda da população. Isso demonstra como é complexo identificar o comportamento do eleitor sob a influência dos meios de comunicação pois ambos estão imersos no mesmo cenário, porém, sem esquecer que a mídia possui um papel privilegiado por ser interlocutora entre o Estado e a sociedade concebendo visibilidade aos temas que considera importante. E isso é um fator de grande importância, pois como aponta Manin (1995), os partidos políticos se enfraqueceram no que diz respeito ao poder de influenciar o eleitor e este tenderia a votar conforme os problemas e questões colocadas em jogo em cada eleição.

A eleição de 1998 teve como fato inovador a emenda constitucional que introduziu a reeleição do presidente da República. Para Soares (2000), a campanha desse ano foi ditada por uma “democracia do consenso”, pois a estratégia reeleitoral teria sido baseada na manutenção e estabilidade do Real, assim, novamente Fernando Henrique Cardoso teria sido identificado com a estabilidade monetária. As campanhas eleitorais no geral não “agitaram” os meios de comunicação. Segundo Rubim (2004b), a mídia praticamente se “esqueceu” da cobertura das eleições e não deu visibilidade às agendas dos candidatos. Além disso, FHC ganhava mais destaque, pois além de ser presidenciável ele ainda era o presidente da República:

Por meio de levantamentos quantitativos, verificou-se que os jornais deram a Fernando Henrique entre 70% e 85% do espaço, a maior parte na forma de notícias sobre o governo ou a figura do presidente, contra apenas cerca de 13% a 15% para Lula e pouco mais de 2% a 3% para Ciro Gomes. Separadas as matérias em negativas e positivas, resultou que Fernando Henrique recebeu mais matérias positivas (52%) do que Lula (43%), mas também recebeu muito mais matérias negativas (71%) do que Lula (29%), obviamente por ser o presidente. Aparece claramente nessas pesquisas o predomínio da fala oficial no relato dos fatos, incluindo a definição da crise sobre o Real. (Kucinski, 1996, pp. 146-147).

Apesar da crise do Real ocorrida durante essa fase, a imagem de FHC foi trabalhada para que se reconhecesse nele o candidato mais preparado para solucionar o problema financeiro nacional, primando-se assim pelo continuísmo.

Segundo Colling (2007), a pouca importância dada pela mídia às eleições de 1998 também refletiu no montante de trabalhos acadêmicos realizados sobre esse período, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1. Total de trabalhos encontrados sobre cada eleição

Tipos	1989	1994	1998	2002	2006
Teses	11	5	4	4	24
Dissertações	33	16	11	10	70
Artigos	38	65	44	52	199
Total	82	86	59	66	293

Fonte: Colling, 2007.

As eleições de 2002 foram marcadas pelo retorno da visibilidade, “o silenciamento, como por encanto, desapareceu de modo notável. Aliás, se existe uma característica marcante nesta eleição, ela pode ser denominada de superexposição” (Rubim, p.9, 2004b). Ou como elucida Miguel (2004), ocorreu a “descoberta da política” pela mídia. E, novamente, os pesquisadores passaram a criticar a mídia como causadora de mudanças significativas na campanha eleitoral (Colling, 2007), porém sem remeter a temas como “manipulação do eleitorado” ou “teorias conspiratórias”.

Conforme expõe Rubim (2004b), em 2002, a mídia centrou-se em conceber visibilidade aos candidatos realçando suas características. Os personagens destacados nessa disputa foram: José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Lula do Partido dos Trabalhadores (PT), Anthony Garotinho do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Ciro Gomes do Partido Popular Socialista (PPS).

Também concorriam como presidentiáveis José Maria de Almeida do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Rui Pimenta da Costa do Partido da Causa Operária (PCO), porém, ambos pouco figuravam entre as notícias sobre a campanha eleitoral. Conforme observa Aldé (2004), “estar na frente das pesquisas eleitorais e ser o

candidato da situação são os melhores previsores da quantidade de cobertura que cada candidato recebe nos jornais. Na verdade, mais do que a intenção total de votos, é a movimentação nas pesquisas de opinião que garante ao candidato ascendente mais espaço” (Aldé, 2004, p. 109). Ou seja, esses dois últimos candidatos como pouca intenção de voto recebiam durante as pesquisas, pouco apareciam nos noticiários. E, como pouco apareciam nos noticiários, não ganhavam exposição e visibilidade para se tornarem “competitivos”. Como explica Rubim,

Pode-se suspeitar que o primeiro desafio de qualquer ator político, seja ele individual ou coletivo, passa a ser a aquisição de uma existência pública, que o inscreva efetiva e legitimamente no cenário político, propiciando condições mínimas para uma efetiva competição política e eleitoral. (Rubim, 2004b, p. 20).

E, além de adquirir existência pública, a forma como essa existência é viabilizada é fundamental para o posicionamento dos candidatos diante dos eleitores. Torna-se então necessária a luta pela imagem pública e a luta pela hegemonia acerca da interpretação da realidade, isto é, a “disputa de qual a interpretação da realidade apresenta-se como mais convincente dentre as interpretações da realidade colocadas em luta no cenário político” (Rubim, p. 21, 2004b). Em 2002, as próprias campanhas dos candidatos favoreceram para uma focalização pública de suas personalidades.

Como exemplo desse tipo de visibilidade tivemos a pré-candidatura de Roseana Sarney do Partido da Frente Liberal (PFL)², que teve uma grande ascensão nas sondagens de opinião. Seu primeiro programa eleitoral foi lançado na TV, em 2001, um ano antes das eleições e foi acompanhado de uma crescente popularidade. Para Carvalho (2004), Roseana pode ser denominada como um caso de “fenômeno eleitoral”, pois sua (pré) candidatura causou impacto e foi contra as expectativas, ou seja, foi um *acontecimento excepcional* (Carvalho, 2004, p. 143). De modo ligeiro, Roseana tornou-se competitiva na corrida eleitoral. Uma outra forma de encarar essa candidatura é pelo viés da novidade, como explica a autora:

² Atualmente conhecido como Democratas (DEM).

Apresentar-se, e ser identificado como uma “novidade” , é condição que um candidato deve preencher para ganhar o estatuto de *fenômeno eleitoral*. Desempenhos eleitorais, ainda que avassaladores, de candidatos como Lula, ou Serra em uma disputa presidencial não os qualificam como “fenômenos”, na medida em que as posições que ocupam no cenário político nacional não lhes permitiriam apresentar-se aos eleitores como *novidade*. O momento da exposição pública na campanha é, ele próprio, o de constituição do fenômeno eleitoral comportando uma dupla dimensão: a revelação e a descoberta de uma “personalidade” que não se ajusta ao *perfil tradicional do político*. (ibidem, p. 143, grifos da autora).

Desse modo, percebe-se que o fenômeno eleitoral possui atributos pessoais que fazem captar as atenções, suscitando a curiosidade das pessoas. Assim, ele “expressa paradigmaticamente uma forma de ‘negociação’ entre a simbólica ordem social e o impulso para a transgressão” (ibidem, p. 144). Um dos fatores ressaltados pela autora foram as representações de gênero em torno da imagem da (pré) candidata, como boa mãe e dona de casa, que serviria para desorganizar padrões vigentes da política, assim como no caso de outras candidaturas. “As metáforas do ‘faxineiro’, do ‘caçador de marajás’ são também ilustrativas dessa ‘negociação’ entre representações conservadoras e as representações de mudanças, entre sentimentos básicos do medo e da esperança mobilizados em cada campanha eleitoral” (Carvalho, p. 144, 2004).

Um ponto importante que a autora destaca é o de que o fenômeno eleitoral é fundamentalmente imbricado com a midiática da política, pois para o fenômeno “acontecer” é imprescindível que haja espaço, ou seja, visibilidade para que isso ocorra:

O fenômeno eleitoral não apenas exige uma exposição midiática como condição para o seu *acontecimento* mas, o seu estatuto de novidade ajusta-se às regras operatórias da mídia na produção incessante de notícias. E não restam dúvidas que um personagem que emerge como desorganizador das expectativas eleitorais ganha o estatuto da notoriedade tornando-se centro de registros da política, objeto de uma decifração devoradora de detalhes sobre tudo que lhe diga respeito. A mídia apropria-se do

“fenômeno” ao nomeá-lo como tal, ao amplificá-lo, ao reduzi-lo aos seus protocolos enunciativos. (ibidem, p. 144).

Aproveitando-se do tom de novidade, a própria campanha de Roseana foi estruturada para ressaltar a sua diferença em relação aos outros candidatos, pelo fato de ser mulher, e de modo a pairar acima do próprio partido em que se lançava como candidata, como discursou em um de seus programas eleitorais veiculados pela TV: “Desde que eu comecei a fazer os comerciais de meu partido e falar dos problemas do Brasil, mas sobretudo dos problemas de discriminação da mulher comecei a sentir nas ruas que minha causa está acima dos partidos. Ela é a caminhada da maioria da população brasileira e da mulher” (Roseana Sarney em programa veiculado em novembro de 2001, citada por Carvalho, 2004).

Esse tipo de recurso argumentativo também pode ser relacionado com a observação feita por Perrot (1998) sobre a inserção das mulheres na política:

O acesso das mulheres ao poder político sempre e em toda parte foi difícil. A cidade grega, primeiro modelo de democracia, excluí-as radicalmente. No mundo contemporâneo, a parte das mulheres nas instâncias representativas está longe de ser igual em todos os países. Elas chegam com frequência ao poder executivo como substitutas, prosseguindo uma tradição familiar (é o caso da Índia ou do Paquistão) ou em caso de crise, que ativa o mito da *mulher salvadora* (ibidem, p. 118).

Assim, a questão partidária de certa forma ficou “camuflada” e Roseana despontou acima de seu partido, assim como Lula que, de certo modo, “descolou” sua imagem do PT, durante a campanha presidencial de 2002. Percebe-se então que o grau de personificação das campanhas durante essa disputa foi fortemente desenvolvido.

A novidade, porém, não durou muito e Roseana foi apenas uma “potencial” candidata a Presidência da República. Em março de 2002, sua empresa (Lunus) e de seu marido foi envolvida em um escândalo de desvio de verbas e figurou como matéria nos principais noticiários de TV, jornais e revistas. A candidata emergente, posicionada como novidade e “1ª mulher a se candidatar a um cargo na presidência”, transformou-se em “filha do Sarney” proveniente das “velhas oligarquias”, fatos que não haviam ganhado destaque

até então. A novidade perdeu seu apelo, e o partido reapareceu nesse cenário desestabilizado, como explica Carvalho: o

fenômeno Roseana não aconteceria sem que o PFL lhe oferecesse tempo e palco de exposição nacional na TV. Entretanto o partido não funcionou como *imagem marca* de Roseana. Ao contrário, o seu encanto derivava da dimensão de novidade que uma personagem feminina traria para a disputa presidencial. Pode-se dizer que o fenômeno Roseana subverteu a lógica e a prática política tradicional ao PFL que ao descobrir ter uma candidata ao estrelato via-se na obrigação de recusar lugares subalternos em uma esperada (e até então desejada) coligação com o PSDB e PMDB (aliança política de sustentação do governo FHC). Somente no decorrer do processo de desmonte, a “candidatura Roseana” passa a ser destacada como “a cara do PFL” e o partido é convocado a ocupar a cena para decidir como recompor-se do *desastre*. (Carvalho,2004, p. 159).

Enquanto isso, a imagem de Lula era trabalhada para enfrentar o desafio de demonstrar sua capacidade de governar o país e atenuar sua imagem de “radical”, como foi exemplificada com a fórmula “Lulinha paz e amor”. A imagem de “negociador” também foi intensamente trabalhada de modo a posicioná-lo como uma alternativa à reconstrução do país:

A pertinência e oportunidade da construção da imagem do Lula negociador fica evidente por esta sua adequação ao momento. Mais que isto, tal processo impõe um interessante deslocamento que pode ter sido importante para a vitória de Lula: o momento da crise requer para a sua superação uma competência política- e não técnica- de conversar para aglutinar atores e interesses em torno de uma saída, negociada e alternativa, que abra a possibilidade de desenvolvimento econômico e social para o país (Rubim, 2004b, p. 25).

Dessa forma, nota-se o elo entre conjuntura, desenvolvimento de campanha dos candidatos, visibilidade midiática e sondagem de intenção de voto. Esses fatores se

retroalimentam durante a campanha e cobertura eleitoral e, especificamente em 2002, “a oposição- em especial seu candidato mais importante, Lula- optou por não remar contra a maré, adaptando-se ao modelo discursivo dominante” (Miguel,2004, p.104).

Enfim, em 2006, a corrida presidencial veio precedida por um ambiente tenso no campo político, pois em 2005 o governo entrou em crise por causa do escândalo do “Mensalão”, que envolvia denúncias de corrupção por parte de seus integrantes. A mídia então tomou para si o papel de “denunciante” dos escândalos, que vinham de uma cena pré-eleitoral. Os resultados do governo do então presidente da República e também candidato, Lula, foram solapados pelas imagens de corrupção geradas no interior do governo e colocadas incansavelmente nos noticiários. Ao mesmo tempo que zelava pela transparência, a mídia emprestou para si o papel de inquisidora, como discorre Rubim (2007, p.161) “A cobertura jornalística, por vezes até bem intencionada, paradoxalmente, em vez de nos dar uma política com ética, tem esquecido a política e colocado em seu lugar a moral”.

Apesar da insistência em reportar os casos de corrupção no governo Lula, este era o candidato que mais se destacava nas pesquisas eleitorais, seguido por Geraldo Alckmin do PSDB, Heloísa Helena do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Cristovam Buarque do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A interpretação corrente era a de que o governo mantinha o apoio da maioria da população devido ao seu tipo de política considerado assistencialista e também por causa do “carisma” de Lula. Esse tipo de visão é considerada por Rubim (2007) como elitista, pois revela uma postura moralizante (afinal, espera ser “seguida” pela população) e que não leva em conta o caráter crítico das pessoas, ou melhor, do povo, na conjuntura vigente:

Pode-se propor que as convergências entre as teias de organização da sociedade civil e os novos segmentos de classe em processo de fortalecimento estejam possibilitando uma atitude crítica de formação de opinião, com variáveis graus de autonomia em relação aos tradicionais formadores de opinião pública, incluindo a mídia e os setores médios. Esse procedimento permitiria uma avaliação das políticas de governo de uma óptica próprias desses segmentos populares. (ibidem, p.165).

Lula, apesar de ter tido maior visibilidade que seus concorrentes (como candidato e Presidente), teve uma exposição negativa de forma maciça pela mídia, havendo claro desequilíbrio de cobertura durante a campanha eleitoral. Ou outros candidatos ficaram de certo modo “apagados” pela avalanche de notícias sobre os escândalos.

E, após retomar de modo breve essa trajetória das relações entre a mídia e as eleições presidenciais no Brasil, o foco deste trabalho passará a ser a forma como a mídia se comportou durante a cobertura da presidenciável Heloísa Helena (PSOL). Como vimos, há algumas variáveis que influenciam o espaço que a mídia “abre” para os candidatos, como a conjuntura, o tipo de campanha e as pesquisas de intenção de voto. Diferentemente de 2002, o país finalmente teve sua primeira candidata à Presidência da República, o que poderia ser considerado um diferencial de campanha, como o foi para Roseana Sarney. Contudo, também é reconhecido que às mulheres são concedidos espaços menores na cobertura política midiática, como demonstra Biroli (2008).

Torna-se então importante se investigar o modo como essa exposição das mulheres políticas se processa na mídia, pois como já foi visto, é importante que em uma sociedade democrática, a imprensa seja plural e torne visível, não somente em época de eleições, os diversos atores e atrizes políticos. E não só a visibilidade como a qualidade de como isso é exposto é um fator fundamental na consolidação de um espaço em que interagem vozes plurais e não-discriminatórias. Muitos poderiam argumentar que isso se deve ao fato de as próprias mulheres terem uma baixa participação no jogo político, seja por “falta de interesse”, “tempo” ou outras conclusões essencialistas. Conforme podemos observar nas tabelas a seguir, a participação das mulheres no jogo político ainda é muito baixa, apesar dos mecanismos institucionais- como as cotas (que serão discutidas mais adiante)- que serviriam para incentivar uma maior entrada no espaço político. Tanto nos cargos do Executivo, quanto no Legislativo, o baixo número de mulheres participantes é notável:

Tabela 2. Mulheres eleitas no Congresso Nacional Brasileiro (1978-2006)³

	1978	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
Câmara dos Deputados*	4 (1,0%)	8 (1,7%)	26 (5,3%)	29 (5,8%)	32 (6,2%)	29 (5,7%)	42 (8,2%)	46 (9,0%)
Senado Federal**	-	-	-	1 (3,2%)	4 (7,4%)	2 (7,4%)	5 (9,3%)	4 (14,8%)

Fonte: Miguel (2008), a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 3. Poder Executivo no Brasil- Governos Federal, Estadual, Municipal e Capitais.

Poder Executivo	Total	Número de Mulheres	Número de Homens	Percentual Feminino
Presidência	1	0	1	0%
Estados e Distrito Federal- Governadoras (es)	27	4	23	14,81%
Municípios- Prefeitas (os)	5.556	505	5051	9,09%
Capitais- Prefeitas (os)	26	2	24	7,7%

Fonte: Site *Mais Mulheres no Poder*⁴, a partir dos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O que propomos no próximo capítulo é uma retomada, não exaustiva, mas explanatória, do processo de entrada das mulheres na esfera pública. Partimos do princípio de que é imprescindível que se conheça essa trajetória para que se possa analisar o contexto vigente do cenário político atual pelo recorte de gênero.

³ * O número total de deputados eleitos variou ao longo do período: foram 420 em 1978, 479 em 1982, 487 em 1986, 503 em 1990 e 513 a partir de 1994; ** o Senado é renovado em um terço e dois terços, alternadamente a cada eleição. Por conta das alterações no número de unidades da federação e a introdução de “mandatos-tampão” foram eleitos 26 senadores em 1982, 31 em 1990, 54 em 1994 e 2002 e 27 em 1998 e 2006.

⁴ <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/dados.php>. Acessado em: 25/12/2009.

2. CAPÍTULO II

2.1. GÊNERO, FEMINISMO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO.

Segundo Joan Scott, o termo gênero foi inicialmente utilizado pelas feministas norte-americanas, no final do século XX, que tinham por objetivo demonstrar que as distinções baseadas no sexo possuem caráter social e não biológico. Gayle Rubin no ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, publicado em 1975, já esboçava uma definição do conceito de gênero:

Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas (*apud* Piscitelli, 2002, p.17.).

Segundo Marlise Matos (2008), apesar de o construto gênero ter sido apropriado pelas mais distintas áreas disciplinares, é fundamental lembrar que todas estas disciplinas devem partir em torno de um ponto comum em relação ao conceito, no qual ele serve para explicar a subordinação da mulher ao homem e de como a dominação e a opressão são elaboradas socialmente. Além disso, “o conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como a de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução” (*ibidem*, p. 337).

No que diz respeito ao campo de estudos acadêmicos que incorporam o gênero como categoria de análise, Matos é otimista ao sinalizar a riqueza de debates surgida nas mais diversas áreas e o crescimento de sua divulgação. Bem acionado e articulado, o “novo campo de gênero”, assim chamado por ela, coloca em xeque a univocidade de sentido dos binarismos de toda ordem, não apenas entre masculino e feminino:

Muito mais do que um terreno definitivo e consolidado de construção epistemológica, as reflexões a respeito dos “estudos de gênero” tem funcionado como *um eixo aglutinador de intensa*

movimentação teórico-empírica, tendo suscitado, inclusive de outras tradições disciplinares (tais como a demografia, a estatística, a química, etc.) menos 'light' do que o campo já estabelecido das ciências sociais (de onde o conceito surgiu inicialmente), como já sinalizamos, muito espaço crítico e reflexivo. (ibidem, p. 339, grifo da autora).

Pesquisadoras e pesquisadores desses temas contribuem para a formação de uma nova epistemologia e uma nova apreensão da realidade (seja coletiva ou individual) que se demonstra bastante fértil, ainda que paradoxal. Este tipo de entendimento deve ser compreendido a partir da percepção multiculturalista crítica e emancipatória que visa “resgatar raízes que permitam desmontar o conhecimento produzido na exclusividade das chaves ocidentais, anglo-europeias, patriarcais, brancas, heteronormativas e masculinas em prol de uma afirmação pluralista das ciências” (ibidem, p. 343).

Aguiar (1997) também defende essa proposta ao sinalizar, ainda no final da década de 1990, que apesar da crescente produção de trabalhos de pesquisa, os núcleos de estudos das mulheres têm pouco acesso na modificação dos currículos universitários, particularmente nos cursos teóricos. Para a autora, é necessária essa incorporação das disciplinas teóricas e relações de gênero, demonstrando seu caráter relacional, para evitar que as mulheres sejam lançadas num campo sem interlocução, ou seja, isolado.

É importante destacar, conforme Oliveira (2008), que feminismo e gênero são conceitos diferentes, que não operam necessariamente nos mesmos campos, mas é reconhecido que o conceito de gênero foi incorporado no discurso de várias pesquisadoras feministas que passaram a explorar novas categorias de análise em seus trabalhos, como o cotidiano, a vivência e a emoção, todos omitidos e negligenciados pelo positivismo.

Retomando, a definição de gênero como categoria analítica, pode ser assim compreendida:“(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (Scott,1995, p.86). Desse modo, é importante que os estudos de gênero estejam voltados para as relações entre o masculino e o feminino e não à análise isolada de cada uma das partes.

Dessa forma, o termo gênero é então proposto não somente para acrescentar novos temas de estudo, mas para reavaliar os paradigmas disciplinares existentes. O gênero como

categoria de análise foi defendido como uma forma de rever a História, incluindo também categorias como raça e classe. Então, entender a forma como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política torna-se fundamental para a compreensão de velhas questões e a visualização de novas possibilidades na esfera pública.

Para Scott, explorar as questões de gênero fará com que novas perspectivas possam emergir e dará maior visibilidade às mulheres como participantes ativas da história e, acima de tudo,

essa nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (1995, p.93).

A nossa intenção nas próximas páginas não é a de contar uma “história” linear do feminismo e da trajetória das mulheres, mas sim expor ao leitor, não esgotando o tema (que é amplo), o resgate de alguns dos contextos que eclodiram na participação e na formulação de algumas ideologias que nortearam a atuação das mulheres dentro e fora da esfera política.

2.2. FEMINISMO: TEORIA E PRÁTICA

O pensamento feminista está longe de constituir um todo unificado. Entretanto, apesar de seus pontos divergentes, algumas ideias centrais são importantes em todas as suas variações, como a concordância de que as mulheres ocupam lugares subordinados no mundo, em relação aos homens. Essa constatação é “pensada como universal na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos (Piscitelli, 2002, p.9.).

As diferentes correntes do feminismo sustentam que a subordinação feminina é construída socialmente e que, portanto, pode ser modificada ao se alterar o modo como as mulheres são percebidas. Como ressalta Vincent (1995), o feminismo é uma ideologia profundamente orientada pela ação/prática (ibidem, p.175). Desse modo, as feministas empenharam-se em várias frentes: primeiro, criaram um sujeito político coletivo- as

mulheres- e depois procuraram viabilizar estratégias que explicassem as causas originais dessa subordinação.

Como o feminismo foi influenciado por diferentes tradições históricas e interagiu com diversas ideologias ao longo do tempo, ele se fragmentou em algumas correntes, entre as principais podemos destacar três: o feminismo liberal; feminismo socialista e feminismo radical.

-Feminismo Liberal

O feminismo liberal adotou a linguagem do liberalismo, o qual possui como valores o racionalismo, a igualdade, a liberdade e o individualismo. No pensamento liberal clássico, “todos (independente do sexo) devem ter a mesma oportunidade de competir no mercado (...). Os livres mercados implicam indivíduos livres, inclusive mulheres, que possam competir em termos iguais (Vincent, p.184, 1995). A linha de pensamento da tradição liberal é baseada em autores contratualistas, que desenvolveram argumentos a favor da idéia de que o contrato social implica indivíduos livres e iguais, não homens e mulheres.

Em seu livro, o *Contrato Sexual* (1993), Carole Pateman reconhece que a história de como a sociedade civil e o direito político surgiram, encontra-se nos contratualistas. No entanto, para a autora, apenas metade da história sobre o contrato foi contada, pois a história do direito sexual foi sufocada. Esta versaria sobre o direito patriarcal enquanto direito político e de que modo ele foi legitimado.

Nas leituras clássicas sobre a teoria do contrato social, a liberdade é conquistada pelos filhos quando estes renegam a sujeição natural a seus pais e a trocam pelo governo civil. Desse modo, a sociedade civil seria criada pelo contrato, após a abolição do patriarcado. Mas, na visão de Pateman, a história não seria bem assim, pois, o poder do homem, enquanto pai, seria posterior ao exercício do direito patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa). Ou seja, o patriarcado não se relacionaria apenas ao direito paterno e sim à subordinação da mulher pelo homem. O direito sexual precede, então, o direito paterno.

Outro problema das leituras tradicionais sobre a história do contrato social, é que elas se focariam apenas em uma das dimensões em que a sociedade civil patriarcal é dividida,

isto é, a esfera pública⁵. Isso seria um equívoco, pois “ignorar o contrato matrimonial é ignorar metade do contrato original” (ibidem, p.18), já que o domínio público não pode ser compreendido totalmente sem a esfera privada. Dessa forma, sua crítica, vai no sentido de que

As análises tradicionais das histórias clássicas do contrato original geralmente não mencionam que as mulheres estão *excluídas* dele. Os homens fazem o contrato original. O artifício do estado natural é utilizado para explicar por que, dadas as características dos homens nesse contrato, a entrada no contrato original é um ato racional. A questão essencial, que é omitida, refere-se ao fato de os homens primitivos serem diferenciados sexualmente e, para os autores clássicos (com exceção de Hobbes), as diferenças de racionalidade derivam de diferenças naturais. (...) Somente os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos necessários para participar dos contratos, dentre os quais o mais importante é a posse de propriedade em suas pessoas; quer dizer, somente os homens são indivíduos (ibidem, p. 21).

-Feminismo socialista

O feminismo socialista possui inspiração marxista, embora seja feita uma divisão na literatura entre aquela e o feminismo marxista. No feminismo marxista, a concretização do socialismo se daria numa situação de igualdade e liberdade das mulheres. A divisão sexual do trabalho seria fator fundamental na reprodução do capitalismo, assim, essa linha do feminismo parte de uma concepção materialista da história, tal como expôs Marx:

(...) determinados indivíduos que se dedicam de um determinado modo à produção, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem necessariamente que ressaltar em cada caso concreto, empiricamente e sem nenhum tipo ocultamento ou

⁵ Segundo Pateman, um aspecto característico da sociedade civil é a crença de que somente o governante de um Estado consiste em exemplo de poder político. A subordinação civil em outros foros sociais “privados”, seja a economia ou a esfera doméstica, é declarada como apolítica (op.cit. p.86).

especulação, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo da vida de determinados indivíduos; mas desses indivíduos, não como possam se apresentar diante da imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são; ou seja, tal e como atuam e como produzem materialmente, e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de sua vontade. (Marx *apud* Toledo, p. 114, 2005).

Assim, para se entender a situação da mulher seria necessário estudar o seu opressor que seria a sociedade de classes e teria o homem como agente dessa opressão (Toledo, 2005, p. 114). Dessa forma, a opressão da mulher, segundo essa corrente, não seria uma questão de gênero. Para Toledo (2005), o gênero não desaparecerá na sociedade socialista, as imagens do feminino e do masculino continuarão a existir, porém, em outras bases, e despojado do signo de opressão um pelo outro. Segundo a autora, as feministas que lutam pela igualdade sem combater a questão econômica estariam equivocadas, pois estariam apenas combatendo uma “ordem de significação que o imaginário social instituiu em relação à família e demais instituições em determinado momento histórico” (ibidem, p. 116). Desse modo, combateria os efeitos e não as causas da opressão da mulher:

O problema da opressão da mulher, apesar de ter um link no gênero, na imagem que se construiu dela, na imagem que se construiu do homem como o macho opressor, não tem aí sua raiz. Mais: o gênero está determinado pela classe; ele se expressa de forma distinta na mulher burguesa e na mulher proletária; e se esta é negra, sente também a discriminação racial. A pobreza, o emprego precário, a mortalidade materna, a marginalidade são manifestações de uma condição de classe e uma mulher, nessas condições, vivencia o “feminino” de forma diferente da mulher que vive em um bairro burguês, é proprietária ou mulher de banqueiro, vai todos os dias ao cabeleireiro e tem empregada doméstica (ibidem, p.119).

O ponto central a ser eliminado então, para o feminismo socialista, é o capitalismo. Combater a exploração da classe seria lutar pela igualdade de gêneros.

-Feminismo radical

As feministas radicais consideravam que a liberação das mulheres só seria viável com a derrota do patriarcado e, para que isso ocorresse, elas precisariam adquirir o controle dos meios de reprodução. A “mulher”, como categoria, teria origem na idéia do feminismo radical de que, além de temas como classe e raça, as mulheres seriam oprimidas pelo fato de serem mulheres. O seu reconhecimento político como coletividade apoiar-se-ia na idéia de que as mulheres ultrapassam as diferenças entre elas. Para Simone de Beauvoir, a natureza dos homens e mulheres eram, essencialmente, as mesmas, porém, o corpo seria um fator limitante e escravizador. A solução, então, se encontraria nas novas tecnologias para a libertação:

Com a maior liberdade de aborto, o controle efetivo da natalidade, e a monogamia se tornando desconstruída, as mulheres finalmente conseguiram adquirir mais controle sobre seus corpos e romper com os homens em seus projetos culturais. A maternidade deixaria de dizer o destino das mulheres. (Vincent, 1995, p.195).

Outra defensora desse ideal foi Shulamith Firestone, autora de *A dialética do Sexo*, para a qual

O papel das mulheres no processo reprodutivo- uma vez que são os únicos seres humanos capazes de engravidar e amamentar, e dado que os bebês têm um período extraordinariamente prolongado de dependência física- as tornam prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens. (...) a meta do movimento feminista deveria ser não apenas a eliminação do privilégio do homem, mas a eliminação da própria distinção sexual. E isto só seria possível transformando o mecanismo de reprodução- a reprodução da espécie deveria ser substituída pela reprodução artificial (Piscitelli, 2002, p.11).

Assim, dentro dessa linha de pensamento, a condição das mulheres estaria ancorada na biologia e na opressão por parte da cultura masculina. O corpo seria o protagonista, local

que emana, e para onde também converge, opressão sexual e desigualdade. Também cabe aqui ressaltar que as feministas radicais contestavam as concepções presentes no pensamento influenciado pela teoria marxista, para elas

era necessário prestar atenção às experiências femininas: a opressão incluiria tudo o que as mulheres “experenciasssem” como opressivo. (...) As questões que o movimento de liberação das mulheres definiam como políticas não podiam, muitas vezes, ser enquadrados nas instituições tradicionalmente coercitivas tais como o capitalismo ou o Estado (ibidem, p.13).

Dessa forma, todas as práticas opressivas contra a mulher poderiam ser consideradas um abuso, mesmo se elas não se enquadrassem em esferas institucionais. Desse modo, concluiu-se que a questão da opressão feminina deveria ser analisada também dentro de suas vidas cotidianas, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político.

2.3. UMA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

O feminismo é visto como uma ideologia que, na prática, despontou em três grandes ondas. A primeira foi no final do século XIX e início do século XX, com o movimento sufragista; a segunda, em meados dos anos 60 e início dos anos 70, com foco na igualdade de oportunidades, tanto na educação quanto no trabalho, e a terceira, no início dos anos 80, com a criação de espaços institucionais para a realização de políticas voltadas para as questões femininas e novos questionamentos sobre os rumos do movimento.

Para Vincent (1995), o debate sobre as origens do pensamento feminista pode também ser analisado em períodos mais remotos, onde o conceito (feminismo) precederia a palavra. O autor cita a obra Livro das cidades das senhoras, escrito em 1405 por Christina Pisan, onde registrou a biografia de diversas mulheres virtuosas. Mas Vincent reconhece que seria anacrônico concluir que Pisan estivesse fazendo algo considerado “feminista” na época (Vincent, 1995, p.179)

Apesar disso, é importante destacar a dirigente política, Olympe de Gouges, que no período da Revolução Francesa escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* como réplica a Declaração dos Direitos do Homem. Defendia que os privilégios masculinos deveriam ser abolidos, assim como o foram os privilégios feudais (Toledo, p.90, 2005.). Porém, Gouges não visava fazer uma contraposição sexista em seu tratado, mas proteger tanto os direitos dos homens quanto os das mulheres. Segundo Ângela Groppi (1994),

O significado da *Declaração dos Direitos da mulher e da cidadã* reside justamente no fato de ser um catálogo de direitos de todos os seres humanos, incluindo os homens.(...) Olympe explica porque desta vez é necessário mencionar expressamente as mulheres: em tão pouco tempo e justamente na Revolução, o homem já tinha evidentemente perdido o direito de representar o interessa das mulheres. (ibidem, p. 54).

Na Inglaterra, em 1792, Mary Wollstonecraft lançou a *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, onde defendia os direitos democráticos para as mulheres e expunha os paradoxos do pensamento liberal em relação aos direitos femininos. Para ela, a inferioridade feminina seria fruto de sua situação social e não sua característica inerente (Sapiro, 1992).

De 1830 a 1920, na primeira onda, a luta feminista teve como pano de fundo a perspectiva liberal clássica dos direitos, e seu maior impacto foi nos Estados Unidos, onde foi criada uma Declaração da Independência alternativa, parafraseando a original, mas incluindo as mulheres, na qual

O desfecho foi uma série de exigências das mesmas oportunidades de propriedade, educação e acesso a profissões, expressas na linguagem de direitos naturais. Depois de ampla conflagração da Guerra Civil americana, em 1866, os homens negros conquistaram o direito de voto. Pareceu incongruente a muitas ativistas que haviam lutado contra a escravidão e pelo sufrágio dos negros, antes, durante e depois da Guerra Civil, que elas tivessem obtido êxito na luta pelos direitos políticos básicos do homem negro, os quais eram totalmente recusados às mulheres (Vincent, 1995, p. 180).

Para Friedan (1981), apesar da conquista do voto, a primeira onda feminista não mudou substancialmente a vida das mulheres nos Estados Unidos, pois

A maior parte das primeiras feministas americanas era de jovens solteiras opostas ao casamento e a família, ou então mulheres profissionais casadas que não tinham filhos ou preferiam se concentrar em questões mais elevadas, como o voto. Supunham que a vitória do sufrágio automaticamente traria a igualdade e purificaria a sociedade. (ibidem, p.43).

Por esse período, as reivindicações femininas foram supridas, como os direitos a educação e ao voto, porém, após as conquistas iniciais, a primeira onda do feminismo foi aos poucos perdendo a sua força. Com a grande Depressão, as preocupações voltaram-se para o bem-estar e manutenção da unidade familiar, o que provocou um abatimento em torno das questões das mulheres:

As idéias acerca de dotação familiar, assistência médica, merendas escolares e benefícios da maternidade foram vigorosamente defendidas nos anos 30 e, finalmente, adotadas pelas políticas públicas regulares da Grã-Bretanha pós-45, pelo menos até os anos 80. Além disso, o período do pós-guerra, principalmente os anos 50, testemunhou o desenvolvimento da economia na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Uma grande proporção das populações de ambos os países experimentou o aumento da riqueza. A convergência política, o consenso acerca dos valores de um liberalismo pragmático, o debate sobre o “fim da ideologia” e a preocupação com a apatia política foram características da década. (Vincent, 1995, p.181).

No campo socialista, a luta sufragista foi guiada pela II Internacional, que se dividia em dois blocos: os reformistas, que desejavam que os votos fossem liberados apenas aos homens, por causa da crença de que as mulheres, se pudessem votar, votariam em partidos

católicos reacionários; e os marxistas, que defendiam o sufrágio para todos. Como relata Toledo,

a Internacional Comunista se lançou a uma campanha internacional, pelo sufrágio feminino, com mobilizações de massa em diversos países no dia 8 de março. (...) Na Rússia, o Partido Bolchevique, apesar das condições de ilegalidade durante a repressão czarista, organizou atividades no Dia Internacional da Mulher a partir de 1913. Essas ações assentaram as bases para a manifestação massiva de mulheres no dia 8 de março de 1917, quando as mulheres de Petrogrado foram às ruas exigindo “pão para os nossos filhos” e “a volta dos nossos maridos das trincheiras”. Foram mobilizações tão importantes que assinalaram o início da revolução socialista (ibidem, 2005, p.92).

Nesse período, 50% da mão-de-obra na produção têxtil de Petrogrado, era composta por mulheres. A militância feminina tornava-se fundamental para as diversas facções políticas. Entretanto, com a tomada do poder pelos soviets, a questão feminina enfrentou a dificuldade de ter suas reivindicações transpostas das discussões para a prática, já que para um país predominantemente camponês, e conservador em questões morais, esse debate era um tanto complexo. Por esse motivo, Lenin , juntamente com muitas dirigentes mulheres, trataram de tomar algumas medidas para reverter a situação das mulheres no país. Essas decisões incluíam dois aspectos fundamentais (ibidem, 2005, p.96):

-a abolição das velhas leis que colocavam a mulher em situação de desigualdade em relação ao homem; e

- a libertação da mulher das tarefas domésticas, que exigia uma economia coletiva na qual ela participasse em igualdade de condições com o homem.

Vários decretos foram sancionados em relação a proteção legal das mulheres e crianças que trabalhavam, ao seguro social, divórcio e pensão alimentícia. Em 1918, a primeira Constituição Soviética, concedeu à mulher o direito ao voto e possibilitou sua candidatura a cargos políticos. Apesar das garantias políticas, Lenin, defendia que a igualdade das mulheres em relação aos homens se daria com a liberação do trabalho doméstico por meio da socialização das tarefas:

Independentemente de todas as leis que emancipam a mulher, esta continua sendo uma escrava, porque o trabalho doméstico oprime, estrangula, degrada e a reduz à cozinha e ao cuidado dos filhos, e ela desperdiça a sua força em trabalhos improdutivos, intranscendentes, que esgotam seus nervos e a idiotizam. Por isso, a emancipação da mulher, o comunismo verdadeiro, começará somente quando e onde se inicie uma luta sem quartel, dirigida pelo proletariado, dono do poder do estado, contra essa natureza do trabalho doméstico, ou melhor, quando se inicie sua transformação total, em uma economia a grande escala (Lenin *apud* Toledo, 2005, p. 97).

O Estado Operário passou, então, a criar instituições como creches e refeitórios para liberar as mulheres do trabalho doméstico.

A segunda onda do feminismo emergiu, nos países ocidentais, na década de 60. Foi na Europa e nos Estados Unidos que o movimento tomou mais fôlego e se estendeu para o mundo todo. As mulheres estavam se tornando independentes tanto do ponto de vista financeiro, econômico e moral. Apesar da luta ter se iniciado na pequena-burguesia, a proposta era de que todas as mulheres deveriam unir-se contra a opressão, assim, o lema das norte-americanas era: *sisterhood is powerful*, isto é, a irmandade entre mulheres é poderosa (Toledo, p. 101, 2005).

O grupo mais conhecido desse período foi o NOW (National Organization for Women), criado e liderado por Betty Friedan, em 1966. Autora da obra *A mística feminina*, Friedan procurava analisar como fora construída a imagem da mulher como esposa e dona-de-casa perfeita. Ela identificava nas falas das mulheres que entrevistava, e também de suas amigas, um problema que ela passou a chamar de “mal sem nome” : “o sentimento de estar vazia, sentir-se incompleta, ter a impressão de não existir, sentir-se cansada e aborrecida, zangar-se facilmente com as crianças e o marido, chorar sem motivo aparente” (Duarte, 2006, p. 286). Esses sentimentos foram investigados pela autora, que não aceitava a ideia de que eles seriam causados por questões pessoais, e sim por algo maior, que atingia a todas as mulheres e que seria um fator opressivo:

a cozinha configurava-se como habitat ‘natural’ da mulher, daí decorrendo todo o esforço de decoradores e da indústria de eletrodomésticos para convertê-la em um lugar agradável. O lar, como referência maior, era o lugar onde as mulheres saíam apenas para comprar, levar as crianças à escola ou acompanhar seus maridos a reuniões sociais. As mulheres viam isso, quase sempre, como falhas de seu matrimônio. Que espécie de mulher se era, se não sentia uma mística realização encerrando o chão da cozinha?, provocava Friedan. Não ajustar-se ao papel de feminilidade, ao papel de esposa e mãe, era o tal “problema sem nome” afinal (Duarte,2006, p. 289).

Após a publicação de seu estudo, fundou uma organização em defesa das mulheres, que tinha entre seus princípios a denúncia das idéias sexistas da sociedade, de seus costumes e preconceitos, e do consumismo que convertia as mulheres em objetos.

A NOW recebeu muitas críticas por ser uma organização feminista que só se preocupava com questões da classe média. Mulheres de classes inferiores. e mulheres negras pouco participaram dessa organização (ibidem, p. 289). Vinte anos após a publicação de *A Mística Feminina*, Friedan lançou um livro intitulado *A segunda etapa* (1981), no qual previa os novos obstáculos que seriam encarados pelo feminismo nos anos 80, que será relatado mais adiante.

A terceira onda do feminismo ocorreu no início dos anos 80. O movimento feminista nessa época empenhou-se em reformular suas questões e caminhos, para que a sua batalha, que estava perdendo adeptas, voltasse a tomar fôlego. Esse período foi marcado por uma forte reação contra o feminismo.

Naomi Wolf (1996) relata que, nos Estados Unidos principalmente, o feminismo começou a perder adeptas por causa de um abismo de comunicação que se abriu como herança da retórica marxista de alguns movimentos surgidos durante a segunda onda:

Embora a análise marxista fosse extremamente útil para vincular as questões dos papéis sexuais, do dinheiro e do poder, e embora a esquerda esteja sendo realista ao considerar o processo eleitoral comprometido, o

capitalismo, explorador, e o “sistema”, algo manipulado por uma elite, a comunidade progressista, incluindo-se algumas feministas, lidaram com o desespero da era Reagan-Bush usando esses insights para justificar a retirada, em vez de usá-los para instigar o envolvimento (ibidem, p. 100).

Wolf reconhece que a cultura marxista, que influenciou grande parte do movimento feminista da segunda onda, contribuiu para atribuir um tom político e até mesmo radical ao movimento, porém, esse radicalismo já não conseguia mais se sustentar na década de 80. Além disso, a autora destaca que a mídia teve um grande peso na degradação da imagem das feministas. Segundo ela, campanhas de omissão, ridicularização e caricaturização eram frequentes (ibidem, p.110).

Esse fenômeno antifeminista foi intitulado, por Susan Faludi (2001), como *backlash*. Em um livro homônimo, a autora investigou como a imprensa se ocupou em atribuir uma imagem negativa ao feminismo. Esse contra-ataque aos direitos da mulher, procurava, mesmo que de modo inconsciente, reduzir as conquistas do movimento. O *backlash* disseminava para o público a visão de que a liberação da mulher era a “verdadeira praga contemporânea” (ibidem, p.17) e que a busca pela igualdade apenas havia aumentado o número de mulheres infelizes que, pressionadas pelo mercado de trabalho, não conseguiam arranjar tempo para se casar e gerar filhos. Faludi acrescenta que, a intolerância ao feminismo sempre esteve presente em todas as épocas, mas a sua manifestação de forma aguda deu-se no final dos anos 70, transformando-se em um fenômeno social. Para a autora, isso não seria mero acaso, pois foi exatamente no momento em que os avanços feministas caminhavam a passos largos:

Justamente quando a luta das mulheres pela igualdade de direitos parecia mais próxima da concretização de seus objetivos, o backlash passou-lhe a perna. Justamente quando um “abismo entre os sexos” manifestou-se nas urnas de 1980, e as mulheres começaram a capitalizar o fato politicamente, o partido republicano escolheu Ronald Regan e ambos os partidos políticos começaram a desertar os direitos da mulher dos seus programas. Justamente quando o apoio feminino e à Emenda pela Igualdade de Direitos chegou ao ápice em 1981, a emenda não passou no ano seguinte.

Justamente quando as mulheres estavam começando a mobilização contra os espancamentos e agressões sexuais, o governo federal sustou os fundos para os programas em prol das mulheres espancadas (...). Justamente quando um número sem precedentes de mulheres jovens estava apoiando as metas feministas (...), a mídia anunciava o surgimento de uma ainda mais jovem “geração pós-feminista” que supostamente repudiava o feminismo. (ibidem, p.19).

Cabe ressaltar que, para Faludi, o contra-ataque antifeminista não seria um movimento organizado, uma conspiração, e que as pessoas envolvidas em sua divulgação talvez nem fossem conscientes de estarem empreendendo ações para tal fim. Mas isso só faria com que essa reação se tornasse descentralizada e difícil de ser identificada. O seu sucesso estaria no fato de não parecer ter conotações políticas, na medida em que se mostra como qualquer outra coisa, menos uma luta. E, desse modo, ele seria poderoso ao penetrar na mente das mulheres e fazerem-nas acreditar que a pressão externa, na verdade, seria uma pressão interna, uma questão privada, até elas começarem a impor as regras do backlash a si mesmas (ibidem,p.21).

Friedan, em *A Segunda Etapa* (1981), passa a questionar como seria o desdobramento do movimento feminista nesse momento, de mudanças políticas e econômicas:

Torna-se claro que o grande ímpeto do movimento das mulheres pela igualdade será sustado, ou transformado de alguma maneira, por colisão ou convergência de questões básicas de sobrevivências nos anos 1980. Será o feminismo um luxo teórico, uma idéia liberal ou radical com que podíamos brincar na era passada de afluência, na decadência da sociedade capitalista avançada, mas que em face da inflação de 10%, 7,8% de desemprego, acidentes nucleares do país e terrorismo crescente da Direita e da Esquerda no estrangeiro torna-se algo que devemos pôr de lado para encarar a nova realidade de sobrevivência econômica e nacional? Ou será que a igualdade está se tornando uma questão de sobrevivência humana básica? (ibidem, pp. 19-20).

Friedan, assim como Wolf, conclui que, para não ser riscado do mapa, o movimento feminista, na década de 80, deveria buscar compreender quais os motivos para o surgimento de tantas opiniões contrárias aos seus ideais e porque estava se transformando no bode expiatório dessa nova geração. Segundo a autora, o movimento feminista estava sendo culpado, acima de tudo, pela destruição da família. Ministros, padres e sociólogos proclamavam que a família americana estaria se tornando uma “espécie em perigo”, com o aumento do divórcio e o incrível número de famílias com apenas um dos pais, especialmente mulheres, vivendo sós (Friedan, 1981, p.24). Apesar da posição reacionária de algumas instituições, Friedan admite que a imagem negativa vinculada ao feminismo não deveria ser atribuída apenas como sendo “propaganda do inimigo” e deveria ser avaliada internamente, dentro do próprio movimento, através de uma revisão de sua trajetória. Para ela, o movimento feminista obteve várias conquistas e direitos para as mulheres, principalmente em relação a sua entrada no mercado de trabalho, porém esses mesmos direitos agora estavam fazendo as mulheres terem de optar entre construir uma carreira, ou terem filhos:

O que preocupa hoje em dia são as “escolhas” que as mulheres supostamente ganharam, que não são reais. Como pode uma mulher “escolher” livremente ter um filho quando seus vencimentos são necessários para pagar o aluguel ou a hipoteca, quando seu emprego não se adapta a tomar conta de uma criança, quando não há regulamentação nacional para licença e nenhuma garantia de que terá o emprego de volta se sair para ter um filho? (ibidem, p.24).

Friedan ressalta que o extremismo que o movimento feminista teve em seu início estaria ultrapassado e que não havia mais sentido em negar laços familiares em prol de reconhecimento, pois uma coisa não deveria excluir a outra. Além disso, o foco do feminismo deveria sair das velhas questões sobre o antagonismo entre homens e mulheres, eliminando assim falsas polaridades. A “mística feminina”, tema de sua obra anterior, não precisava mais ser discutida, pois já havia sido quebrada em uma primeira etapa, na qual, a autora reconhece, em que os valores familiares foram rejeitados para que a proposta pudesse ser levada adiante. A autora atenta para o fato de que o movimento feminista possui várias “linhas”, por isso as opiniões eram divergentes e não compartilhadas por todas as mulheres,

mas na época em que fundou sua organização, Friedan estava convicta em seu lema de que o “poder está na irmandade”. Para ela, a retórica de algumas feministas beirava o ridículo:

Consideremos aquelas que disseram que as mulheres nunca seriam livres a não ser que abolissem a família e as mulheres abjurassem a maternidade e relações sexuais com os homens- Façam bebês em tubos de ensaios!, gritavam. Ou criavam racionalizações complexas reduzindo todas as formas de relacionamento entre homem e mulher, assim como as depredações militares e econômicas da nação, ao estupro (ibidem, p.47).

Toda essa raiva, segundo Friedan, havia ganhado corpo através do movimento estudantil radical e sua situação de contracultura⁶. As estudantes, “contaminadas” pelas primeiras agitações feministas, formaram grupos separados de libertação feminina, que enxergavam a luta pela igualdade como uma luta de classes. Para a autora, esse teria sido um equívoco, pois essa reação fora mal formulada e era mais carregada de ódio do que de verdadeiras propostas. Desse modo, os meios de comunicação apegaram-se a esse discurso, e fez com que o movimento tivesse uma imagem negativa frente a opinião pública.

Assim, o “pessoal como político” entrou em crise, ao mesmo tempo que confundia e afastava uma nova geração de mulheres. A geração de 80 estava temerosa quanto a desestruturação da família nuclear. A solução, para Friedan, seria conceber e fortalecer a criação de novas combinações familiares e reconhecer que elas mudariam com o passar do tempo (ibidem, p.52).

⁶ Os jovens norte-americanos das décadas de 1950 a 1970 manifestaram seu descontentamento em relação ao *american way of life* de forma singular, formando vários movimentos, que os jornalistas locais chamaram de contracultura. Esta tornou-se um fenômeno de proporções continentais, propondo uma nova maneira de agir, pensar e existir, o que fez com que esse movimento fosse extremamente rico de significados. In: Ferreira N. M; p.69, 2005.

2.4. FEMINISMO NO BRASIL

A inserção das mulheres brasileiras na política tem se dado de forma lenta. A sua inclusão só veio a ocorrer em 1932, através da permissão do voto. Apesar disso, as mulheres só viriam a votar, de fato, em 1946, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945).

A questão do direito ao voto para as mulheres já vinha sendo discutida desde a Constituinte republicana de 1891, tendo como defensores Nilo Peçanha, Epiácio Pessoa e Hermes Fonseca. Apesar de o projeto não ser aprovado, a Constituição não proibiu explicitamente o voto feminino. Foram proibidos de votar os mendigos, analfabetos, os religiosos de ordem monásticas. Segundo Pinto (2007), as mulheres não foram citadas porque a Constituição reconhecia como cidadãos brasileiros exclusivamente os homens.

Em 1910 foi criado o Partido Republicano Feminino, cuja atuação ocorria fora da ordem “estabelecida”, já que suas participantes não possuíam direito ao voto. Esse partido almejava não só o direito de voto, mas a emancipação e independência feminina e combater a exploração sexual (ibidem, p.18).

Entretanto, os movimentos de mulheres só começaram a se consolidar a partir nos anos 60. O Brasil, assim como outros países da América Latina, possuía algumas peculiaridades em relação ao movimento. O feminismo no Brasil não foi uma mera reprodução dos modelos americanos ou europeus. Em primeiro lugar pode-se destacar a sua forte relação com a Igreja Católica, importante contraponto ao regime militar (Sarti, 2004). O trabalho das mulheres, nas pastorais, era influenciado pela Teologia da Libertação⁷.

Muitas mulheres, durante os anos 60, participaram ativamente da resistência à ditadura militar. O contexto de processo de modernização acelerado fez com que a entrada feminina no mercado de trabalho ocorresse de modo maciço, propiciando um ambiente no qual as mulheres passaram a exigir seus direitos de cidadania e denunciar as formas de domínio patriarcal. Segundo Rago (2003), as primeiras feministas do país

questionavam radicalmente as relações de poder entre os gêneros, que se estabeleciam no interior dos grupos políticos de esquerda e lutavam para

⁷ Segundo Fernandes (2001), a Teologia da Libertação seria “uma teologia construída cientificamente, com objetivos de transformação socioestrutural a partir da categoria o *pobre* ou o *excluído* partindo de suas questões e de sua cultura, possuindo assim um caráter intra e extra-eclesial que pretende questionar- a partir da religião- outras esferas da vida social, como a política e a economia” (p.77).

impedir que a dominação machista fosse diluída ou subsumida pelo discurso tradicional da Revolução. No entanto, muitas traziam uma referência ideológica marxista, a partir da qual pensavam as relações entre os sexos. Assim, logo que estabeleceram as estratégias e táticas de seu movimento, definiram que o alvo maior de sua preocupação deveria ser as trabalhadoras, consideradas não como o setor mais oprimido socialmente, mas como as principais portadoras da Revolução Social.” (ibidem, p.2).

A presença de mulheres contra a repressão militar, implicava não somente uma manifestação contra a política vigente, mas “uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres” (Sarti, 2004, p. 37). Grande parte dessas mulheres que lutaram contra a ditadura militar foram presas, torturadas, perseguidas e exiladas pelo regime. A princípio, segundo Pinto (2007), os primeiros grupos de mulheres não podem ser considerados como portadores de propósitos feministas, especificamente, mas ao longo dos anos os interesses feministas e os movimentos de mulheres foram se mesclando. A resistência inicial de se fazer algo voltado ao feminismo em um país como o Brasil, marcado pela desigualdade social, foi aos poucos se diluindo, mas não sem um certo desconforto:

Parece haver quase um pedido de desculpas dessas mulheres por estarem tratando de seus problemas naquela época quando o país precisava tanto de ações políticas. Enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam discutir sua posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras fazia a mesma coisa, mas pedindo desculpas. A complicada relação do feminismo no Brasil com o campo político justifica essa postura (Pinto, 2007, p. 51).

Contudo, com o retorno das militantes exiladas, e a aproximação de grupos informais de mulheres estudantes trabalhadoras, religiosas que se reuniam para discutir questões relacionadas ao feminismo, foram se disseminando as ideias da causa.

O cenário ganhou relevância maior quando a ONU (Organizações das Nações Unidas), declarou oficialmente, o ano de 1975, como o Ano Internacional da Mulher, o que propiciou mais visibilidade ao movimento feminista. Nesse ano, o general Geisel já havia

assumido o governo e prometia uma ampliação política gradual e controlada. Segundo Costa (2005), foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo centenas de mulheres interessadas em discutir questões relativas à condição feminina na sociedade. Isso consolidou o que foi uma das características do movimento feminista no Brasil: a articulação do movimento em bases locais, enraizada na experiência cotidiana das moradoras das periferias pobres e de camadas médias intelectualizadas.

Como nos Estados Unidos, o movimento brasileiro também enfrentou reações contrárias aos seus ideais:

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, o feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem do feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança da estrutura social, mas exigiam tratamento próprio. (Sarti, 2004, p. 40).

As questões feministas começaram a ganhar mais espaço no processo de abertura política no país, o final da década de 70. Depois desse primeiro momento de afirmação do feminismo enquanto movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, mas que também se colocava na luta pela redemocratização do país, é que as feministas passaram a propor uma nova concepção da política, ampliando os próprios temas que constituíam o campo das enunciações feministas na esfera pública (Rago, 2005, p.6). Assim, com o clima receptivo às demandas sociais, as idéias feministas difundiram-se no cenário social do país e, segundo Sarti, “houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular” (ibidem, p. 42). Além disso, o avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as

demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias.

Em 1983, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina, primeiro órgão público voltado para a implementação de políticas para mulheres. Questões antes tratadas em segundo plano, por serem vistas como essencialmente femininas e relativas à esfera privada, isto é, não pertencentes ao campo “masculino” da política, passaram a ganhar voz no plano institucional. Esse fato gerou polêmica entre as feministas, pois “a perspectiva de atuar no âmbito do estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista” (Costa, 2005, p.5).

Apesar disso, as mulheres reconheciam a importância do Estado de influenciar a sociedade como um todo através de suas políticas sociais e econômicas. Desse modo, como aponta Costa,

Caberia ao feminismo, enquanto um movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero (ibidem, p.6).

Assim, conscientes da importância de sua atuação na esfera institucional, as mulheres se organizaram e, durante a Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, iniciaram o que foi nomeado pela imprensa de “lobby do batom”. Através dele,

o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram em bloco, a maioria das propostas

de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento (ibidem, p.7).

Segundo aponta Pinto (2007), é possível destacar três razões para essa tomada de decisão por parte das deputadas:

Primeiramente, a existência de três emendas populares promovidas por movimentos de mulheres, que propunham o alargamento dos direitos da mulher. Em segundo lugar, a presença do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, que mobilizou os movimentos de mulheres para uma atuação constante junto aos constituintes e, principalmente às deputadas, no sentido de incorporar à nova Carta pontos fundamentais dos direitos da mulher . E, por último, a própria dinâmica interna da Câmara dos Deputados, espaço predominantemente masculino, colaborou para fomentar uma identidade feminina entre as mulheres presentes.

Nesse período, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher também reuniu em Brasília um grande número de feministas para elaborar um documento que ficou conhecido como “Carta das Mulheres”. Segundo Pinto, “foi o documento mais completo e abrangente produzido na época, e possivelmente um dos mais importantes elaborados pelo feminismo brasileiro contemporâneo” (ibidem, p.75).

O documento dividia-se em duas partes, na qual a primeira propunha uma agenda que ultrapassava os limites dos interesses corporativos das mulheres. Defendia a justiça social, a criação do Sistema único de Saúde, O ensino público e gratuito em todos os níveis, autonomia sindical, reforma agrária, reforma tributária, negociação da dívida externa, entre outras. Já na segunda parte, a Carta das Mulheres detalhava as demandas em relação aos direitos das mulheres.

É importante notar o fato de a participação de militantes e sua capacidade em fazer pressão e vencer resistências como um fenômeno que não pode ser desprezado, pois trata-se de formas alternativas de participação política que não passam pela representação:

Atuar politicamente por meio de pressão organizada, capaz inclusive de ser propositiva, foi uma das marcas do movimento feminista brasileiro da década de 1980. O caso da Constituinte é particularmente interessante, pois não se tratava de forma alguma de um Congresso Constituinte feminista, nem mesmo de uma bancada feminina feminista. Todavia foram muitas as vitórias do movimento. Esses êxitos foram conseqüências de uma bem montada estratégia de mobilização que reuniu mulheres no país inteiro, levou para Brasília lideranças regionais, promoveu campanhas e manteve um atento acompanhamento ao longo dos trabalhos (ibidem, p.76).

A então recente democracia brasileira já demonstrava, mesmo que em um momento muito particular da história do Brasil, que a organização civil poderia e deveria intervir diretamente no campo político. E o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher teve um papel fundamental em agregar e organizar as diversas falas presentes.

O final dos anos 80, então, teve grande importância na consolidação da entrada das mulheres na esfera política institucional. Além disso, expandiram-se os estudos acadêmicos sobre a questão de gênero e a criação de organizações não-governamentais (ONGs) voltadas a áreas específicas sobre a condição feminina e se firmaram no país grupos autônomos organizados principalmente em torno de duas temáticas: violência e saúde. A questão da violência contra a mulher foi frequentemente tratada no país como um tema tabu, restrito à esfera privada, noção que vem mudando desde essa década até os dias atuais.

2.5. CONSIDERAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A VIOLÊNCIA.

Os conceitos de público e privado são centrais no pensamento político e também nos estudos feministas da área. Para Okin (2008), ambos os termos são utilizados na teoria política de um modo pouco claro quanto as suas definições. Segundo a autora, há duas ambigüidades principais envolvidas nas discussões sobre o público e o privado:

1) Público/privado seria utilizado tanto para se referir à distinção entre Estado e sociedade (como propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não-doméstica e doméstica. Para a autora, a diferença fundamental entre os dois é que o

domínio socioeconômico intermediário (a sociedade civil) é na primeira dicotomia incluído na categoria de “privado” e na segunda é incluído na categoria de “público”. Okin defende que é necessário aos autores que utilizam esses conceitos, despenderem maior atenção em suas definições, e cita um exemplo encontrado em Weistein:

Ele faz uma analogia útil entre publicidade e privacidade e as camadas de uma cebola, assim como uma camada que está do lado de fora de outra camada estará também dentro de uma outra, algo que é público em relação a uma esfera da vida pode ser privado em relação a outra. Se Weistein está correto ao apontar que a distinção tem, portanto, uma multiplicidade de significados, ao invés de simplesmente um significado dual, os significados ligados às dicotomias Estado/sociedade e não-doméstico/doméstico são justamente aqueles utilizados com mais frequência na teoria política, onde ambos tem papéis centrais (ibidem, p. 307).

2) Mesmo no interior da dicotomia público/doméstico, permanece uma ambigüidade que resulta de práticas patriarcais do passado, que resulta em sérias conseqüências práticas, especialmente para as mulheres. Segundo Okin, os direitos políticos pertencentes à concepção moderna liberal de privacidade e do indivíduo tem sido defendidos como direitos dos indivíduos, “mas esses indivíduos foram supostos, e com frequência explicitamente definidos, como adultos, chefes de família masculinos” (ibidem, p.308). Dessa forma, os direitos desses indivíduos à privacidade, era também o direito dos mesmos de exercer controle sobre os outros indivíduos da família (dentro da esfera doméstica), seja pela idade, ou sexo. Não é suposto que esses membros subordinados devessem ter seus próprios direitos à privacidade:

A maioria dos teóricos políticos contemporâneos continua a mesma tradição das “esferas separadas” ao ignorarem a família, e em particular a divisão do trabalho que nela se dá, as formas de dependência econômica a ela relacionadas e a estrutura de poder. O julgamento de que a família é “não-política” está implícito no fato mesmo de que ela não é discutida na maioria dos trabalhos de teoria política hoje. A família é claramente

pressuposta, por exemplo, quando se pensa no fato de que os teóricos políticos tomam como sujeitos de suas teorias seres humanos maduros, independentes, sem explicar como chegam a ser assim (ibidem, p.309).

Para Okin, a divisão do trabalho entre os sexos não é considerada, infelizmente, uma questão de justiça social. O que ocorre, segundo a autora, é uma “falsa neutralidade de gênero”. Quando os teóricos do passado utilizavam termos como “homem”, ficava claro que estavam se referindo a chefes de família masculinos, porém, esses argumentos tem sido lidos como se dissessem respeito a todos nós. Ela ressalta que “o fato de que os seres humanos nascem como crianças dependentes, não como os supostos atores autônomos que povoam as teorias políticas, é obscurecido pela pressuposição implícita de famílias generificadas” (ibidem, p.311).

Por esse motivo, as pesquisadoras feministas passaram a tratar as questões de gênero como uma categoria importante de análise política e social. Okin compara o esforço de trazer à tona as questões sobre a dicotomia público/privado, com as críticas marxistas feitas ao liberalismo, focadas na categoria de classe:

O “econômico é político” é uma afirmação central ao desafio que a esquerda coloca ao liberalismo. Paralelamente, as teóricas feministas, focando o gênero e argumentando que poder e práticas políticas e econômicas são estreitamente relacionadas às estruturas e práticas da esfera doméstica, expuseram o quanto a dicotomia entre o público e doméstico, também reificada e exagerada pela teoria liberal, serve igualmente a funções ideológicas. O slogan feminista correspondente é, obviamente, “o pessoal é político” (ibidem, p.312).

Assim, a família se tornou, e vem se mantendo desde então, como um fator de extrema relevância à política do feminismo. O que acontece na vida pessoal, mais particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica do poder, que é vista como uma característica predominantemente política.

A natureza do direito à privacidade na esfera doméstica tem sido fortemente influenciada pela natureza patriarcal do liberalismo. Há uma defesa crescente, feita por

feministas e defensoras dos direitos das crianças, de que os indivíduos, no interior das famílias, tenham direito à privacidade que muitas vezes precisam ser protegidos da própria unidade familiar. Segundo Okin, relações sexuais forçadas no casamento só foram reconhecidas como estupro na lei inglesa em meados de 1990 e que, atualmente, estudos mostram que de 10% a 14% das mulheres casadas nos Estados Unidos já sofreram ataques sexuais por parte de seus maridos e que 9% já haviam sido “chutadas ou tinham apanhado, esmurradas com o punho ou objetos, espancadas, ameaçadas ou atacadas com uma faca ou arma de fogo pelo parceiro masculino com quem viviam” (ibidem, p.322).

Conforme Debert e Gregori (2008), alguns analistas consideram que a expansão dos direitos pode ameaçar a cidadania e a soberania popular, dissolvendo a cultura cívica. Contudo, as autoras defendem que as delegacias especiais, voltadas para a defesa de minorias, são frutos de reivindicações de movimentos sociais e, por este motivo, podem ser vistas como argumento que contesta essa afirmação. No Brasil, a criminalização da violência contra a mulher teve um caminho com alguns obstáculos. Nos anos 80, foi elaborada a definição de violência contra a mulher, paralela a práticas de sensibilização e de conscientização. Porém, sua visão ainda era essencialista, gênero ainda não era uma categoria utilizada, assim, “a condição feminina tinha seu significado articulado a pressupostos universalizantes, como a idéia de que a opressão é uma situação partilhada pelas mulheres pelas circunstâncias de seu sexo, independentemente do contexto histórico ou cultural observado” (ibidem, p.168). Apesar dessa visão essencialista, as militantes deram visibilidade a questão e, assim, em 1985, foram criadas as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs).

No entanto, essas delegacias atuavam sobre tipificações penais que dependiam da interpretação que a agente (a delegada ou escrivã) tinha da queixa enunciada pela vítima. A violência contra a mulher não constituía figura jurídica definida pela lei criminal.

Em 1995, sob a Lei 9099, foram criados os Juizados Especiais Criminais (Jecrims), que tinha por objetivo expandir o acesso da população à Justiça e acelerar o andamento dos processos. Isso mudou radicalmente a dinâmica das DDMs, pois os casos que antes eram atendidos por estas, passaram a ser atendidos pelos Jecrims. Um exemplo:

Na investigação de 1.036 processos de audiência preliminar no Jecrim do Fórum de Itaquera de São Paulo ocorridos em 2002, constatamos que 76,6% das vítimas eram do sexo feminino, sendo que 80% eram mulheres que sofreram delitos de lesão corporal e de ameaça de morte por parte dos maridos ou companheiros. Os estudos recentes tem chamado atenção para essa “feminização” da clientela atendida pelos juizados especiais e, em particular, para a acentuada concentração de casos relativos às brigas e agressões entre casais no cenário doméstico (ibidem, p.171).

O “sucesso” dos Jecrims se deve ao fato de que as ocorrências ali registradas (lesões corporais leves e ameaças) eram rapidamente encaminhadas à Justiça, e as partes envolvidas eram chamadas a comparecer perante o juiz em até menos de uma semana, diferentemente do que ocorria nas DDMs. Desse modo, os Jecrims, apesar de sua eficácia, criaram uma invisibilidade nas questões sobre a violência contra a mulher .

Defendendo a visão de que esse tipo de violência deveria receber um tratamento diferenciado, as feministas reivindicaram mudanças, que levaram a promulgação da “Lei Maria da Penha⁸”, em 2006 (Lei Federal 11.340).

Essa “vitória” das mulheres contra o abuso doméstico, não é vista com muito entusiasmo pelas autoras, pois, segundo elas, essa lei não provocará uma mudança radical na sociedade:

Para pensar os paradoxos que envolvem as relações violentas, em uma abordagem que não abandona as dinâmicas concretas e experienciais de que elas são revestidas, adotamos a perspectiva que acredita na coexistência de vários núcleos de significado que se sobrepõem, se misturam, e estão permanentemente em conflito. Na situação das relações familiares, por exemplo, cruzam-se concepções sobre sexualidade, educação, convivência e sobre a dignidade de cada um.

8 Art, 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar

(...) Exercer uma posição é agir em função de várias dessas concepções, posições e marcadores, combinando-os mesmo quando são conflitivos. Desse modo, importa salientar que ao tratar de posições de gênero é preciso considerar que, certamente, existem padrões legitimados socialmente importantes na definição de identidades e condutas. Contudo, é preciso ter em mente que eles devem ser vistos como construções, imagens, referências compostas e adotadas de modo bastante complexo, pouco linear e nada fixo (ibidem, p. 179).

Ou seja, para as autoras, deveríamos suspeitar de categorias previamente dadas (mulheres, negros, índios, homossexuais, transgêneros, etc.), e procurarmos uma aliança entre os movimentos de modo a ruir as bases da intolerância e do preconceito nas relações cotidianas, a fim de que as assimetrias de poder não sejam apenas negociadas, mas transformadas.

Apesar dessa visão de que a “transformação social” não se dará através da promulgação de uma lei, temos de reconhecer que ela é um grande passo rumo a um senso maior de dignidade para as mulheres. Além disso, lança uma maior visibilidade sobre as relações assimétricas de poder na esfera doméstica que, durante séculos, não foi “resolvida” e levada a sério por ser considerada um problema de “ordem pessoal”. A erradicação da violência dentro das próprias casas já é um começo para que as mulheres, dotadas de uma segurança maior, possam se sensibilizar e se conscientizar que a violência não as agride apenas fisicamente. Como escreveu Honneth (2007),

A injúria física se torna uma injustiça moral se as vítimas são levadas a enxergá-las como uma ação que intencionalmente desprezou um aspecto central do bem-estar delas (das vítimas). Não é apenas a inflição da dor física como tal que constitui uma injúria moral, mas a consciência adicional de não ter seu entendimento reconhecido e aceito (ibidem, p.85).

2.6. POLITICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: COTAS NO PARLAMENTO

As políticas de ação afirmativa tornaram-se um modo de acelerar a inclusão feminina no campo político, porém, no Brasil, esse método tem demonstrado ser insuficiente no aumento do número de parlamentares dentro do poder legislativo. Levando em conta que para alcançar o cargo de hierarquia máxima da política, isto é, o da presidência da República, os(as) candidatos(as) precisam possuir de antemão uma carreira política (que passa por outros cargos, como o de vereador, deputado, etc.), isso torna-se problemático no caso das mulheres, já que uma pequena porcentagem delas representa o número de parlamentares em exercício no país. Isso faz com que elas não consolidem uma carreira que as permita adentrar nos cargos mais altos.

Segundo Luis Felipe Miguel (2000), o debate sobre cotas para mulheres candidatas a cargos políticos ainda é incipiente no Brasil e superficialmente abordado, porém, suas questões são de extrema importância para a compreensão de algumas premissas da política liberal e sobre o sentido da representação. Para o autor, é necessário, primeiramente, analisar os motivos que tornam importante o aumento do número de mulheres que participam do jogo eleitoral. A primeira justificativa seria de “justiça intuitiva”, ou seja, seria óbvio que metade da população não deveria ser representada por somente 5% dos membros do Congresso. Essa justificativa é problemática, pois envolve uma discussão acerca de “representação descritiva” (conceito elaborado por Hanna Pitkin, no qual descreve o parlamento como uma imagem perfeita da sociedade), que torna fundamental definir “quais clivagens sociais devem ser levadas em conta.(...) Hoje, é possível uma multiplicidade de divisões: classe social, raça, cor, gênero, orientação sexual, religião...” (Miguel, 2000, 95). Além disso, conforme o liberalismo, o único sujeito de direito seria o indivíduo e o voto seria a sua forma de se “proteger”. Caberia então que as mulheres votassem (se assim quisessem) em outras mulheres para que as representassem na política, sem que fosse necessária a utilização do recurso de cotas.

A segunda justificativa seria a de que a maior participação feminina traria à esfera política um caráter distinto, baseado no cuidado ao próximo, devido ao seu papel de mãe. Esse tipo de pensamento ganhou voz nos anos 80 e ficou conhecido como “política do desvelo” (*care politics*), que preconizava que a atividade política exercida pelas mulheres

seria mais ética e generosa. Esse tipo de justificativa demonstrou ser um tanto quanto essencialista, pois a relação entre política do desvelo e gênero não seria algo dado naturalmente:

Se as mulheres se ocupam com mais frequência de temas ‘sociais’ do que *hard politics* (administração pública, política econômica, relações internacionais) é porque, muitas vezes, este é o único nicho disponível para elas no campo político.(...) O discurso da ‘política maternal’ insula as mulheres neste nicho e, desta forma, mantém a divisão do trabalho político, uma divisão que, mais uma vez, destina aos homens as tarefas socialmente mais valorizadas (ibidem, p.93).

A terceira justificativa diz respeito ao fato de que as mulheres possuiriam interesses especiais relacionados ao gênero que deveriam ser levados em consideração e, se o sistema político dificulta essa realização devido a sua estrutura, ele demonstra ser injusto. Esse tipo de justificativa também carrega algumas críticas, pois pode se questionar se as mulheres sempre terão interesses idênticos apenas por serem mulheres. Além disso, as candidatas nem sempre possuem algum comprometimento com a questão feminina.

Para Miguel, a importância do estabelecimento de cotas no Congresso reside no estímulo para a geração de preferências de grupos dominados na estrutura social, “que a ordem liberal, com sua ênfase absoluta no indivíduo, obstaculiza” (ibidem, p. 97). No Brasil, a Lei nº 9100/95, estabelece cotas para mulheres candidatas. Segundo Miguel, a lei ainda é bem tímida, pois

Em primeiro lugar, não há reservas de cadeira no Parlamento, mas apenas vagas de candidatura. Ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no Executivo. A porcentagem fixada (20%, ampliada para 25% pela Lei nº 9504/97, que prevê 30% para as próximas eleições) está bem abaixo da desejada paridade entre os sexos. E os partidos não são sequer obrigados a preencher as vagas podendo deixá-las (no todo ou em parte) ociosas. (ibidem,p. 91).

Para Clara Araújo (2001), os resultados quantitativos da política de cotas no Brasil têm sido desanimadores se comparados com as experiências de outros países que também adotaram o mesmo recurso. A autora acredita que não exista uma resistência partidária à inclusão de mulheres na corrida eleitoral. O problema seria anterior, já que o universo de mulheres que estão dispostas a competir é reduzido. Porém, Araújo ressalta, que isso não deve ser explicado por meio de justificativas essencializantes, como, por exemplo, dizer que as mulheres são mais apáticas do que os homens, mas pelo reconhecimento de que suas trajetórias sociais são diferentes. Além do que, as condições em que a política institucional e a competição eleitoral operam no país não oferecem um cenário favorável para as mulheres. A compreensão da situação feminina no campo político deve ser observada por vários ângulos e não deve se limitar a apenas um ponto de vista, ou um tipo de metodologia:

(...) Faz-se necessário contemplar as intersecções entre as relações sociais de gênero, com os seus estereótipos e preconceitos que se manifestam nos diferentes espaços públicos, e as características do sistema político e eleitoral ao qual a análise está remetida, e que podem ser mais ou menos favoráveis aos setores que se encontram historicamente excluídos e lutam para ingressar no campo político. Nesta perspectiva o problema da representação das mulheres envolve dimensões analíticas distintas, que vão desde antecedentes comuns de exclusão histórica, passando pelas suas trajetórias sociais marcadas pela condição de gênero e por aspectos relacionados com as condições socioeconômicas, até aspectos do sistema político tais como a cultura política e o sistema partidário e eleitoral (ibidem, p. 239).

No que tange o sistema de representação eleitoral, há um consenso de que ele possui influência nas chances de candidatura das mulheres. Araújo ressalta que a maior parte da literatura sobre o assunto sugere que as listas fechadas ou semi-fechadas são mais favoráveis às mulheres do que as listas abertas⁹. Porém, apenas o tipo de lista não basta para o sucesso

⁹ Segundo Araújo, existem três tipos de listas: primeiro, a *lista fechada*, na qual os partidos estabelecem a hierarquia de prioridades dos seus candidatos e os eleitores votam na lista partidária como um todo, sem poder alterar sua ordem, ou seja, vota-se predominantemente no partido. Segundo, a lista *semi-fechada* ou flexível, na qual é apresentada uma ordem de prioridades pelos partidos, mas isto pode vir a ser alterado pelos eleitores no momento de votação, podendo estes últimos redefinir a prioridade dos nomes. Finalmente, há a lista *aberta*,

eleitoral feminino. Faz-se necessário atentar para a forma como os nomes são ordenados internamente nas listas. Na Bélgica, que possui lista semi-fechada, observou-se que as mulheres sempre ficavam alocadas na base da lista. As ativistas tomaram providências quanto a esse problema, e as listas foram reorganizadas, o que fez surtir um efeito positivo nas eleições (ibidem, p. 243). Esse tipo de organização coletiva pode ser relacionado ao tipo de cultura política de um país. Segundo Araújo, no Brasil, a cultura política ainda identifica as cotas, não como fruto de pressões e conquistas, mas como “benefícios” concedidos às mulheres. Além disso, não há sanções para o não-cumprimento dos percentuais estipulados para as cotas:

Neste contexto, as possibilidades de mobilização das mulheres e dos partidos como um todo tendem a ser pequenos e os seus possíveis efeitos simbólicos minimizados. Na ausência de mecanismos objetivos que gerem ou estimulem debates, esses processos tender a ser marcados por procedimentos burocráticos e formais. Diante disto, é possível sugerir que a característica do sistema eleitoral e da legislação contribuem também para explicar o porquê de as duas leis de cotas terem sido aprovadas sem grandes resistências por todos os partidos, independentemente dos seus perfis ideológicos (ibidem,p. 246).

Apesar dos resultados das cotas terem sido até agora insatisfatórios, Miguel (2000) e Araújo (2001), acreditam que as ações afirmativas possuem um caráter positivo ao colocar em debate a participação das minorias¹⁰ na esfera política. Para Miguel, o primeiro efeito das cotas tende a ser simbólico, expondo uma gama de “trajetórias de vida” possíveis, e um segundo efeito, seria o aumento da presença feminina em posições de poder institucional. Nas próximas seções aprofundaremos um pouco mais esse debate.

na qual o partido só compõe um universo de nomes, sem necessariamente ter de votar para a legenda partidária. Esta última modalidade de lista existe atualmente em apenas cinco países no mundo e o Brasil é um deles. (Araújo, 2001, 240).

¹⁰ Utilizo aqui o termo *minorias* para tratar de grupos sub-representados na política.

2.7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E INCLUSÃO DE GRUPOS: PERSPECTIVAS MULTICULTURAIIS

No interior da Ciência Política, uma das discussões mais frequentemente acirradas é a que gira em torno dos modelos de democracia. Há quem defenda que a democracia mais efetiva seria a participativa, pois as normas de representação possuiriam um caráter muito excludente. E há a defesa de que a representação é necessária numa sociedade complexa com muitos milhões de habitantes. E, ainda, dentro dos que defendem a democracia representativa, há os que apóiam medidas de inclusão de grupos sub-representados, especialmente quando esses grupos são minorias ou estão sujeitos a desigualdades estruturais.

Parte dessa discussão atualmente encontra-se embasada em perspectivas multiculturalistas, que valorizam a ampliação da gramática social e da incorporação de novos atores e novos temas à política, de modo a integrar grupos que antes não apareciam no jogo político, ou eram subrepresentados.

A proposta multiculturalista coloca a diversidade cultural no centro de suas preocupações (Gonçalves e Silva, 1998). Mesmo entre seus defensores não há um consenso de como o multiculturalismo deva ser encarado, se por um lado deveria ser visto como estratégia política, por outro, há os que defendam o fato de que estratégias centradas em um tipo de cultura sempre vai colocá-la como superior às outras.

Segundo Vita (2002), os multiculturalistas acreditam que o liberalismo igualitário¹¹ não consegue satisfazer problemas relacionados ao reconhecimento, porém, o autor discorda desta visão. Temas como igualdade cívica, liberdade de expressão e de associação, a não-discriminação e a garantia de oportunidades iguais constituem formas de se lidar com conflitos que decorrem de concepções diferentes sobre as condições sociais de boa vida e, segundo Vita,

Os liberais acreditam que, se esses princípios são efetivamente implementados pelos arranjos institucionais básicos da sociedade, há

¹¹ Conforme Vita, entende-se liberalismo igualitário como “a posição normativa segundo a qual uma sociedade democrática justa é aquela comprometida com a garantia de direitos básicos iguais e uma parcela equitativa de recursos sociais escassos- renda, riqueza e oportunidades educacionais e ocupacionais- a todos os seus cidadãos (...). À sociedade- aos cidadãos como um corpo coletivo- cabe a responsabilidade de dar forma a uma estrutura institucional que propicie aqueles direitos e oportunidades para todos” (p.5,2002).

espaço suficiente para que minorias culturais e religiosas observem costumes diferentes, enfatizem valores distintos e se empenhem em preservar sua identidade de grupo. Do que eles suspeitam é da exigência (...) de que o poder coercitivo estatal seja colocado a serviço da sobrevivência de uma identidade cultural específica- quer isso se apresente na forma da concessão de um direito específico a um determinado grupo, quer na da isenção de uma obrigação legal a que os demais cidadãos estão sujeitos (ibidem, p.10).

No entanto, esse tipo de visão, para os multiculturalistas, não leva em conta a experiência de culturas dominadas e , de certo modo, “engessa” a criação de novas subjetividades. É preciso então levar em conta a interdependência entre ação coletiva, produção científica e contexto histórico para que se possa resolver conflitos onde a diversidade cultural surge como um problema, sejam as discriminações étnicas, de gênero, preferências sexuais, gerações, entre outros.

Para Souza e Mattos (2007), o liberalismo reduz as qualidades da vida moral, cultural e política à “quantificação” econômica, que gera uma “quantificação estatística vazia e sem interpretação do mundo social, que se passa por conhecimento válido” (ibidem, p.8).

2.8. MARION YOUNG E A PLURALIDADE DE PERSPECTIVAS SOCIAIS

Sobre esse debate, Young (2006), apóia a inclusão de grupos na política e refuta algumas idéias que defendem que a representação seria incompatível com a “democracia autêntica”.

Um primeiro ponto a ser destacado, segundo a autora é a posição anti-representação que recusa-se a encarar as realidades complexas do processo democrático e a organização sociopolítica em larga escala. Apoiando-se no conceito de poliarquia¹² de Robert Dahl, a

¹² Para Dahl, a poliarquia seria um sistema de governo “real”, visto que as democracias existentes seriam apenas uma aproximação do modelo ideal (de democracia).

autora defende que a participação igualitária só pode ocorrer em pequenos comitês, sendo inviável até mesmo numa assembléia com algumas centenas de pessoas. Por isso,

A representação é necessária porque a rede de vida social moderna frequentemente vincula a ação das pessoas e instituições num determinado local a processos que se dão em muitos outros locais e instituições. Nenhuma pessoa pode estar presente em todos os organismos deliberativos cujas decisões afetam a sua vida, pois eles são numerosos e muito dispersos. Ainda que as expectativas de um cidadão sejam frequentemente desapontadas, ele espera que outros pensem em situações como a dele e as representem nos respectivos fóruns de discussão (Young, 2006, p. 144).

Young refuta então a visão de que as pessoas precisariam estar todas no mesmo local em uma situação de deliberação democrática. Segundo ela, a defesa desse tipo de situação ideal é a de que as instituições representativas separariam o povo do poder. Nessa imagem, o representante substituiria os eleitores, pondo-se com eles numa relação de identidade. Os críticos da representação argumentam que “não é possível a uma pessoa apresentar-se no lugar de muitas outras para falar e agir como essas o fariam se estivessem presentes” (ibidem, p.147). E, realmente, seria impossível mesmo captar dos eleitores o “singular bem comum que transcende a diversidade dos seus interesses, experiências e opiniões” (ibidem, idem).

Assim, Young percebe que há um paradoxo se aceitarmos, simultaneamente, que a representação é necessária, mas que a deliberação democrática necessita de co-presença de cidadãos e que a representação só seria legítima se o representante for, de alguma maneira, idêntico aos eleitores. Nesses termos, a representação seria necessária mas impossível. Por isso, ela defende que devemos descartar as imagens de co-presença dos cidadãos e a idéia de que os representantes devem estar presentes pelos cidadãos. Segundo a autora, “a representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante (ibidem, p.148). O ponto importante a ser ressaltado é a de que a representação não seria um *substituir* o eleitor, mas um *relacionamento* com ele:

Conceber a representação como um relacionamento diferenciado entre atores plurais dissolve o paradoxo posto pela situação na qual uma só pessoa representa as experiências e opiniões de muitas outras. Não há uma específica vontade do povo que possa ser representada. Uma vez que o eleitorado é internamente diferenciado, o representante não se põe *por* ou se reporta a uma opinião ou interesse compartilhado por todos os eleitores que ele deva expressar e defender. (...) Os sistemas de representação, por vezes, deixam de ser suficientemente democráticos não porque os representantes deixam de se pôr pela vontade dos eleitores, mas porque perderam a conexão com eles. Nas democracias de massa modernas, as relações entre representantes e eleitores de fato se rompem facilmente: o difícil é mantê-las. (ibidem, pp.149-150).

A conexão entre representantes e representados seria mantida ao longo do tempo por meio de antecipações e retomadas, em momentos de autorização e prestação de contas. O representante estaria autorizado a agir, mas sempre antecipando o momento em que será avaliado pelo seu eleitorado. Porém, como observa a autora, “em muitos sistemas de representação, a única forma de efetivar a prestação de contas é a reautorização por meio da reeleição” (ibidem, p.155). Seria então necessário um aperfeiçoamento das democracias representativas, com a criação de meios oficiais de prestação de contas distintos das campanhas eleitorais.

Exposto isso, Young parte para a argumentação de que o representante não pode retratar a identidade de um eleitor, nem uma suposta identidade coletiva do eleitorado. Sugere que os eleitos devem então representar “*aspectos* da experiência de vida, da identidade, das crenças, ou atividades mediante os quais uma pessoa tem afinidade com outras” (ibidem, p.158). Sintetizando, uma pessoa poderia ser representada no processo político por meio de três modos gerais, que são: **interesses, opiniões e perspectivas**.

Interesses é tudo aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações: “um agente individual ou coletivo tem interesse naquilo que é necessário ou desejável para que sejam alcançados os fins que ele

almeja” (ibidem, p.159). Os interesses diferem dos princípios e valores na medida em que aquele define os meios para alcançar os fins estabelecidos por estes.

Os princípios e valores assumidos por uma pessoa são chamados pela autora de **opiniões**. Estas condicionam o juízo dos eleitores sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados. Elas podem ser baseadas em crenças religiosas ou estar culturalmente baseadas numa visão de mundo ou na história de determinadas práticas sociais. Tratar-se-ia de uma esfera primária daquilo que Phillips (2001) chama de “política das idéias¹³”.

Por último, as **perspectivas** seriam diferentes histórias, experiências e compreensões sociais derivadas de variados posicionamentos das pessoas. Assim, “as posições sociais estruturais produzem experiências particulares, relativas ao posicionamento, e compreensões específicas dos processos sociais e de suas consequências” (Young, 2006, p. 162).E, embora diferentes, as perspectivas sociais não são necessariamente incompatíveis, pois, a partir de cada perspectiva, alguns aspectos da realidade dos processos sociais são mais visíveis que outros e podem ser vivenciadas de modo mais ou menos consciente:

As experiências culturais de povos ou de grupos religiosos diferenciados, bem como de grupos que reagem a uma história de injustiças ou de opressão estrutural, frequentemente lhes conferem interpretações refinadas acerca de suas próprias situações e de suas relações com outros grupos. A perspectiva pode se revelar em histórias e em canções, em brincadeiras e em jogos de palavras, assim como formas de expressão mais assertivas e analíticas (Young, p.164, 2006).

Segundo Young, devemos olhar para a perspectiva social não de modo reducionista, como se uma perspectiva afro-americana ou de gênero, por exemplo, possuísse apenas um interesse de grupo. Um dos argumentos dos críticos da inclusão de grupos na política refere-

¹³ Segundo Phillips (2001), a democracia liberal considera a representação tanto mais adequada quanto melhor reflete as opiniões, preferências ou crenças dos votantes. As características pessoais dos representantes raramente aparecem na discussão e como os eleitores não sabem muito sobre os mesmos, os partidos políticos lhes forneceriam dados necessários para fazerem suas escolhas políticas. Phillips concorda com essa idéia, mas acredita que tenha havido um equívoco em tratar a representação como algo estritamente cerebral: “A diversidade que a maior parte dos liberais tem em mente é uma diversidade de crenças, opiniões, preferências e objetivos, que pode estar enraizada na experiência, mas é considerada, em princípio, desligável dela” (ibidem, p.273).

se ao fato dos grupos serem diferenciados internamente, sendo impossível uma representação efetiva. Mas para Young, devemos evitar esse tipo de visão individualista, que toma a discussão sobre grupos como inútil. A idéia de perspectiva captaria a sensibilidade da experiência de posicionamento de um grupo, mas sem especificar um conteúdo unificado para aquilo que a percepção vê, assim

Podemos muito bem encontrar pessoas que tem uma perspectiva social semelhante, mas que fazem interpretações diferentes de uma mesma questão. A perspectiva é uma abordagem da maneira de olhar os eventos sociais, qual condiciona, mas não determina o que se vê. (...) As múltiplas perspectivas a partir das quais as pessoas podem ver a sociedade podem reforçar e enriquecer umas às outras (ibidem, p. 166).

Os grupos sociais menos privilegiados na sociedade são sub-representados na maioria das democracias contemporâneas e isso frustra as promessas de igualdade política e de oportunidades que se encontram nos princípios democráticos. Enfrentar e reduzir a desigualdade social estrutural por meio da inclusão política, seria um grande passo em direção a realização desses princípios.

Para sanar esse problema, um modo importante de promover maior inclusão dos grupos sub-representados são os dispositivos políticos criados especificamente para aumentar a participação de mulheres, pessoas da classe trabalhadora, minorias raciais ou étnicas, castas desfavorecidas, etc. Cotas em listas partidárias, representação proporcional, cadeiras parlamentares reservadas e delimitação de distritos eleitorais especiais tem sido propostos e implementados.

Young defende a inclusão por meio de tais dispositivos e refuta as objeções feitas pelos críticos, como foi visto anteriormente, de que a representação de grupos obscurece as diferenças internas e reduz todos os membros a uma essência comum. Para ela, isso pode ser rebatido pela sua noção de perspectiva social.

A favor da inclusão de grupos sub-representados no processo político, a autora destaca três pontos:

Primeiro, a representação de grupos desfavorecidos estimularia o seu engajamento, já que, frequentemente, grupos marginalizados politicamente poderiam tornar-se apáticos diante do processo político.

Segundo, a representação especial de perspectivas sociais levaria algumas questões dos grupos a patamares de visibilidade que, se fossem discutidos como problemas neutros ou universais, não produziram reflexões mais profundas na sociedade.

Terceiro, os membros dos grupos socialmente estruturados possuem compreensões diferentes sobre as causas dos problemas e de suas soluções e isso gera um leque de possibilidades políticas. O contrário pode ser prejudicial, pois “se apenas algumas dessas compreensões influenciam as discussões e as decisões, os atores políticos ficam mais propensos a perpetuar a injustiça ou agir com imprudência” (ibidem, p.175).

Conclui-se então que a importância da inclusão de grupos sub-representados na política é de fundamental importância para a realização dos princípios democráticos. E a inserção de um maior número de mulheres nos espaços políticos vai de encontro não apenas com melhoras materiais para o grupo, mas também relaciona-se com a questão do reconhecimento.

Conforme Bohn (2008), nas sociedades pós-industriais, os temas defendidos no ambiente político não debruçam-se tão somente sobre questões de sobrevivência, mas também sobre temas relativos à qualidade de vida, meio ambiente, defesa e respeito à diversidade social (seja ela religiosa, étnica, racial, de gênero, de sexualidade, etc.) (ibidem, p.357).

A aceitação da participação equitativa da mulher- não só na política, mas em todas as áreas de convívio social- evidenciaria o quão uma sociedade desenvolvida compartilha de valores democráticos e igualitários.

A autora, baseada em estudos sobre a modernização brasileira, afirma que o Brasil pode ser considerado uma nação industrializada e de renda média. Porém, reconhece que as consequências sociais desta modernização não atingiram todos os setores socioeconômicos de modo simétrico. Dessa forma, não se sabe ao certo o impacto dessa heterogeneidade no plano de valores da população. Segundo a pesquisadora, “precisamos aferir até que ponto essas desigualdades obstaculizaram a difusão, entre a população brasileira de valores

“modernos”, ou mesmo pós-materialistas (isto é, típicos de sociedades pós-industriais)” (ibidem, p.358).

Assim, tornam-se necessárias discussões que se aprofundem sobre o tema, visto a sua importância na realização de uma sociedade mais igualitária e justa, que leve em consideração a pluralidade de vozes que perfazem a política. Para abordarmos o assunto, trataremos alguns pontos das ideias de dois importantes teóricos atuais sobre o debate sobre reconhecimento.

2.9. O DEBATE EM TORNO DO RECONHECIMENTO E DA REDISTRIBUIÇÃO: NANCY FRASER E AXEL HONNETH

Recentemente, o debate mais acirrado sobre políticas progressistas tem sido cindida em duas partes: de um lado, os defensores da redistribuição, que buscam uma distribuição mais justa de recursos e bens. E, do outro lado, há os partidários do reconhecimento, que buscam suplantar os conflitos de classe e dar mais destaque aos conflitos de status social, advindos da dominação cultural.

Essa dissociação tem se tornado polarizada, pois alguns proponentes da luta pela redistribuição enxergam a reivindicações para o reconhecimento como “consciência falsa”, um impedimento para que se alcance a justiça social. Enquanto, proponentes do reconhecimento consideram a política redistributiva como parte de um materialismo antiquado, que não consegue articular nem desafiar as principais experiências da injustiça.

Para Fraser (2007b), essa antítese é falsa, pois justiça hoje exige tanto a distribuição, quanto o reconhecimento. A questão é integrá-las em uma estrutura abrangente, porém, essa não seria uma tarefa fácil, pois envolve questões que dizem respeito à relação entre moralidade e a ética, o correto e o bem, a justiça e a boa vida. Segundo a autora, os filósofos tem relacionado a justiça redistributiva à noção de moralidade e o reconhecimento à ética. Assim, as discussões passam a girar sobre o que teria prioridade: o correto ou o bem.

No final do século XX, as lutas feministas focaram-se no reconhecimento¹⁴, fazendo com que as lutas sociais ficassem subordinadas às lutas culturais. A intenção, a princípio, era a de criar uma sinergia entre as diferentes lutas, porém, como afirma Fraser,

No contexto de fin-de-siècle, a virada em direção ao reconhecimento acomodou-se confortavelmente ao neoliberalismo hegemônico que nada mais queria do que reprimir a memória do igualitarismo social. O resultado foi uma trágica ironia histórica. Ao invés de chegar a um paradigma maior e mais rico que incluísse tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, nós efetivamente trocamos um paradigma truncado por outro- um economicismo truncado por um culturalismo truncado (Fraser, 2007a, p.297).

Para Fraser, o desafio é tentar descobrir como conceitualizar o reconhecimento cultural e a igualdade social de modo que uma demanda não enfraqueça a outra. No caso de reivindicações envolvendo questões de gênero e raça, por exemplo, tem-se que afirmar tanto o princípio da igualdade quanto o da diferença. Em relação a distribuição, pode-se reconhecer que

O movimento feminista teve de lutar para destruir a injustiça econômica através da denúncia de que o gênero estrutura a divisão fundamental entre trabalho produtivo e assalariado e trabalhos reprodutivos, doméstico e não-assalariado, típico da mulher. Além disso, o gênero também estrutura a divisão de trabalho entre ocupações profissionais e bem pagas dominadas por homens e o trabalho doméstico, mal pago, dominado por mulheres. Como solução para isso, a transformação da economia política deveria eliminar a exploração, a marginalização e a privação específica de gênero, o que significa eliminar as diferenças de gênero, a especificidade do gênero. (Mattos, 2004, p.147).

¹⁴ Mas cabe ressaltar que a questão do reconhecimento e transformação cultural fizeram parte de todas as fases do feminismo. Porém, no final do século XX, essas questões se apartaram do projeto de transformação político-econômica e de justiça distributiva.

Porém, não apenas a diferenciação baseada na política econômica deve ser sanada, mas também os padrões culturais que privilegiem as práticas, as formas de comunicação e interpretação masculinas. O não-reconhecimento seria a depreciação dessa identidade por parte da cultura dominante. E isso, por sua vez, faria com que o grupo se reunisse para remodelar a sua identidade coletiva ao produzir uma cultura de auto-afirmação.

Para Fraser, isso é problemático, pois a imposição de uma identidade de grupo única “drasticamente simplificada, que nega a complexidade da vida das pessoas, a multiplicidade de suas identificações, e os contra-golpes de suas várias afiliações”, ocasionaria uma pressão moral aos membros do grupo, para se conformarem à cultura coletiva (Fraser, 2007b, p. 117).

Esse é considerado um problema apontado, frequentemente, pelos opositores das políticas de ação-afirmativa, que temem que as identidades de grupo obscureçam as características pessoais dos indivíduos e reforcem a dominação intragrupal.

Por meio dessa percepção, Fraser, propõe uma análise alternativa de reconhecimento, tratando-o como uma questão de *status* social:

A partir dessa perspectiva- vou chamá-la de modelo de status- o que exige reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o status dos membros do grupo como parceiros plenos na interação social. O não-reconhecimento, conseqüentemente, não significa a depreciação e a deformação da identidade do grupo, mas, sim, a subordinação social no sentido de ser impedido de participar como um par na vida social. Reparar a injustiça requer uma política de reconhecimento, por certo, mas isso não mais significa uma política de identidade. No modelo de status, ao contrário, isso significa reconhecer uma política que objetiva superar a subordinação ao estabelecer o grupo não-reconhecido como um membro efetivo da sociedade, capaz de participar no mesmo nível que os outros membros. (ibidem, 2007b,p.117).

Nesse modelo sugerido pela autora, o não-reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com as normas culturais que impedem a paridade de participação. Assim, o objetivo desse modelo não é valorizar a identidade de

grupo, mas superar a subordinação, desinstitucionalizando padrões de valor cultural que impedem a paridade de participação por padrões que a favoreçam.

Esse modelo traria alguns benefícios, segundo Fraser, aos quais ela enumera:

Primeiro, ao rejeitar a visão do reconhecimento como valorização da identidade do grupo, ele evita tornar essas identidades essenciais. Segundo, ao focar os efeitos das normas institucionalizadas sobre as capacidades de interação, ele resiste à tentação de substituir a reconstrução da consciência por mudança social. Terceiro, ao impor a igualdade de status no sentido da paridade da participação, ele valoriza a interação transgrupal, em oposição ao separatismo e ao isolamento do grupo. Quarto, o modelo de status evita materializar a cultura- sem negar-lhe a importância da política. Conscientes de que os padrões institucionalizados do valor cultural podem ser veículos de subordinação, ele busca desinstitucionalizar os padrões que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a favoreçam (ibidem, p. 118).

Sua proposta é reconhecida como sendo transformativa, pois tem como finalidade a correção dos resultados indesejados pela reestruturação da estrutura que os produz, diferentemente dos métodos afirmativos, que, segundo a autora, não mexem na estrutura que gera os resultados indesejados. Para ela, a longo prazo, os remédios afirmativos rotulariam as mulheres como privilegiadas, fomentando o ressentimento.

Diferentemente de Axel Honneth (2007), importante teórico sobre a teoria de reconhecimento (e que será abordado mais adiante), Fraser sugere que o reconhecimento seja concebido como uma questão de justiça e não de ética. Para ela, o não-reconhecimento de grupos subordinados deveria ser visto como uma violação à justiça. Dessa forma, não haveria uma imposição universal de boa vida, mas “uma concepção de justiça que pode e deve ser aceita por aqueles com concepções divergentes de boa vida” (Fraser, 2007b, p.121). Além disso, trabalhar o não-reconhecimento como questão de justiça faz com que ele saia de um viés embasado na psicologia individual ou interpessoal e passe a ser tratado como problema de injustiça social. Assim, ele requer que todos possuam direitos iguais para exercer estima social sob condições justas de oportunidades iguais:

E estas condições não são obtidas quando, por exemplo, os padrões institucionalizados do valor cultural degradam universalmente a feminilidade, a “não-branca”, a homossexualidade e tudo que estiver culturalmente associado a eles. Quando é esse o caso, mulheres e/ou pessoas de cor e/ou gays e lésbicas enfrentam obstáculos na busca pela estima que não são encontrados pelos outros. E todos, inclusive os homens heterossexuais brancos, enfrentam novos obstáculos se eles optarem por desempenhar projetos e cultivar traços que são culturalmente de caráter feminino, homossexual, ou “não-branco”. (Fraser, 2007b, p.124).

Por esses motivos a autora reafirma que o reconhecimento é melhor tratado como questão de justiça. Contudo, Fraser, entra num impasse quando tenta aliar sua noção de reconhecimento com a de distribuição. Conforme a leitura feita por Mattos (2004),

A denúncia de Fraser é a de que as abordagens que se propõem a analisar a realidade social contemporânea tendem a subsumir as duas dimensões dos conflitos sociais uma na outra. O economicismo, por exemplo, tende a propagar a idéia de que a solução para os problemas da realidade social pode ser dada pela economia. São aquelas explicações que afirmam, por exemplo, que se o PIB de tal país crescer tanto por cento é possível que se reduza a pobreza, se distribua a renda etc. Segundo essa abordagem, a cultura é um epifenômeno da Economia. Há outra corrente chamada de Culturalista que, ao contrário do economicismo, propõe que mudanças na cultura são capazes de gerar mudanças em toda ordem social, transformando a economia num epifenômeno da cultura. (ibidem, p. 154).

A perspectiva dualista de Fraser visa reconhecer essas duas dimensões, porém, sofre ao tentar agregá-las. Segundo a autora, sua intenção não é reduzir uma perspectiva em relação à outra, mas tratar ambas dentro de uma estrutura mais abrangente.

Em relação à esfera política, para a autora, a distribuição de bens e recursos deve assegurar a independência e a voz (direito à fala) dos participantes, a qual ela chama de *condição objetiva* da paridade participativa. A exclusão se daria pela institucionalização da

privação, a exploração e as disparidades na riqueza, na renda e no lazer, o que impediria que as pessoas possam interagir umas com as outras como pares. A outra condição que Fraser ressalta, a *condição intersubjetiva*, requer que os padrões institucionalizados de valor cultural expressem valor igual para com todos os participantes e assegurem oportunidades idênticas para que seja alcançada a estima social. Desse modo, “uma concepção ampliada da justiça orientada para a norma da paridade participativa inclui tanto a redistribuição, quanto o reconhecimento” (ibidem, 2007b, p. 127).

Em suma, para Fraser, é necessário saber distinguir analiticamente as demandas por reconhecimento e as demandas por redistribuição, para que se possam resolver essas questões onde essas dimensões parecem se contradizer nas lutas sociais. A sua teoria serviria para clarificar os parâmetros do debate público, retirando o reconhecimento do campo da ética e passando-o para o de justiça. Isso significaria investigar os padrões institucionalizados de valor cultural e as propostas para mudá-los, por seu impacto na interação social.

Para Axel Honneth (2007), o crescimento da demanda por reconhecimento e dignidade é encarado atualmente como resultado da desilusão política, uma vez que as demandas por redistribuição econômica apareceram como uma meta inalcançável a longo prazo. No entanto, o autor apresenta uma forma alternativa de interpretar essa questão. Para ele, o aumento em relação às ideias sobre reconhecimento é uma consequência do desenvolvimento da sensibilidade moral. Com isso, o surgimento de novos grupos sociais chamaram a atenção das pessoas para o significado político da experiência de desrespeito social ou cultural.

Primeiramente, Honneth sugere uma retomada histórica do conceito de reconhecimento. Segundo o autor, o reconhecimento sempre desempenhou um papel importante na filosofia prático-moral: “a idéia de que somente as pessoas cujas ações encontram aceitação social dentro da *polis* podem levar uma boa vida desempenhou papel dominante na Grécia antiga” (ibidem, p.81).

Nos últimos vinte anos, as discussões sobre multiculturalismo e auto-esclarecimento teórico do feminismo compartilharam a visão de que os indivíduos ou grupos sociais tem de ser aceitos e respeitados em suas diferenças. E, a partir de então, criou-se o entendimento de que a qualidade moral das relações sociais não podem ser mensuradas “exclusivamente em

termos de uma distribuição justa ou equitativa de bens materiais” (ibidem, p.81). Assim, as preocupações políticas passaram a acolher temas da filosofia moral, mas ainda assim, o conceito de reconhecimento não adquiriu uma definição clara.

Para melhor compreender o significado desse termo, o autor cita os primeiros trabalhos de Hegel. Segundo Honneth, encontra-se em Hegel a “idéia de que a autoconsciência do indivíduo depende da experiência de reconhecimento social” (ibidem, p.83). O progresso ético ocorreria ao longo de um certo número de etapas, com padrões de reconhecimento crescentes, que são mediados por lutas intersubjetivas, nas quais os indivíduos procuram adquirir aceitação para reivindicações a respeito de sua própria identidade. Hegel fornece duas formas de reconhecimento recíproco:

A primeira seria o amor: dois sujeitos aceitariam reciprocamente seus grupos específicos de necessidades, de forma que eles possam atingir segurança emocional na articulação de suas atividades físicas.

A segunda, no que se refere ao Estado, contém uma forma de reconhecimento, onde a ética confere aos sujeitos a valorização recíproca das qualidades que contribuem para a reprodução da ordem social. Segundo Honneth,

Hegel parece ter sido convencido em seus primeiros trabalhos de que a transição entre esses vários domínios de reconhecimento é alcançada através de uma luta, travada entre sujeitos, pela aceitação de sua autopercepção em desenvolvimento gradual. A reivindicação para ter cada vez mais dimensões da personalidade de alguém reconhecida de certa forma leva ao conflito intersubjetivo, que só pode ser resolvido através do estabelecimento de campos do reconhecimento progressivamente maiores (ibidem, p. 84).

O autor esclarece que Hegel não é um teórico social para conceber essa definição de reconhecimento como um pressuposto da constituição real da sociedade moderna, porém, ele pode ser utilizado como um auxílio no entendimento desse fenômeno.

Exposto isso, no entendimento de Honneth, primeiramente, os indivíduos devem ter suas necessidades físicas e emocionais satisfeitas, como forma de aceitação e encorajamento afetivos. Dessa forma,

A atitude positiva em relação a si próprio que surge desse reconhecimento afetivo é o de confiança em si mesmo. Ela se refere à camada fundamental de autoconfiança emocional e corporal na expressão das necessidades e sentimentos do indivíduo, que forma as pré-condições psicológicas para o desenvolvimento de todos os outros aspectos do auto-respeito (ibidem, p. 86).

A atenção emocional nos relacionamentos primários faz com que as pessoas passem a se considerar como portadoras iguais dos direitos, a partir da perspectiva de seus companheiros, tornando-se capazes de compartilhar, na comunidade, os atributos de atores moralmente competentes. Ou seja, isso extrapola as relações primárias e atinge as relações legalmente fundamentadas em duas direções: na extensão material e moral dos direitos, respectivamente:

No primeiro caso, o conteúdo material resulta da ordem legal, de forma que pode ser dada consideração legal às diferenças nas oportunidades disponíveis aos indivíduos para perceberem suas liberdades intersubjetivamente garantidas. No segundo caso, as relações legais são universalizadas, no sentido em que, a um círculo crescente de grupos até agora excluídos ou desprotegidos dentro de uma comunidade, são concedidos os mesmos direitos que os concedidos a todos os outros membros. Por esta razão, a relação de reconhecimento aparente na ordem legal contém, em seu cerne, uma dinâmica universalizadora que sobe ao poder através de lutas históricas (ibidem, p.87).

Outro aspecto destacado pelo autor é a valorização dos feitos ou formas específicas de vida, que resulta na auto-estima do indivíduo. A auto-estima e autoconfiança éticas tornar-se-iam possíveis através de um relacionamento recíproco de reconhecimento que, associado à solidariedade, incorporaria o princípio de diferença igualitária.

Dessa forma, teríamos então três padrões de reconhecimento- amor, ordem legal e solidariedade, os quais forneceriam as condições formais para a interação e garantiriam dignidade ao ser humano. Diferentemente de Fraser, Honneth diz que o reconhecimento só

pode ser considerado como um conceito de “justiça” após ser reconstruído dentro da estrutura de uma concepção formal de boa vida. E a pré-condição intersubjetiva de boa vida é um fator historicamente variável, ou seja, é dependente de uma condição presente que não pode ser transcendida.

Outro ponto em que Honneth discorda de Fraser, é no que diz respeito as demandas por justiça distributiva. O autor defende que todos os conflitos sociais tem como base uma luta por reconhecimento. E o não-reconhecimento está na base dos sentimentos de sofrimento, humilhação e privação. Além disso, para ele é falsa a noção de que as políticas de reconhecimento sejam um novo fenômeno, desagregadas das lutas por justiça social ao longo dos séculos:

O movimento das mulheres tem raízes de pelo menos 200 anos. A fundação das comunas foi tão importante no início do século XIX como na década de 1960. Os nacionalismos europeus não foram os exemplos de política de identidade do século XIX? E o que dizer da luta dos afro-americanos resultante da escravidão? E sobre a resistência anticolonial? Nenhuma delas é política de identidade limitada ao relativo afluente (os “pós-materialistas” como Ingleheart os chama) como se houvesse uma hierarquia clara das necessidades, nas quais interesses materiais claramente definidos precedem a cultura e as lutas sobre a constituição da natureza dos interesses- tanto material quanto espiritual (ibidem, p.91).

Dessa forma, Honneth defende que as regras de distribuição não devem ser vistas apenas como derivadas das relações de reprodução, mas sim como a expressão institucional de um dispositivo sociocultural que determina qual grau de estima atividades específicas ocupam em um determinado momento.

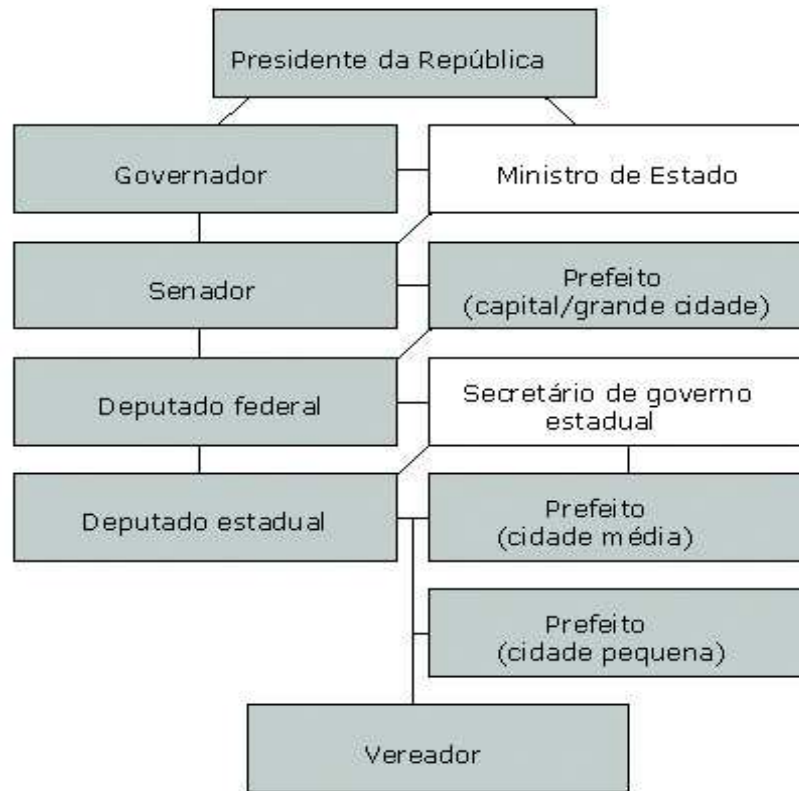
Apesar das divergências entre Fraser e Honneth, ressaltamos aqui a importância da discussão das desigualdades dentro de uma perspectiva culturalista que tenha como foco a transformação das relações e não somente a implementação de mecanismos institucionais que tenham por finalidade a obtenção da paridade na esfera política. Os grupos sub-representados precisam desafiar não só a estrutura econômica e institucional, mas também a cultural para que uma transformação efetiva seja realizada.

2.10. MÍDIA E CAPITAL POLÍTICO: A VISIBILIDADE QUE GERA VOTOS

O conceito de *capital* encontra-se na obra de Pierre Bourdieu, que o define como “uma espécie de crédito social, no sentido preciso do termo, isto é, algo que depende fundamentalmente da crença socialmente difundida na sua validade” (Bourdieu *apud* Miguel, 2003, p. 120). O capital simbólico legitima uma forma de dominação no qual “os dominados concedem seu reconhecimento aos dominantes graças ao desconhecimento da desigualdade material que lhes permite alcançar a competência que, depois, transita socialmente como signo de um talento inato” (Miguel, 2003, p. 121). O capital político, seria uma forma de capital simbólico, que legitima a pessoa a atuar na esfera política. Desse modo, para quem desejar avançar na carreira é de suma importância possuir capital político, que “baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política)” (ibidem, p. 121).

O posto mais alto da estrutura política, o cargo de presidência da República é geralmente alcançado por candidatos que possuem uma carreira política estruturada. A carreira estruturada, aqui, é entendida da seguinte forma:

Figura 1 – Estrutura da Carreira Política no Brasil



Fonte: MIGUEL, L.F (2003).

Nota: as caixas em cinza indicam cargos escolhidos pelo voto popular.

É necessário lembrar que a carreira política possui certa maleabilidade, o que faz com que nem todos sigam o modelo como foi proposto. A influência da mídia se diferencia conforme os cargos políticos, mas o ponto principal é que ela é crucial para qualquer político que pretenda seguir carreira e chegar ao topo da estrutura política. Isso porque a visibilidade nos meios de comunicação é de extrema importância para o reconhecimento público.

No caso das candidatas mulheres, o capital político gira em torno não somente da sua visibilidade, mas também do que seria considerada a sua “peculiaridade” de gênero. Isto é, as mulheres, apesar de minoria na disputa política, contariam com algo que as diferencia dos candidatos masculinos, algo relacionado a sua “natureza feminina”, como é visto pelo senso comum. Essa “peculiaridade” pode ser tanto um fator positivo para a visibilidade das

mulheres, quanto um fator negativo, pois as “engessa” em diversos papéis tradicionais considerados femininos.

Para exemplificar, levando em conta o caráter regional do estudo, podemos citar o estudo desenvolvido por Irllys Barreira (1998), no qual autora traça os perfis de candidatas à Prefeitura das cidades de Fortaleza, Natal e Maceió, durante o ano de 1996. A pesquisadora defende que as análises de candidaturas femininas não devem ser vistas como uma unidade social, e sim, estudadas conforme sua trajetória política. Para isso, cita como exemplo uma tipificação feita por Blay (1990), na qual analisa as candidaturas femininas às prefeituras nordestinas nos anos 70.

Observa a pesquisadora que existem três modelos de prefeitas configurados através dos seguintes tipos: prefeita coronel, prefeita esposa e prefeita por conta própria. Enquanto os dois primeiros tipos correspondem a uma opção política movida por herança familiar ou fidelidade a facções de grupos políticos locais, o terceiro aponta uma socialização política também familiar à qual se acrescenta um desempenho profissional capaz de construir um capital simbólico baseado na “popularidade”. A realização de um desempenho profissional permite o reconhecimento de méritos pessoais que designam a característica de “conta própria” (Barreira, 1998, p.18).

Em sua pesquisa, Barreira notou que as candidatas estudadas preferiam buscar o reconhecimento do eleitorado por meio de suas “competências pessoais”. Assim, as mulheres ingressam na política procurando realçar atributos capazes de demonstrar capacidade de gestão administrativa e não a vinculação familiar. Barreira também ressalta algo que seria reconhecido como “identidade estratégica” criado pelas candidatas para formalizar espaços de oposição através da gestão da diferença, explicitada através de trajetórias pessoais e valores emblemáticos :

São identidades construídas e reconstruídas ao longo da campanha, tendo por referência o espaço político percorrido que passa a constituir o escopo das “biografias”. Ser “guerreira”, ser de “luta” e “ter dedicado parte da vida à luta pela justiça” constituem símbolos de credibilidade difundidos como espécies de passaporte para a vida política. Ressalta-se,

nesses termos, um “trabalho de apresentação” de candidatas, caracterizado pelo uso de atributos ou símbolos que objetivam promover eficácia política (ibidem, p.19).

Essas identidades visam enaltecer o fato de que a mulher candidata não depende da proteção de políticos, ou não se coloca como mero porta-voz de grupos partidários, constituindo-se assim a referência de uma candidatura capaz de comungar com os princípios de uma política moderna, distante da política patriarcalista.

Mas o que se pode perceber em campanhas femininas é que há uma certa tensão entre essa postura independente, na qual o gênero seria neutralizado, e a valorização de que “ser mulher” seria quase como uma qualidade própria, dessa forma,

as candidaturas femininas constroem estratégias, elaborando um sentido cênico e uma estrutura discursiva, que aparecem como uma espécie de “a mais”. Um além que afirma alusões à universalidade de valores” (...) O discurso feminino na política é signatário de um lugar a ser construído, que passa pelo enaltecimento de características típicas femininas e masculinas também presentes e, às vezes, colocadas como sendo mais desenvolvidas na mulher. É como se a qualidade tivesse que ser mostrada não somente nos feitos, mas também no corpo, no coração e em expressões de afeto (ibidem, p.35).

Mescla-se, então, nas campanhas femininas, dois tipos de imaginários: um que diz respeito a mulher como sendo um ser “virtuoso” atrelado ao papel tradicional de cuidadora (o que vincula-se diretamente ao âmbito privado) e o de mulher autônoma, que rompe com os velhos conceitos.

O que se percebe é que, apesar da necessidade de se analisar as trajetórias de diferentes candidatas de modo singular, há, frequentemente, o uso do gênero na formação do capital político e construção de uma identidade estratégica, que as diferencia na disputa eleitoral:

A construção da figura feminina como significante da prática política acena com diferentes possibilidades figurativas. Se a época da

República remete fundamentalmente a aspectos mitológicos e religiosos, a presença efetiva da mulher nos espaços públicos contemporâneos apresenta outro conjunto de significados que podem ser lidos através de dois códigos não necessariamente excludentes. A combatente ou a guerreira está figurada na militante, que faz de sua participação nas lutas populares a força de um capital simbólico. A experiência, e o tino administrativo, por outro lado, remetem tanto a valores significativos do mundo masculino como à capacidade efetiva de gerenciamento doméstico, do qual a cidade pode constituir uma espécie de extensão. Também, valores referentes à sensibilidade ou maternidade são constantemente evocados na tentativa de transferir capital simbólico construído no âmbito doméstico para o espaço da política. A imagem da candidata militante termina constituindo a evidência de valores libertários típicos da mulher moderna que é capaz de, sozinha, “fazer a sua carreira política” (ibidem, p.37).

Mesmo com a modernização da política, sabemos que a participação das mulheres nessa esfera está “engatinhando” e a busca por uma identidade política ainda está em processo. A tensão entre as “imagens do feminino”, a tradição *versus* inovação é algo a ser estudado para que possamos romper com lugares e expectativas que engessem as mulheres.

Em pesquisa recente, Bohn (2008) afirma, por meio de análise de survey, que 88% dos brasileiros entrevistados considerariam votar em uma mulher para presidente do Brasil. A autora então conclui que a disposição do eleitorado brasileiro de votar em uma candidata é grande e isso indicaria que a população brasileira rejeita visões patriarcais no universo político. Mas será mesmo? Será que a disposição de votar em uma mulher rompe definitivamente com padrões patriarcais sobre a imagem que se tem da mulher?

Como foi dito no início, o capital político é amplamente produzido pela mídia, já que a presença nos meios de comunicação de massa cumpre a tarefa de tornar o candidato familiar aos eleitores e inspirar confiança aos apoiadores e financiadores de campanha. Desse modo pode-se indagar como é que as mulheres candidatas estão sendo representadas na imprensa; como são tratadas as tensões (se caso elas existirem ainda hoje) entre as imagens tradicionais e as de ruptura, especialmente no cargo mais “elevado” da estrutura política.

3. CAPÍTULO III

3.1. O MÉTODO DE ANÁLISE

O modelo metodológico adotado neste trabalho é a análise de *enquadramento* (*framing*), na qual se pode desenvolver um mapa que nos auxilie a responder de que maneira a mídia representa os acontecimentos políticos e buscar evidenciar padrões nas matérias analisadas.

Segundo Colling (2001), o conceito de enquadramento surgiu para complementar o conceito de *agenda-setting*, abordado no capítulo I. Enquanto este nos diria sobre o que pensar, o enquadramento sublinharia sobre como deveríamos pensar os temas estabelecidos pela agenda. Com isso, não estamos querendo dizer que a mídia tem o poder de manipular ou faz isso de modo deliberado, mas que é possível, e necessário, que se observe o modo como as matérias são publicadas ao longo de um determinado período para que se perceba algum tipo de regularidade, ausência ou predominância de assuntos:

O conceito de framing consiste em oferecer o modo de descobrir o poder do texto.(...) Produzir um enquadramento é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e dar a eles um destaque maior no texto comunicativo, gerando interpretação, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito (Colling, 2001, p. 94).

Assim, quando um tema é salientado, obscurecido ou omitido pelos meios de comunicação, o modo como será apreciado poderá receber influência do tipo de enquadramento que lhe é reservado, dessa forma, a “teoria do *framing* é normalmente utilizada para demonstrar como a mídia retrata o mundo em termos de seleções e construções simbólicas” (Zanetti, 2008, p.4).

O método para a análise de enquadramento não é um método fechado, como ressalta Porto (2004), mas é preciso que haja uma pré-definição das etapas a serem percorridas. Para este trabalho, os passos utilizados foram a coleta do material a ser utilizado, os quais foram as revistas semanais informativas *Veja*, *Época*, *ISTOÉ* e *Carta Capital*, no período de julho

a setembro de 2006, durante o 1º turno das eleições presidenciais. No total foram levantadas 52 revistas. Em cada revista foram analisadas as seções de política brasileira e suas respectivas reportagens e colunas. Na sequência, foi realizada uma leitura flutuante de modo a verificar padrões no material e possíveis enquadramentos. Como explica Rothberg (2007), é necessário inventariar itens de informação que podem ser classificados em categoria de seleção, exclusão e ênfase. A seleção envolve dados apresentados pelo texto que, supostamente, deveria abordar um número significativo de informações de modo a atender os critérios de pluralidade. A exclusão omite ou torna invisível as informações que tornam claro o entendimento da matéria em questão. Já a ênfase é percebida a partir de elementos que se destacam de alguma forma no texto. Conforme a proposta deste trabalho, a leitura do material foi realizada com os seguintes questionamentos iniciais:

Como e com qual frequência a mídia abordou a candidatura de Heloísa Helena nas eleições presidenciais de 2006? É possível constatar posicionamentos definidos pelo enfoque de gênero sobre esta candidatura? Se sim, quais argumentos pautam tais posicionamentos?

Assim, nos concentramos na leitura das matérias e colunas de modo a verificar os tipos de enquadramento relativos a candidatura à presidência da República, de Heloísa Helena, que ressaltassem estereótipos de gênero, como a exposição de enfoques sobre aparência física, emoções, relações afetivas e familiares.

A frequência da aparição da candidata foi realizada por meio da contagem de quantas vezes seu nome foi mencionado nas matérias e colunas de cada publicação, nas seções de política brasileira. A esse critério damos o nome de *visibilidade*.

Dessa forma, a pesquisa empírica divide-se em dois pontos centrais:

(1) **análise quantitativa**, buscando as regularidades estatísticas que permitam observar a exclusão ou omissão em relação a candidata e sua possível invisibilidade pública.

(2) **análise de enquadramento da mídia**, procurando identificar os diferentes discursos que se chocam sobre a posição da mulher na política quanto os padrões e regularidades presentes na construção ou omissão da imagem da candidata, sem deixar de lado o contexto sócio-político durante o período das eleições de 2006.

3.2. CORPUS: AS REVISTAS ANALISADAS

As revistas escolhidas para a análise do presente trabalho foram as revistas semanais de informação mais vendidas no país: *Veja*, *Época*, *ISTOÉ* e *Carta Capital*.

Tabela 4. Circulação de revistas semanais informativas (RSI) - 2006

Posição	Título	Editora	Circulação Média em 2006	Participação no Mercado %
1	Veja	Abril	1.094.374	31,19
2	Época	Globo	438.924	12,51
3	ISTOÉ	Três	352.690	10,05
4	Carta Capital	Confiança	30.937	0,88

Fonte: a autora, a partir de dados levantados pelo IVC- Instituto Verificador de Circulação¹⁵.

As revistas semanais informativas (RSI) foram inspiradas no modelo americano de informação, criado em 1923 por Henry Luce e Britton Hadden, idealizadores da revista *Time*. A princípio, a proposta não foi bem recebida, pois os críticos não deram crédito ao tipo de reportagem produzida pela publicação semanal, que era descrita como muito resumida e pouco sofisticada. No entanto, em pouco tempo, as edições passaram a ter uma vendagem excepcional, inspirando publicações no mundo todo:

Foi a *Time* que primeiro organizou em revista os assuntos por editoriais e criou um estilo mais opinativo de apresentar notícias. Luce sempre tentou dar aos textos um caráter pedagógico, característica que ainda hoje encontramos disseminadas em parte das RSI brasileiras (Henrique, p. 138, 2004).

As primeiras RSI publicadas no Brasil, antes dos anos de 1970, foram *O Cruzeiro*, *Manchete* e *Realidade*. Em 1968, em plena ditadura militar, foi lançada a revista *Veja*,

¹⁵ Disponível no site da Associação Nacional de Editores de Revistas: www.aner.org.br

idealizada por Victor Civita e Mino Carta. Devido ao momento pelo qual o país passava (de censura e restrição da liberdade de expressão), muitas edições foram apreendidas. Novos títulos foram criados por causa do sucesso de *Veja*. Em 1976 foi lançada a revista *ISTOÉ*, dirigida por Mino Carta, que deixou a *Veja* para dedicar-se a concorrente. Em 1993, Carta abandonou a Istoé e criou a *Carta Capital*, idealizada para ser uma revista com caráter mais “independente”. E, desbancando o segundo lugar que a *ISTOÉ* ocupava no mercado das RSI, surge, em 1998, a revista *Época*, lançada no mercado pelas Organizações Globo que, além da rede de televisão, almejava se firmar também no ramo das publicações impressas .

Para concorrer com os veículos de informação diários e inspiradas pelo modelo norte-americano já descrito, as RSI passaram a selecionar e hierarquizar os temas da semana considerados de maior importância e não apenas descrevê-los, mas explicá-los ao leitor de modo considerado didático. Ou seja, nas revistas, as informações da semana são resumidas e trabalhadas de modo diferente de como são feitas em publicações diárias, como os jornais. Nos jornais as matérias são mais descritivas e o volume de informação é muito maior. Já as revistas precisam selecionar o que consideram os assuntos de maior relevância e não apenas descrevê-los ao leitor, mas criá-los de modo a “chamar a atenção” do leitor.

3.3. HELOISA HELENA- BREVE APRESENTAÇÃO

A candidata à Presidência da República de 2006, Heloisa Helena de Moraes (HH), nasceu em Pão de Açúcar, no sertão alagoano. Formada em Enfermagem, é professora licenciada do centro de Saúde da UFAL (Universidade Federal de Alagoas).

Sua atividade política teve começo no movimento estudantil, aos 15 anos:

Só fui para Maceió porque ganhei uma bolsa. Fui fazer o último ano e o vestibular. Mas já lia muitas coisas, meu irmão militava no PCdoB, ainda na clandestinidade, conheci toda a chamada literatura de esquerda via ele também, e comecei a fazer política como todo mundo: no movimento da Igreja, no movimento estudantil, sindical, depois fui ser professora da universidade. (Caros Amigos, julho/2004).

Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1985, partido em que permaneceu até 2003, quando foi expulsa da legenda e fundou o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Para Keck (1991), a origem do PT foi uma “anomalia”, pois diferentemente de outros partidos políticos brasileiros criados na década de 80, o PT era fortemente alicerçado no meio operário e nos movimentos sociais e assim formulava suas propostas em termos pragmáticos.

Criado num contexto de transição democrática, o PT se originou de uma série de protestos operários no final da década de 70. As greves de 1978 e 1979, ocorridas em São Bernardo do Campo, mostraram aos trabalhadores sua importância como agentes políticos e, desse modo, a ideia de se formar um partido entrou na agenda de discussões dos trabalhadores. Os movimentos sociais passaram a se unir contra o governo militar e, não se sentindo representados pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), esses movimentos passaram a cogitar a possibilidade de criar um novo partido político, que verbalizasse as suas reivindicações e atuasse no meio político-institucional. Aproximaram-se então aos movimentos, intelectuais, estudantes, grupos de esquerda clandestinos, parlamentares e representantes das Comunidades Eclesiais de Base.

Assim formado, o PT se colocou como o partido dissidente da transição conservadora ao não compactuar com a posição moderada praticada pelo MDB. Suas preocupações giravam em torno de qual seria a sua atuação como partido, se se restringiria apenas a arena trabalhista ou se expandir-se-ia as outras classe. Após diversos encontros entre líderes sindicais ficou resolvido que o PT não representaria somente as bases sindicais, mas também todos os assalariados.

Muitas das ideias colocadas em prática nos sindicatos foram transpostas para o partido, como a preferência pela democracia direta, praticada através de assembleias plebiscitárias. Estas tinham a função de diminuir a distância entre as bases e a cúpula dos sindicatos. Desse modo, foram criados os núcleos de base, que incentivavam a participação das bases na construção dos projetos do partido e também tinham por finalidade educá-las politicamente e organizá-las.

Conforme destaca Ribeiro (2004, p. 87), podemos resumir as propostas da formação política do PT em três eixos principais: o primeiro refere-se à inserção na arena político-institucional de amplos setores populares que antes ficavam à margem. A ideia era a de que

somente os próprios trabalhadores entenderiam os anseios de outros trabalhadores. O segundo eixo diz respeito a necessidade de maior participação popular nas decisões políticas tomadas nas diferentes esferas da arena política e o terceiro eixo seria a defesa de uma sociedade socialista e democrática.

Em 1992, venceu a eleição pela coligação PSB/PT como vice-prefeita de Maceió. A vitória foi considerada um marco das forças progressistas estaduais por ser considerada o grande revés das oligarquias alagoanas nas estruturas políticas da prefeitura da cidade.

Desde então, sua rotina mudou a cada dois anos: em 1994 se elegeu deputada estadual; em 1996 tentou a eleição para a Prefeitura de Maceió, mas perdeu a eleição; em 1998, com 56% dos votos, tornou-se senadora por Alagoas.

Como senadora, quase entrou na disputa do governo alagoano, mas renunciou à candidatura por discordar da aliança do seu partido com o Partido Liberal (PL), já que nas eleições de 2002, o empresário José de Alencar (PL) foi indicado para ser candidato a vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 2003, enfrentou a contragosto a saída do PT, partido que ajudou a construir. O motivo foi a sua discordância em relação aos rumos que o PT vinha tomando, desde a posse do presidente Lula. A senadora, mais outros dois parlamentares petistas, Babá e Luciana Genro, votaram contra a emenda proposta pelo governo, relacionada a reforma da Previdência. Ao desobedecerem a recomendação partidária de votar a favor do texto, foram julgados e expulsos¹⁶.

A reforma da Previdência, segundo os parlamentares quem eram opositores da ideia, ia contra os princípios originais do partido. Em pronunciamento em sessão no Senado, às vésperas da votação que resultou em sua expulsão, Heloisa Helena mostra a sua visão sobre o tema:

Hoje, infelizmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existe um grande abismo entre o que éramos, enquanto Parlamentares da Oposição, e o que estamos fazendo. Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de tudo o que pode significar o meu voto, estou com a consciência

¹⁶ “Na primeira votação realizada pelo partido na Câmara dos Deputados, 24 votaram com o partido (mas fizeram declaração de voto criticando a proposta e explicando que estavam votando devido à disciplina partidária), três votaram contra e oito optaram pela abstenção” (Marques e Mendes, 2004)

tranqüila. Repito para mim mesma todos os dias uma passagem bíblica: "De que vale a um homem ter toda a riqueza do mundo a seus pés, se ele perde a sua alma?". E repito também para mim, todos os dias: "É melhor o coração partido do que a alma vendida". Estou com a consciência tranqüila. Não me arrependo de nenhum dos passos que dei. Não me arrependo dos melhores anos da minha vida que dediquei à construção desse Partido. E muito mais: se alguém resolver retirar de mim a legenda, não vai arrancar de mim a minha alma libertária, o meu compromisso com o socialismo, o meu coração. Esses, não arrancarão! Podem até me tirar uma legenda partidária, mas jamais conseguirão arrancar a minha alma, o meu coração, as minhas convicções ideológicas, a minha visão de mundo - que não têm preço! (Heloisa Helena, 25 de novembro de 2003, discurso no Senado Federal)¹⁷.

Assim, a então senadora demonstrava a sua insatisfação com o que ela considerava uma política neoliberal da qual não se identificava.

O mesmo grupo que foi expulso na votação se uniu para criar, em 2004, o PSOL (Partido do Socialismo e da Liberdade), com os seguintes princípios:

A nossa intenção é ajudar na construção de uma alternativa partidária socialista e democrática que possa abrigar a esquerda que não é prisioneira dos malditos cárceres do poder. O novo partido vai combater o neoliberalismo e o governo que o aplica, defendendo as reivindicações e bandeiras históricas da classe trabalhadora; será democrático e plural, de massas e internacionalista, liberta de qualquer doutrinário, espírito de seita ou eleitoralismo, com mecanismos que garantam a participação ativa da militância, com pleno direito de tendência e profundo respeito às minorias e ao direito de opinião. (Heloisa Helena em entrevista concedida ao site do Sindicato dos Trabalhadores de Petróleo do Rio de Janeiro, em 2004).

¹⁷ Disponível em www.senado.gov.br. Acessado em: 08/12/2009.

Em 2006, Heloisa lança sua candidatura para a Presidência da República através da coligação PSOL/PSTU/PCB. Recebeu 6.675. 393 de votos válidos (6,85% do total) durante o 1º turno das eleições, atingindo a terceira colocação entre os candidatos legíveis.

Atualmente, Heloisa Helena é Presidente do PSOL e vereadora pela cidade de Maceió, no Alagoas.

3.4. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2006: SOB O SIGNO DO ESCÂNDALO

Pode-se dizer que as eleições de 2006 foram fortemente marcadas por escândalos políticos¹⁸ e denúncias. O escândalo político denominado de “mensalão” e ocorrido em 2005 foi lembrado muitas vezes durante a cobertura das eleições. Sobre ele foram investigadas denúncias sobre um suposto pagamento de mesadas a parlamentares da base aliada em troca de apoio político. Em julho de 2006, a imprensa passou a divulgar denúncias que expunham parlamentares que tinham como objetivo o desvio da verba pública destinada a compra de ambulâncias. Esse escândalo ficou conhecido como “a máfia dos sanguessugas”. E, na última semana de setembro, às vésperas das eleições, ganha destaque na mídia o “escândalo do dossiê”, tema de capa de todas as revistas semanais de informação. Nele, integrantes do círculo pessoal do então presidente da República, Lula, são acusados de comprar um dossiê com informações que incriminavam o candidato a governador do estado de São Paulo, José Serra e, indiretamente, o presidenciável Geraldo Alckmin, ambos do mesmo partido, o PSDB.

Se em 2002 foi ano da “redescoberta das eleições”, em 2006, estas ficaram em segundo plano, concorrendo o espaço com as reportagens sobre denúncias políticas. Muitas vezes as denúncias não tinham tempo de serem apuradas e verificadas com precisão, o que pode explicar o seu volume intenso nas páginas das revistas. Segundo Rovai (2007), isso tem se tornando comum e, na maior parte das vezes, daninho para a qualidade das informações publicadas. O abuso de *offs* (manter o sigilo das fontes) pelos repórteres produz

¹⁸ Por escândalos políticos estamos tomando a definição na qual estes seriam episódios que envolvam atores ou grupos políticos envolvidos em transgressões (reais ou supostas). Segundo Thompson os escândalos divulgados pela imprensa surgem através de ações e acontecimentos que podem ocupar uma nota discreta, porém sua apresentação pública “pode ser suficiente para desencadear uma sequência de eventos que podem ir tomando corpo rapidamente, na medida em que outras organizações de mídia se apressam em tomar e desenvolver a história” (p.104, 2000).

matérias inconsistentes e acusatórias e isso se torna conveniente para que lança mão deste recurso, pois “fontes não-identificadas isentam de responsabilidade quem passou a informação, o jornalista que a replicou e em última análise até o veículo que a publicou” (ibidem, p. 128). Assim, a transparência que é saudável e necessária para a manutenção da democracia, torna-se nociva quando é tratada de modo descuidado e superficial. Para Rubim (2007) a mídia tem assumido uma postura “moralizante” ao conceber grande relevância às denúncias, ao invés de avaliar os projetos e desenvolvimentos do governo vigente e também destacar os conteúdos programáticos dos candidatos em período eleitoral.

O espaço para a publicação de escândalos e denúncias políticas também ganhou destaque nas revistas semanais conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 5. Ranking dos principais assuntos abordados pelas RSI entre os meses de julho e setembro de 2006¹⁹.

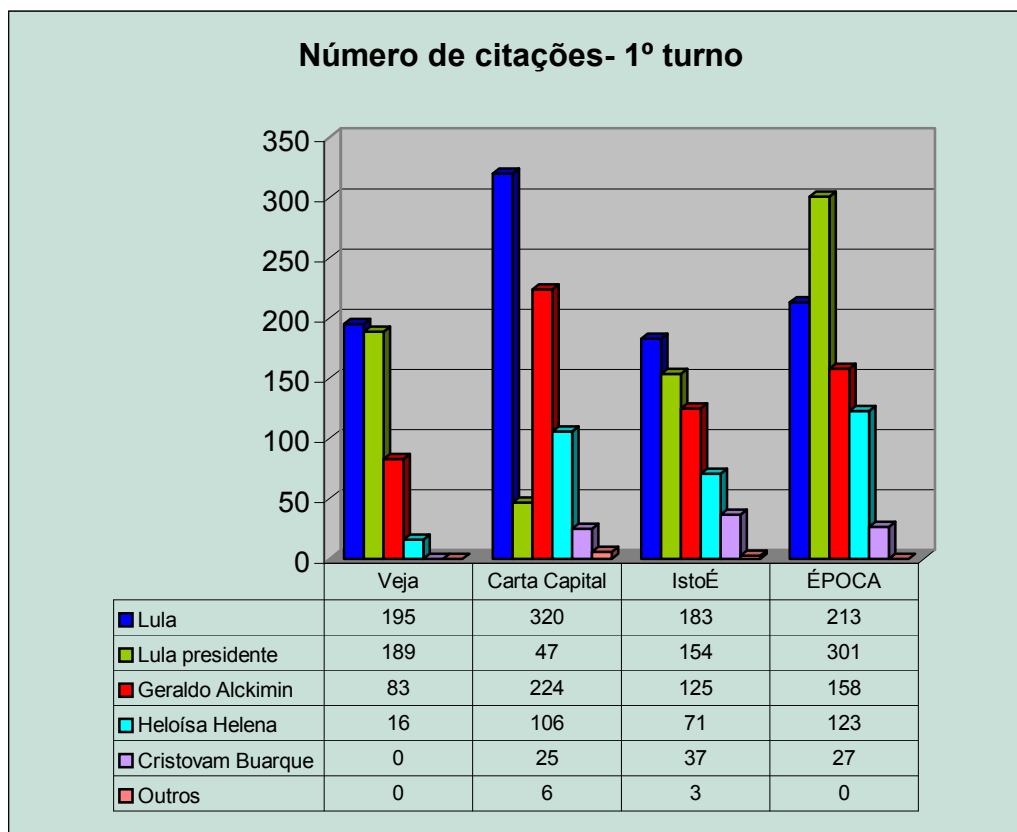
Assuntos	Veja	Época	ISTOÉ	Carta Capital	Total
Escândalos	40	15	28	9	92
Eleições presidenciais	10	14	18	11	53
Eleições do legislativo e governos estaduais	5	5	12	6	28
Segurança Pública/PCC	6	5	4	7	22
Outros	25	14	29	14	82
Total	86	53	91	47	277

Pode-se perceber ao analisar a tabela que as reportagens sobre escândalos políticos superaram com grande distância as reportagens sobre cobertura das eleições presidenciais, tema que deveria ser tratado com mais consistência e frequência devido a sua importância para o momento político nacional. As revistas passaram a publicar um número maior de matérias sobre as eleições após o início da veiculação das campanhas dos candidatos pelo HPGE (Horário Político Gratuito Eleitoral) na televisão, na segunda quinzena de agosto.

Entre as matérias que abordavam os nomes dos presidencializáveis, temos o seguinte gráfico de visibilidade:

¹⁹ O total da tabela (277) representa o número total de matérias analisadas nas seções de política brasileira das revistas utilizadas para compor este trabalho. Por “Outros” entenda-se matérias que abordavam questões diversas como problemas municipais, estaduais, econômicos, etc.

Gráfico 1. Visibilidade dos candidatos nas revistas semanais durante o 1º turno das eleições presidenciais.



Com a análise desse gráfico podemos notar que o candidato mais citado foi Lula (a categoria “presidente” indica as citações nas quais ele não foi abordado como presidenciável, mas como presidente em vigência) seguido por Geraldo Alckmin do PSDB, Heloísa Helena do PSOL e por último, Cristovam Buarque do PSD. Na categoria “outros” encontram-se os candidatos Luciano Bivar do Partido Social liberal (PSL) e José Maria Eymael do Partido Social Democrata Cristão (PSDC). A assimetria de visibilidade dispensada aos candidatos pode sugerir algumas impressões iniciais, que podem ser explicadas com base nas análises das pesquisas de intenção de voto, já que os candidatos líderes nas sondagens ganham mais destaque nas reportagens. O espaço dedicado aos candidatos ao cargo da presidência da República é bastante díspare, o que evidencia um baixo pluralismo interno nas publicações, que tenderam a polarizar a disputa eleitoral entre Lula e Alckmin. Heloísa Helena que surgiu como terceira colocada na preferência do público, também ficou em terceira posição na questão da visibilidade, porém, muito atrás do

total de citações do segundo candidato. O candidato Cristovam Buarque foi quase tornado invisível pelas revistas, assim como Bivar e Eymael. Conforme aponta Miguel (2007), esse fato acaba prejudicando os próprios leitores que não tem acesso as variadas propostas e perfis dos candidatos:

O exercício consciente da cidadania precisa não apenas de informação “isenta”, mas de informação plural, isto é, de uma mídia que, em seus diferentes veículos, seja capaz de acolher as diversas percepções do mundo social. Isso significa apresentar voz dos vários agrupamentos políticos, permitindo que o cidadão, em sua condição de consumidor de informação, tenha acesso aos valores, argumentos e fatos que instruem as correntes políticas em competição e possa, assim, formar a sua própria opinião política. É o que podemos chamar de “pluralismo político” (ibidem, p.214).

Contudo, para uma análise crítica não basta que se verifique apenas a visibilidade concedida aos candidatos, mas também o modo como esta se deu. Passaremos então a analisar, de modo qualitativo, os tipos de enquadramentos que foram encontrados no material coletado sobre a candidata Heloísa Helena. Conforme destacado em páginas anteriores, nos guiaremos pelos questionamentos iniciais formulados: *Como e com qual frequência a mídia abordou a candidatura de Heloísa Helena nas eleições presidenciais de 2006? É possível constatar posicionamentos definidos pelo enfoque de gênero sobre esta candidatura? Se sim, quais argumentos pautam tais posicionamentos?*

Após essa primeira etapa realizada através do levantamento do número de citações referentes à candidata, do total de 52 edições (13 edições referentes a cada publicação) passamos a fazer uma catalogação das matérias e colunas consideradas pertinentes do ponto de vista analítico, isto é, que abordaram as eleições presidenciais. Cada revista foi analisada separadamente, conforme mostraremos adiante e em seguida será feita uma análise geral das publicações. As revistas foram ordenadas conforme sua posição no ranking de vendas, assim, segue a análise das revistas: *Veja, Época, Istoé e Carta Capital.*

3.5. REVISTA VEJA

A revista Veja privilegiou em suas páginas, ao longo dos três meses que precederam as eleições, a polarização Lula X Alckmin. Outros candidatos praticamente não apareceram em suas matérias, exceto Heloísa Helena (HH), que recebeu uma atenção mínima em relação a cobertura eleitoral devido as pesquisas de intenção de voto, que a indicavam como terceiro lugar. Conteúdos sobre propostas de governo, entrevistas, cobertura sobre a sua campanha não foram abordados em nenhum momento. Apenas na edição 1966, nº29, a candidata é abordada de modo significativo na coluna fixa semanal do jornalista Roberto Pompeu de Toledo. Nela, o autor imagina e descreve o cenário de uma hipotética vitória de HH nas urnas, utilizando trechos de falas que, supostamente, são de autoria da candidata :

Vai ser uma vitória da calça jeans e do rabo-de-cavalo em todos os tempos. Talvez ela também calce um par de tênis ao subir a rampa do Palácio. No discurso da posse, atacará os “parasitas do Banco Mundial” e os “gigolôs do FMI”. Investirá contra os delinquentes da polícia nacional e os que se lambuzam no vergonhoso “balcão dos negócios sujos”. Alguns estarão presentes. Balançarão a cabeça, em sinal de aprovação. Dirá em que seu governo não haverá lugar para “gente falsa, cínica”. Lembrará que, “em gente ordinária”, ela “vomita em cima”(…).

No dia seguinte, a Bolsa de Valores de São Paulo fechará em baixa de 82%. O novo Ministro da Fazenda, Bruno Maranhão, dirá que esse efeito já era esperado. No mesmo dia, anuncia-se a revogação das privatizações. A das telefônicas será a primeira. Consumada, o efeito imediato é 80% das linhas aparecerem mudas. A ministra das Comunicações, Luciana Genro, dirá que é melhor assim: a população voltará a se comunicar pessoalmente, com efeito sem dúvida benéfico para as relações humanas.

A inflação dispara. Em três dias, atinge os 250%. O governo decreta o congelamento de preços. Os gêneros alimentícios desaparecem dos mercados. O governo ameaça prender os bois nos pastos. Donas-de-casa saem às ruas batendo panelas.(…) Reúne-se o Ministério. Uma ala pede a imediata abolição da propriedade privada, o desmanche das instituições burguesas, a prisão dos inimigos do povo e o justicamento dos

recalcitrantes. A questão é debatida durante dezessete horas. Chega-se afinal à conclusão de que não condições objetivas para tais providências. “Que outras opções temos?”, pergunta a presidente. O ministro Babá, da Casa Civil, diz que só vislumbra duas alternativas. “uma é a renúncia”, começa. A presidente faz cara de espanto. “E a outra?” Babá respira fundo, hesita. “A outra” diz, enfim, baixinho, “a outra...é pagar mensalão”. A presidente fecha os olhos e afunda na cadeira, desalentada.

Nessa primeira parte do texto, o autor se utiliza de trechos de falas de HH e questões de conteúdo programático do partido (de caráter anti-neoliberal) para construir um cenário pessimista, caso a candidata fosse eleita. Esse é um texto de conteúdo opinativo que antecipa a forma como outras das revistas analisadas também abordaram a candidatura de HH e nos indica que *a variável partidária é imprescindível para entendermos a baixa visibilidade da candidata na cobertura eleitoral.*

O fato de o PSOL ser um partido oposicionista e descontente com a política econômica do país é evidenciado pelas suas resoluções programáticas, porém, o modo como suas intenções serão implementadas não é aprofundada no texto. Assim, na coluna do jornalista Roberto Pompeu Toledo, evidencia-se um tipo de interpretação que antecipa resultados, no caso, desastrosos, para a candidatura de HH, no qual terminaria em duas alternativas: a renúncia ou a corrupção. A revista Veja em nenhum momento publicou reportagens sobre o programa de governo e as propostas da candidata. O texto de Toledo prossegue, agora se focando na personalidade HH:

Ninguém no mundo político exhibe tanta raiva quanto Heloísa Helena. “Vigarice”, “mentira” e “estelionato” são palavras que lhe brotam dos lábios com facilidade com que de outros brotam “bom dia” e “obrigado”. O fervor de cruzada que lhe embala a pregação embute a perigosa sugestão de que só ela é honesta e só sua verdade conta. A raiva a faz parecer tão religiosamente ideológica quanto um radical islâmico. E no entanto...No entanto, *Heloísa Helena é também um poço de afeto. Seu sorriso é aberto, em certos momentos ela faz uma carinha de criança. As lágrimas lhe vêm fácil.* Na crise de sua expulsão do PT, chorou mais de uma

vez.. (...) Heloísa Helena é uma fera...mas é fofa. (Veja, edição 1966 nº29, 2006, grifos nossos).

Nesse trecho, a candidata a Presidência da República é descrita como uma pessoa brava, mas muito afetuosa e suas expressões são infantilizadas pelas passagens “carinha de criança” e as “lágrimas lhe vêm fácil”. O choro é enfatizado pelo autor “Na crise de expulsão do PT, chorou mais de uma vez”. A luta da candidata contra a corrupção é exposta como uma forma de moralismo camuflado, na qual “A raiva a faz parecer tão religiosamente ideológica quanto um radical islâmico”. Os aspectos abordados, primeiramente tratam HH como alguém que é dura em seus propósitos, mas que, no entanto, é “um poço de afeto”, uma “fofa”. A revista Veja publicou, durante as 13 edições de julho a setembro, apenas esse texto relativo a candidata. O autor expõe o fato de que o ensaio fora publicado na mesma revista três anos antes e escolhido deliberadamente para ser republicado nesta edição.

3.6. REVISTA ÉPOCA

A revista Época também polarizou o embate entre Lula e Alckmin, mas expôs HH um número significativo de vezes, sempre a tratando como uma “novidade” que desestabilizaria a polarização entre os líderes das pesquisas:

Não há candidatos tão competitivos quanto Ciro Gomes ou Anthony Garotinho foram nas eleições de 2002, a ponto de tirar votos de Lula e atrair 30% do eleitorado. Fora Lula e Alckmin, os mais bem cotados nas pesquisas são os senadores Heloísa Helena e Cristovam Buarque. Só que nem um deles consegue atingir nem 10% das intenções de voto. Heloísa Helena é uma das esperanças dos tucanos para evitar uma vitória de Lula no primeiro turno. Na divisão dos tempos da televisão, porém, ela terá menos de um minuto por dia. É muito pouco para crescer. (Época, nº424, 03/07/2006).

Dessa forma, durante o período analisado, a revista publicou três reportagens em três edições diferentes referentes especificamente em “descobrir” quem é essa candidata que

poderia desestabilizar a liderança dos candidatos favoritos. Os títulos das matérias, e de uma chamada de capa, demonstram a curiosidade em relação a candidatura de HH:

Como ela chegou a 10%? É a mistura de pureza e extremismo que está levando a senadora Heloísa Helena a ganhar votos na classe média e mudar a campanha eleitoral. (edição nº 427, 24/07/2006)

Até onde ela vai? De novo, Heloísa Helena sobe no Ibope. Mas o pequeno espaço na TV pode limitar seu salto.(edição nº 429, 07/08/2006).

Qual é a dela? Por dentro do mundo e da mente de Heloísa Helena. (chamada de capa,edição nº 430, 14/08/2006).

O que querem as mulheres? Nem Freud conseguiu responder. Mas os candidatos à Presidência precisam decifrar esse enigma. Há 65 milhões de eleitoras e elas devem decidir a disputa. (Época, nº431, 21/08/2006).

A primeira reportagem, *Como ela chegou a 10%?*, discorre sobre os motivos que teriam feito a candidata crescer nas pesquisas de intenção de voto (principalmente da classe média), procurando encontrar razões para que esse crescimento tenha se desenvolvido em pouco tempo. Os motivos alegados possuiriam relação com o momento de crise da imagem das instituições políticas no país, devido aos diversos escândalos divulgados pela mídia e sua aura de “mulher jovem, valente e independente” que reuniria “várias características que agradam a um eleitor descrente de políticos”.

A reportagem possui um pequeno Box que elenca as propostas de governo da candidata em poucas linhas, não os desenvolvendo no corpo da reportagem. Ao longo do texto, a reportagem destaca algumas das características pessoais da candidata:

Como as moças da orla carioca, semanas atrás a senadora fez uma tatuagem de borboleta, em local do corpo não revelado. Quem perguntar sobre o lugar do desenho pode despertar a porção da mulher chefe de família do interior alagoano e ouvir o que não quer. Agressiva em seus

discursos no Congresso, Heloísa Helena é suave na vida pessoal. É de trato fácil e do tipo que chora com facilidade. “Ela sempre diz que, quando está cansada, reza para se energizar” afirma a deputada gaúcha Luciana Genro, sua colega de partido.

Heloísa Helena é a única dos 594 parlamentares que vai ao Congresso de calça jeans e camiseta branca. Come pouquíssimo nas refeições. Sempre alimentos de baixa gordura e uma saladinha verde. “Parece um faquir”, diz o deputado carioca, Chico Alencar, outro colega de partido. Também nunca bebe álcool. Órfã de mãe desde 1 ano de idade, tem dois filhos e separou-se duas vezes. Uma delas, afirma, porque o marido queria controlar a sua vida. (Época, edição nº427, 04/07/2006).

Nesta passagem a reportagem coloca em evidência a aparência física de HH ao divulgar que a candidata fez uma tatuagem, utiliza calça jeans e camiseta branca para ir ao Congresso e “come pouquíssimo” nas refeições. A emotividade também é destacada quando relata que a candidata é agressiva em seus discursos, mas “suave” no âmbito pessoal e chora com facilidade. Suas relações afetivas também são expostas quando é dito que a candidata separou-se duas vezes e a reportagem até explica um dos motivos para uma das separações, porém, sem colocar HH na voz ativa: “porque o marido queria controlar sua vida”. Características da esfera privada como corpo, família e relações afetivas são expostos na matéria, que prossegue agora enfatizando o caráter socialista do eixo-programático de HH:

Politicamente, Heloísa Helena é definitivamente de esquerda. Defende a criação de um governo socialista, contrário aos interesses dos Estados Unidos, em que os juros sejam baixados por decreto presidencial, as empresas privatizadas voltem a ser estatais e a saída de capitais estrangeiros sejam controladas. É o oposto do que fazem os países desenvolvidos. Em vez de falar em crescimento nos padrões da China, pensa em se aproximar de nações da América Latina, como a Venezuela de Hugo Chávez. (Época, edição nº427,04/07/2006).

Aqui a reportagem aborda o conteúdo do programa de HH, utilizando como exemplo de comparação o *afastamento* dos Estados Unidos e a *aproximação* com a “Venezuela de Hugo Chávez”, para evidenciar o seu caráter socialista, porém não faz maiores observações sobre esse conteúdo, fora o que está contido no box.

A reportagem termina dizendo que não se sabe se HH sustentará ou aumentará seus 10% de intenções de voto e que, segundo especialistas, seus eleitores são muito voláteis, contudo, conclui: “Volátil ou não, Heloísa Helena já ajudou a mudar a cara da eleição”, demonstrando que a candidata garante um caráter de novidade e despolarização para a campanha presidencial.

Na segunda reportagem, *Até onde ela vai?* a revista publica uma matéria divulgando o aumento na intenção de votos de HH, a candidata que mais cresceu nas pesquisas entre a última semana do mês de julho e a primeira semana de agosto:

As intenções de voto na senadora subiram 3 pontos percentuais, de 8% para 11%, em relação à pesquisa feita na última semana de julho. O presidente Lula, candidato à reeleição pelo PT, manteve-se com 44% das intenções de voto. E, segundo a pesquisa, ainda venceria no primeiro turno. O candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, recuou de 27% para 25%, dentro da margem de erro. De acordo com especialistas, com seu crescimento Heloísa Helena pode levar a disputa para o segundo turno. A dúvida é se ela realmente terá fôlego para realizar tal profecia (Época, nº429, 07/08/2006).

O texto segue explicando que um dos obstáculos para a elevação da posição de HH nas pesquisas é o seu espaço limitado no horário gratuito eleitoral: “Ela terá apenas um minuto por dia em cada um dos horários e um comercial espalhado pela programação para se promover. Alckmin terá cerca de 10 minutos, e Lula 7”. A reportagem segue certo padrão entre os veículos de comunicação de ceder mais espaço para candidatos que ganham destaque na corrida eleitoral.

Dessa forma, na edição da semana seguinte, HH é capa com a seguinte chamada: *Qual é a dela?* na qual traz uma reportagem que procura desvendar a “mundo e a mente” de Heloísa Helena.

Inicialmente a reportagem remete a tatuagem abordada em uma das reportagens passadas:

Quando Heloísa Helena, de 44 anos, entrou recentemente na “sala de torturas” do tatuador Rogelio Santiago Paz, em Brasília, e pediu uma tatuagem, ele levou um susto. Não a conhecia pessoalmente e ela não tinha hora marcada. Rogelio já decidira votar na senadora socialista para presidente da República “porque ela tem caráter”. Mas não imaginava que aquela mulher de briga seria tão ousada e suave a ponto de pedir que ele tatuasse sobre seu coração uma borboleta, em azul dégradé, com as iniciais dos dois filhos, Ian, de 19 anos, e Sacha, de 23. É com esse coração tatuado que ela vem se desdobrando em caminhadas épicas nos morros, nas praias, no campo, em busca de apoio a seu projeto de Brasil. Heloísa, Ló, para os íntimos, ganha braçadas de flores e empunha vassouras, levadas pelas donas de casa. Se você acha que já viu esse filme, está enganado. A campanha de rua da candidata do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) virou um imenso trio elétrico, seguido por eleitores desiludidos e indignados, carentes de ética, que gritam “queremos um macho por inteiro, não pela metade” (Época, nº 430, 14/08/2006).

A abertura da matéria explora a “questão” da tatuagem de HH, revelando o local de aplicação do desenho (sobre o coração, uma “borboleta com as iniciais de seus filhos”), que na matéria anterior (edição nº427) não havia sido mantida em mistério e relacionando-a a maternidade, já que é “com esse coração tatuado que ela vem se desdobrando em caminhadas épicas (...) em busca de apoio a seu projeto de Brasil”. A matéria não se prolonga em relação a campanha de rua da candidata, mas transcreve a aclamação dos eleitores “carentes de ética” que querem um “macho por inteiro, não pela metade”. Essa fala não é desenvolvida pela reportagem, mas é um ponto curioso para analisarmos, já que, durante a campanha de HH nas ruas, o povo estaria pedindo, conforme evidenciado pela matéria, “um macho por inteiro”. Isso demonstra a predominância de um imaginário no qual características masculinas são consideradas necessárias para que se faça política séria, com ética, características estas reivindicadas mesmo que de forma simbólica, quando sabe-se que o candidato em questão é uma mulher. Conforme aponta Miguel e Biroli (2009),

as representações veiculadas nos meios de comunicação reforçam as visões de mundo que estabelecem expectativas e constrangimentos à ação dos diferentes grupos e indivíduos na sociedade. (...) a construção da divisão entre uma esfera privada feminina e uma esfera pública masculina faz com que as mulheres na política se vejam na posição de forasteiras, tendo que reafirmar, a cada momento, seu “direito” de estar ali. (ibidem, p. 73, 2009)

Prosseguindo, a matéria destaca o perfil religioso da candidata enfatizando seu cunho moralizante:

Todo dia Heloísa recebe presentes de eleitores-apóstolos. O aparador de seu gabinete é um altar com votos de sucesso. De brasileiros que acham que só uma milagreira pode acabar com os anões, os mensalões e as sanguessugas. Que só alguém implacável, com fê e destemor, pode moralizar a cena política, acabar com a corrupção e vencer a “podridão do Congresso”, para usar uma expressão cara à senadora, expulsa do PT em 2003, por discordar da política econômica do governo. (Época, nº 430, 14/08/2006).

Esse trecho expõe características da candidata descrevendo-a como milagreira na visão dos eleitores e que só alguém com “fé” como ela para moralizar a cena política. Aspectos relacionados a sua capacidade de administração e liderança não são desenvolvidos. Além disso, sua força, a seguir, é exemplificada por seu “jeitão de guerreira nordestina”. Curiosamente os aspectos relacionados a sua força frequentemente são equilibrados ao expor também o seu lado “afetuoso”:

Estilo agridoce, morde-e-assopra. Fala, sempre, como mãe. Mãe leoa, marxista e cristã, enfermeira e professora. Seu modelito- camisa branca de algodão com babadinhos, jeans desbotado e sandália plataforma com meia- não corre o menor perigo de virar moda. Só combina com o jeito HH de ser. Serve para marcar a aversão à vaidade feminina e facilitar o trabalho dos chargistas. A cabeleira fica presa num rabo elaborado com

tranças. Os óculos são de professora. Nada tem grife. O sorriso desconcerta quem pensava nela apenas como “muito braba”. “Ela é mansa”, “ela é simpática”, comentam com surpresa as mulheres que correm para abraçá-la. No meio de um discurso contra os “banqueiros sem-vergonhas”, “a fraude neoliberal”, “a farsa técnica” e “os vigaristas que patrocinam tráfico de influência”, ela é capaz de enxergar uma conhecida de longe e interromper, gritando no microfone “Oi, linda, minha flor que bom te ver” (Época, nº 430, 14/08/2006).

A candidata é apresentada como dura, mas não tanto assim, afinal, “Fala, sempre, como mãe”. Destaque também é dado ao “modelito” da presidenciável que é menosprezado, já que “não corre o menor *perigo* de virar moda” e além disso, segundo a reportagem, “serve para marcar a aversão à vaidade feminina” (porém, a reportagem não explica o porquê de se “marcar essa aversão” e se essas são realmente ideias de HH). Como oradora, em seus discursos, é capaz de parar o que está fazendo para cumprimentar uma “conhecida”, o que pode sugerir a falta de concentração em troca do afeto.

A dualidade entre força e suavidade ainda é abordada no seguinte trecho, que expõe problemas de saúde da candidata:

Seu corpo é de “carne pouca”, como no personagem severino do pernambucano João Cabral de Melo Neto. Asmática desde a infância no Agreste alagoano, Heloísa vomitou e passou mal na quarta-feira em Brasília, depois de uma passeata em Taquatinga, perto de Brasília. Os assessores foram obrigados a cancelar atividades. Não é a primeira nem a segunda vez que ânsias de vômito mudam a agenda da candidata. Colegas se preocupam com o abatimento físico de uma mulher que parece desconhecer seus limites. (Época, nº 430, 14/08/2006).

Em relação as propostas governamentais, a revista se contradiz em alguns pontos que foram abordados na edição nº427. Nesta, o Box que continha “as linhas básicas do programa socialista de Heloísa Helena” apresentava, dentre outros, os seguintes pontos:

JUROS- *Seriam reduzidos por decreto presidencial e passariam a ser fixados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), não pelo Banco Central.*

DÍVIDA PÚBLICA- *Os bancos levariam calote do governo na dívida interna e apenas pequenos poupadores receberiam. O pagamento da dívida externo seria suspenso.*

POLÍTICA EXTERNA- *A prioridade seria a aproximação com países da América Latina. As negociações da ALCA, o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos seriam suspensas.*

(Época, nº427, 24/07/2006).

Já na edição nº430, são colocadas em outro Box trechos de falas da candidata, com pontos que não estão relacionados com os pontos levantados no Box da edição nº427:

JUROS- *“Não pretendo baixar os juros por decreto. Se eu quisesse, como presidente poderia fazê-lo, mas não vou precisar, porque que estará no Conselho Monetário Nacional não serão os sabotadores do crescimento do país”.*

DÍVIDA PÚBLICA- *A dívida interna é um mecanismo importante para avaliar a economia. Mas não podemos aceitar que 49% da riqueza do país seja embolsada por banqueiros. O que eu defendo é ajuste fiscal”.*

POLÍTICA EXTERNA- *Não revelo que líder político mais admiro no momento. Só digo que, se algum dia for presidente, nem o Bush (George, presidente dos EUA) nem o Chávez (Hugo, da Venezuela) mandarão no governo”.*

(Época, nº430, 14/08/2006).

Além disso, a matéria “ressuscita” a mãe de HH (“Hoje, a mãe com 70 anos...), que na matéria da edição nº427 é dada como morta, quando relata que HH é “órfã de mãe desde 1 ano de idade”.

Para finalizar a matéria, apesar de não ser uma coluna opinativa, acaba por descrever um cenário hipotético caso ocorresse a vitória da candidata na disputa presidencial:

Se desse uma zebra e HH se tornasse presidente do Brasil, estaríamos todos livres de metáforas de futebol por mais quatro anos. A senadora não torce publicamente por time nenhum. A referência-base de seus discursos seria “a grande família”. Pela televisão, em horário nobre, Heloísa Helena prometeu acolher todas as crianças e

jovens de forma como acalenta seus filhos (...). Com HH no Palácio, o churrasco seria substituído pela rabada, as peladas de fim de semana pela missa dominical, o uísque por suco de fruta tropical. O terno com gravata daria lugar a... só Deus sabe. Dois desafios parecem intransponíveis: convencer Heloísa a não esconder suas pernas bem-feitas e soltar os cabelos (...). (Época, nº 430, 14/08/2006).

Nesta passagem, a reportagem evoca novamente vários aspectos marcadores de gênero como o fato de que ficaríamos livres das “metáforas de futebol”, o tratamento da população como uma grande família e o “desafio” em convencê-la a mostrar as pernas bonitas e deixar os cabelos soltos. A insistência na questão em torno da aparência física é evidente. Esses cenários hipotéticos apresentados pelas revistas acabam por tornar a candidata um tanto quanto folclórica. Ao invés de desenvolver os conteúdos programáticos a fim de disponibilizar uma maior quantidade de informação aos leitores/eleitores, as matérias, quando não discorrem apenas sobre as variações nas sondagens eleitorais, constroem cenários-fantasia que não tem relação com a realidade e, pior, insulam a candidata em questões binárias como força/afeto e aspectos físicos.

Por último, na matéria *O que querem as mulheres?*(edição nº431, 21/08/2006), a revista Época aponta que a maioria dos eleitores de Heloísa Helena são mulheres, segundo pesquisas de intenção de voto. Dessa forma, a reportagem inicia dizendo que “O presidente Luis Inácio Lula da Silva e o tucano Geraldo Alckmin vão precisar de todo o *charme* nesta eleição. Eles tem de *cortejar* 65 milhões de mulheres, mais da metade do eleitorado brasileiro” (grifos nossos). A matéria se apóia na opinião de especialistas para explicar que o voto intenso das mulheres à candidata HH se deve não ao fato de ela ser mulher, mas de ser uma alternativa dentre os candidatos possíveis. A matéria segue tentando compreender e explicar como votam o eleitorado feminino (que teriam um processo de escolha diferente do dos homens). Se inicialmente a matéria utiliza termos que sugerem que as mulheres precisam ser *cortejadas* pelos candidatos homens, em seguida ela se apóia na opinião de um especialista para montar um quadro com características do voto das mulheres, naturalizando a polarização esfera pública/privada:

Para voto ou qualquer outra decisão, mulheres tem um processo psicológico diferente dos homens, atestam os especialistas. Segundo o psicólogo, Sócrates Nolasco, autor do livro *O Primeiro Sexo e Outras Mentiras sobre o Segundo*, as mulheres tomam decisões mais naturalmente, sem pressa, enquanto os homens precisam mostrar firmeza quando questionados sobre alguma coisa. “Os homens acabam decidindo mais rápido”, diz Nolasco. “Além disso, as mulheres priorizam o espaço da casa, e não da rua. Filhos, compras, relações familiares. Só mais tarde vão pensar em quem votar”. (Época, nº431, 21/08/1985).

3.7. REVISTA ISTOÉ

A revista ISTOÉ trouxe de modo inédito, em relação às outras revistas analisadas, o perfil dos candidatos que se encontravam nas últimas posições da corrida presidencial. As edições nº1922, 1923, 1924 e 1925 traçaram, respectivamente, o perfil dos candidatos José Maria Eymael, Luciano Bivar, Cristovam Buarque e Heloísa Helena. Na edição nº1922 a revista também aborda, na matéria intitulada *O que eles querem fazer neste lugar*, os eixos-programáticos de cada um dos candidatos em disputa

As reportagens ao longo das 13 edições analisadas, abordaram todo o leque de candidatos, não oferecendo o mesmo número de citações, mas, mesmo dando maior cobertura aos líderes das pesquisas de intenção de voto, ofereceu uma quantidade maior de informações sobre o embate presidencial. As matérias que versaram sobre as sondagens de voto apenas citaram a candidata sem lhe depositar grandes expectativas ou alçá-la a posição de “novidade” da campanha.

Sobre HH, especificamente, duas matérias foram coletadas:

Heleninha paz e amor. Senadora adota um discurso mais suave para conquistar votos (edição nº 1917, 19/07/2006).

Pimentinha na campanha. Com a língua afiada, Heloísa Helena tem conquistado eleitores específicos pelo país afora (edição nº1925, 13/09/2006).

A matéria *Heleninha paz e amor* aborda o tipo de discurso que os companheiros de partido aconselharam-na a adotar para que conquistasse um maior número de eleitores:

A senadora Heloísa Helena foi convencida pelo comando de sua campanha a abrandar o discurso para não assustar o eleitor de classe média na corrida à Presidência da República. “São recomendações muito afetuosas que temos feito a ela”, revela o deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro. “Temos que acertar o tom, mas sem perder a plumagem de guerreira”, afirma (edição nº 1917, 19/07/2006).

O dualismo entre rigidez/docilidade mostra-se não só um aspecto realçado pela mídia, mas uma característica de campanha para se ajustar ao eleitorado de classe média. A reportagem segue ilustrando como a candidata tem se portado de modo a se adequar ao pedido do partido:

Até Jesus Cristo ganhou papel menos agressivo nos discursos de Heloísa Helena. Em junho de 2005, a senadora discorria um Jesus que entrava nos Três Poderes com chicote na mão para açoitar o “covil de ladrões” do Executivo e do Legislativo. No mesmo dia 7, Heloísa recorreu à imagem do Jesus traído, que tenta se afastar do amargo cálice da dor. O PSOL quer evitar comparações entre a nova imagem de Heloísa e o Lulinha Paz e Amor de 2002. “Não é a Heloísa paz e amor, é a Heloísa paz aos amigos e guerra aos inimigos”, diz Chico Alencar. Na quarta-feira 12, o novo estilo de Heloísa foi testado na plataforma da Rodoviária de Brasília. A senadora, que sempre foi conhecida por ser uma mulher meiga no tratamento fora dos tapetes azuis do Senado, aumentou a doçura. O camelô de CD pirata Paulo de Araújo recebeu afagos e ficou impressionado com a delicadeza dela: “Acho que vou votar nessa Heloísa Helena.” Todos na rodoviária esperavam um discurso em altos decibéis. Mas ao final da caminhada, a senadora não subiu no caminhão como previsto. Heloísa preferiu carregar nas mãos uma rosa vermelha, símbolo do socialismo. Há uma expectativa no Congresso quanto ao visual a ser adotado no horário

gratuito de tevê. Na caminhada, a camiseta branca foi substituída por uma camisa de mangas compridas com babado na gola. (edição nº 1917, 19/07/2006)

A forma como a candidata se apresenta parece ser uma constante nas reportagens, como o fator “calça jeans e camiseta” e adjetivos como “mulher meiga” ou “doçura”.

Na matéria *Pimentinha em campanha*, ganha espaço dentro de uma série de matérias que traçam o perfil dos candidatos que não são líderes nas pesquisas (Cristovam Buarque, Eymael e Luciano Bivar):

Melhor tratá-la sempre por Heloísa, sem o Helena, pois é esse o som que a faz sorrir e responder com um carinhoso “minha flor” – e, se estiver calma, com um doce “meu amor”. Se amigo, chame-a de Loló ou Lola; se muito íntimo, pode arriscar Buguela, o nome de uma borboletinha rara que habita o sertão das Alagoas. Contudo, jamais cometam o despropósito de tratá-la por “senadora”, por “excelência”, pois são esses substantivos que fazem despertar a onça desaforada que habita na personalidade de Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho, a mulher que discursa como Joana D’Darc numa cruzada em curso pela conquista da Presidência da República (...).

Para entender Heloísa é preciso conhecer sua saga. Ela criou o mito da sertaneja pobre, órfã, bóia-fria que fortaleceu a couraça ao enfrentar as humilhações da vida. “Minhas experiências dolorosas me capacitam a enfrentar os obstáculos, mesmo que eles sejam gigantescos”, diz ela. Nascida em Palmeira dos Índios, margens do São Francisco, Heloísa é filha de um fiscal da Fazenda de Alagoas e de uma professora primária. Seu pai morreu quando ela tinha três meses e o irmão, Hélio, três anos. “Se eu tivesse pai, me respeitariam”, certa vez comentou. “Aí eu não precisaria partir para cima do mundo.” A mãe, Helena, viúva aos 26 anos, estudou contabilidade e ganhou a vida costurando. Por uma década passava dezembro em Maceió fazendo vestidos de festa para uma família rica. Heloísa ia junto. Dormiam no quarto de empregada. Heloísa sentia-se humilhada; a mãe orgulha-se daqueles tempos de muita luta. Helena examinava todos os livros antes de entregá-los aos filhos. “Se bandido

terminasse numa boa, não comprava”, conta. Loló sempre estudou em colégio de freiras. Um dia o irmão foi para Maceió fazer o vestibular para medicina – passou. A mãe fez vestibular junto para provar aos filhos que nada tinham a temer. “Fiz meus filhos valentes”, orgulha-se. (...) Um dia Loló pediu: “Mãezinha, você me deixa casar?” Tinha 18 anos e um namorado oculto, o engenheiro Stanley Carvalho, 15 anos mais velho. “Só depois de formar”, vetou. Aos 20, a cintura engrossou. “Você não me engana, você está grávida”, descobriu a mãe. Casaram-se e tiveram dois filhos – Ian, hoje com 22, e Sacha, 19. Heloísa separou-se aos 26. Depois teve um companheiro por sete anos, o engenheiro Mário Agra. Estaria sozinha há seis. “Me casei com a pátria”, jura a candidata. “Ela virou freira”, atesta a mãe. (edição nº1925, 19/09/2006).

Neste trecho, a motivação para entrar na vida política e enfrentar a vida pública é justificada pela ausência do pai, pela própria candidata “Se eu tivesse pai, me respeitariam”, “Aí eu não precisaria partir para cima do mundo”, sem fazer alusão a passagem que vem logo em seguida na qual é relatada a forma como a mãe a criou e garantiu a educação da candidata e dos irmãos. O conteúdo dos perfis que a revista elaborou sobre os candidatos foram essencialmente voltado à personalidade de cada um. O estado civil dos candidatos foi o máximo exposto sobre os candidatos homens, diferentemente do perfil de HH que traz justificativas e comentários da própria HH e de sua mãe: “Me casei com a pátria”, “Ela virou feira”.

3.8. REVISTA CARTA CAPITAL

A revista Carta Capital ao longo das 13 edições analisadas deu destaque a polarização Lula X Alckmin, contudo ofereceu grande visibilidade a candidata Heloísa Helena, porém de modo predominantemente negativo, enfatizado por questões ideológicas. As características de gênero não foram realçadas ao longo das matérias. A candidata foi vista como alguém que poderia levar as eleições a um segundo turno, mas o receio em relação a um comportamento supostamente moralista foi o tom que acompanhou as reportagens que abordavam seu nome.

A edição nº400 (05/07/2006) traz uma entrevista, realizada por Mino Carta, editor-chefe da revista, com Plínio Arruda Sampaio, candidato ao governo de São Paulo em 2006, pertencente ao mesmo partido de HH, o PSOL:

CC: Provavelmente, vocês vão usar as eleições para se apresentar ao eleitorado. Qual é a cara do PSOL? Vejamos o maior símbolo da legenda hoje, a senadora Heloísa Helena, candidata à Presidência da República. Ela está mais empenhada em fazer um discurso moralista do que se apresentar como alternativa à esquerda.

PAS: Tenho a impressão de que foi um discurso conjuntural. A situação era de tal modo grave, a crise tão grande, que não tinha sentido falar de outra coisa. A Heloísa Helena deu resposta à situação e demonstrou indignação. Na campanha, vamos mudar. Adotaremos um tom mais ideológico.

As alusões ao moralismo da candidata seguiu por mais três edições, sequencialmente: nº404, 409, 410. Na primeira destas reportagens, intitulada *A escalada de HH*, a revista traz indagações sobre o futuro do crescimento da candidata nas pesquisas de intenção de voto

Movida ou não por circunstâncias eleitorais, a senadora Heloísa Helena construiu a carreira política alicerçada em uma postura que em muito lembra os próceres da velha UDN. Apesar de historicamente ligada a movimentos sociais e atualmente representando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a trajetória da senadora contabiliza percalços e contradições que os adversários não cansam de lembrar. Defensora de posições feministas, a senadora firma que suas convicções cristãs a impedem de apoiar o aborto (...). A mesma concepção cristã a levou, em 1996, a processar Kátia Born por sua “vida sexual atípica”. Ambas disputavam a prefeitura de Maceió. Heloísa Helena pelo PT, Kátia Born, homossexual assumida, pelo PSB. Alguns anos depois, Heloísa pediu desculpas a Kátia e atribuiu a ação à pressão de advogados”.

(...) O equilíbrio entre o estilo-solo da senadora e a organização partidária definirão o futuro da legenda, resultado da união de ex-petistas expulsos ou descontentes com os rumos do governo Lula. Para Marcus Figueiredo, do Iuperj, o resultado da eleição pode transformar Heloísa Helena em um Brizola moderno. “O Brizola sempre manteve um controle caudilhesco sobre um grupo político. O partido era dele”, diz. Seria esse o futuro do PSOL?(edição nº 404, 02/08/2006).

Na edição nº 409 (06/09/2006), a revista traz uma reportagem especial, *Promessa é dívida*, que aborda o conteúdo dos programas de Lula, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena e Cristovam Buarque. A matéria se limita a descrever os programas, sem inferir opiniões ou interpretações. Na mesma edição é publicada matéria sobre a corrida eleitoral, intitulada *Agora, a classe média*, na qual se discute a origem dos votos para cada candidato. O destaque é dado para os líderes Lula e Alckmin e um pequeno espaço para os demais candidatos:

Não é possível especular, com segurança, sobre uma eventual condenação ética do governo. Como 93% da população tomou conhecimento da crise, na encarniçada disputa pelo poder entre tucanos e petistas. Nesse cenário, os outros quatro candidatos fazem o papel de figurantes. A senadora Heloísa Helena alavancada por um discurso de forte conteúdo moralista projetado em destacadas aparições no Jornal Nacional, da Rede Globo, parece ter esgotado sua possibilidade de crescimento. Tinha 11% na pesquisa anterior, caiu para 9%. Porcentualmente, a notícia mais animadora surgiu para o candidato Cristovam Buarque: o senador do PDT obteve 100% de crescimento. Efeito, sem dúvida, da propaganda eleitoral. Só isso significou sair de 1% para 2% na intenção de voto (...). Cristovam atua numa linha moderada de críticas ao governo, que, no início, serviu como ministro da Educação. Ele aposta no discurso da revolução pelo ensino.

É um caso oposto ao de Heloísa Helena. Expulsa pelo PT, ela gira a metralhadora contra o presidente. E não segura a língua. Serve, talvez,

involuntariamente, como linha auxiliar aos tucanos na denúncia genérica de corrupção no governo (edição nº 409,06/09/2006).

Na edição nº410 (13/09/2006), a coluna “Estilo” do jornalista Nirlando Beirão traça o perfil de HH, intitulada *Cangaço com cafuné*, assim como fez com os outros presidenciais, porém apenas no perfil de HH o colunista decidiu consultar uma especialista para discorrer sobre a candidata:

É possível que, lendo estas mal traçadas linhas, algum leitor ainda se lembre de que anda por aí, na condição de aguerrida candidata à Presidência, a senadora Heloísa Helena (PSOL-Alagoas). Sabe, a HH, da blusinha branca, do blue jeans e do vernáculo em chamas? Passado, porém, o fogo de palha, as pesquisas parecem estar relegando-a ao papel secundário destinado a uma esperneante Rosa Luxemburgo que os moralistas da direita, eles sim, adoram. (...) Intrigada com as oscilações políticas de quem é ora Madre Tereza, ora Condolezza Rice, esta coluna ouviu a cientista política Maria Victória Benevides, que conhece como ninguém alguns fantasmas velhíssimos que andam assombrando esta eleição presidencial de 2006.

Carta Capital: *Tem muita gente se candidatando a ser o Carlos Lacerda desta eleição. A Heloísa Helena tem futuro nisso?*

Maria Victória Benevides: É muita areia pro caminhãozinho dela. Mas acho que ela gostaria de ser- e talvez se ache- uma *tombeuse de président*. O Lacerda foi chamado assim pela imprensa francesa: o derrubador de presidente. E ele se orgulhava muito.

CC: *Mas e o moralismo?*

MVB: HH parece uma mistura de udenista ressentida, tipo Sandra Cavalcanti, outra beata (é importante lembrar que o ressentimento contra Getulio Vargas foi a razão de ser da UDN), com o histrionismo e o personalismo de Jânio Quadros, e, mais ainda, a tradição cangaceira de partir pra surra, se preciso.

CC: *O Jânio é?*

MVB: De Jânio, além de copiar o uniforme- do pijânio ao jeans/camiseta-, não me admiraria se a Heloísa Helena adotasse um símbolo

como a vassoura, ou uma lata de lixo...Já a camiseta branca, de comungante, remete ao lenço branco da fundação da UDN (nº410,13/09/2006).

A revista Carta Capital, no decorrer de suas matérias, não enfatizou características de gênero em relação a HH, mas a enquadrou predominantemente como a opositorista disposta a moralizar o governo. Esse episódio analisado mais amplamente pode sugerir uma relação com o fato de a revista se posicionar, na edição nº410 (13/09/2006) como favorável à reeleição de Lula, como expôs o editor-chefe, Mino Carta:

Há quatro anos Carta Capital fez sua opção e declarou explicitamente preferência pela candidatura Lula no confronto com José Serra. Agora volta a escolher o presidente no embate contra Geraldo Alckmin. Em 2002, não faltou quem condenasse nosso comportamento, por considerá-lo impróprio de um jornalismo isento e pluralista. Essas definições às vésperas de uma eleição são comuns, no entanto, nas melhores mídias do mundo (nº410,13/09/2006).

Como HH era claramente crítica ao governo Lula, a revista pode ter optado por enfatizar um enquadramento mais combativo em relação à candidata, além disso, a revista enfatizou a presidenciável como uma oposição conservadora e não progressista, como sugere o conteúdo do programa de governo de sua legenda.

3.9. ANÁLISE GERAL COMPARADA: REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA PRESENÇA FEMININA NA CORRIDA PRESIDENCIAL NAS RSI

Após levantarmos o quadro geral de visibilidade concedida aos candidatos durante o 1º turno das eleições presidenciais, nas RSI (*Veja*, *Época*, *ISTOÉ* e *Carta Capital*) e analisarmos o material relativo a cobertura da presidenciável Heloísa Helena, podemos tecer alguns comentários gerais e comparativos das publicações.

Primeiramente, em relação a visibilidade, pode-se notar que a candidata foi praticamente ignorada pela revista *Veja*, assim como os outros candidatos não-favoritos nas pesquisas de intenção de voto. O embate Lula X Alckmin foi predominante em suas páginas.

Na revista *Época* a candidata ganhou maior espaço devido a curiosidade sobre uma candidata que destoava do cenário do momento e que rapidamente angariava pontos nas pesquisas. As reportagens produzidas durante os três meses analisados conferiram a candidata um tom de “novidade”, de “descoberta” da candidata que tinha o poder de mudar a “cara” das eleições, porém sem considerá-la como uma opção com reais chances de vitória.

A *ISTOÉ* foi a única revista que optou por traçar os perfis e incluir uma reportagem com as propostas de todos os presidencialistas, inclusive dos que possuíam no máximo 1% de intenção de votos, como Cristovam Buarque, Luciano Bivar e Eymael. Dessa forma, foi a que teve uma pluralidade maior ao tornar visíveis todos os candidatos em questão.

A *Carta Capital* manteve o padrão das outras publicações de expor mais o duelo entre os líderes das pesquisas, Lula e Alckmin, mas também concedeu espaço para HH conforme esta subia na escala de preferências.

Na sequência, nos concentramos na leitura das matérias e colunas de modo a verificar os tipos de enquadramento relativos a candidatura de Heloísa Helena que ressaltassem estereótipos de gênero, como a exposição de enfoques sobre aparência física, emoções, relações afetivas e familiares. Partindo do princípio de que

Os estereótipos de gênero presentes no noticiário político constroem a ação política das mulheres, na medida em que confirmam e reforçam as especializações e assimetrias que fundamentam sua exclusão do campo político ou sua presença em posições de menor centralidade, ampliando os custos simbólicos de uma posição desviante (Miguel e Biroli, 2009, p. 70).

Como já foi exposto no primeiro capítulo, os veículos de comunicação são importantes geradores de capital político definindo quem é noticiável e tornando visíveis determinados atores políticos. Esta visibilidade seria “a ‘constatação’, pelo jornalismo, de distinções e competências definidas a partir de normas, valores e hierarquias que regem

outros campos, como o da política, e que os meios de comunicação absorvem” (Miguel e Biroli, 2009, p. 63).

A exposição predominante da emoção em detrimento da razão foi explorada por todas as revistas. Assim, a candidata foi descrita como uma pessoa rígida, forte, brava, “porém” também dócil. Isso pode ser exemplificado através de adjetivos e termos utilizados, como: “poço de afeto”, “carinha de criança”, “as lágrimas lhe vêm fácil”, “fofa”, “suave”, “chora com facilidade”, “agridoce”, “morde-e-assopra”, “meiga”, “doçura”.

As alusões a aparência física e cuidados pessoais também foram salientadas em passagens como: “fez uma tatuagem”, “come pouquíssimo”, “nunca bebe álcool”, “seu modelito camisa branca de babadinhos, jeans desbotado e sandália plataforma”, “cabeleira fica presa”, “seu corpo é de pouca carne”, “pernas bem-feitas”, “camiseta branca foi substituída por uma camisa branca de mangas compridas com babado na gola”, “HH da blusinha branca, do blue jeans”.

Abordagens em torno de relações familiares e afetivas também tiveram espaço: “separou-se duas vezes. Uma delas, afirma, porque o marido queria controlar a sua vida”, “fala, sempre, como mãe”, “mãe leoa”, “prometeu acolher todas as crianças e jovens de forma como acalenta seus filhos”, “me casei com a pátria”, “ela virou freira”.

Apesar do período de análise relativamente curto, que cobriu os meses de julho, agosto e setembro de 2006, pode-se inferir que as revistas reproduziram sim estereótipos marcados pela presença feminina durante a disputa eleitoral, reforçando representações relacionadas especificamente às mulheres. Tais representações podem tanto onerar as candidatas quanto ser mais um fator que lhes garantam visibilidade midiática (porém de modo estereotipado), como aponta Biroli (2009):

A visibilidade ligada ao corpo aparece como marca negativa porque identifica as mulheres como dissonantes em relação ao ideal de um debate livre de especificidades, particularidades e afetos, sem que promova a politização das questões relacionadas ao corpo e a esfera privada. A seletividade temática caminha, assim, junto com uma visibilidade também seletiva, em que as fronteiras entre as ideias e corpo, entre razão e afeto e, de maneira mais ampla, entre público e privado confirmam “pertencimentos” sociais diversos. O fato de que o corpo e aspectos da vida

privada (e familiar) das mulheres seja tematizado- enquanto outros aspectos da trajetória dos homens ganham relevância- está diretamente ligado às pressões, exigências e critérios de julgamento diferenciados impostos a homens e mulheres. Isso significa que ao mesmo tempo em que a visibilidade diferenciada pode ser considerada um ônus para as mulheres (porque confirma os papéis sociais convencionais e as relaciona a competências e atividades socialmente desvalorizadas, quando se trata da atuação na esfera pública), ela pode ser também um recurso para adquirir visibilidade, uma vez que essas distinções funcionam no cotidiano jornalístico e fazem parte das conexões entre agenda e voz (ibidem, p.11).

O ônus para as mulheres na política em serem retratadas publicamente por meio de estereótipos que sempre retomam o ambiente privado do lar, dos afetos e do corpo podem reforçar um tipo de imagem que as infantiliza de modo a não serem levadas a sério. A manutenção desse tipo de representação processada pela mídia insula as mulheres na esfera privada enquanto estas procuram desempenhar suas funções na esfera política, dominada durante séculos somente por homens. Mesmo levando em consideração os efeitos limitados da mídia em relação aos leitores, como já visto no primeiro capítulo, o tema não se torna menos relevante. Atualmente vem crescendo o número de observatórios críticos da mídia formados por organizações não-governamentais, universidades e centros de pesquisa, com o intuito de acompanhar o noticiário a fim de produzir reflexões sobre o fazer jornalístico e divulgar um mapeamento sobre visibilidades e enquadramentos de assuntos diversos.

Importante destacar que os questionamentos iniciais que guiaram este trabalho foram acerca dos estereótipos de gênero, se estes teriam relação e relevância sobre a visibilidade e enquadramentos midiáticos relacionados a uma candidata à presidência da República. Mas não basta apenas olharmos para esta variável, isolando-as de outras, como partido, ideologia e contexto político-econômico.

Um dos enfoques dados a HH que saltaram das páginas de todas as revistas foi a preocupação com seu programa de governo para o país, mais especificamente, sobre a política econômica a ser adotada, caso fosse eleita.

Apesar das denúncias de corrupção e escândalos políticos envolvendo propinas, subornos e “mesadas” serem fortemente destacados nas reportagens durante o período

analisado, a candidata do PSOL era descrita como autora de um discurso moralizante que pretendia livrar o país da “bandidagem”. Vista como uma alternativa para conduzir o embate Lula X Alckmin ao segundo turno, a candidata foi tratada com certo receio pela mídia. Esse tipo de tratamento durante as coberturas eleitorais por parte da imprensa não é novidade. Como demonstra Chaia (2004), o medo como estratégia política sempre esteve presente nas campanhas presidenciais no Brasil. Propostas que são desconhecidas, que se chocam o tipo de governo vigente geralmente causam desconfiança e são repudiadas. É necessário que o “novo” não seja ameaçante. Para ser bem aceita a novidade precisa ser “temperada” por condimentos tranquilizadores, os quais são: o condimento da mudança sem ruptura e o condimento da segurança (Carvalho, 2004, p.150).

Assim, vimos que algumas matérias e colunas tentaram “prever” e descrever hipoteticamente um cenário político desastroso e/ou folclórico no qual a vitória fosse de Heloísa Helena. Essa situação pode ser explicada, por um lado, pela forma em que o próprio partido e a candidata lidaram com o conteúdo do programa de governo. Por vezes propostas e discursos se contradisseram, gerando assim um ambiente para que proliferassem interpretações fantasiosas e superficiais sobre um futuro governo dominado pelos “socialistas”. E, por outro lado, a mídia, principalmente, as revistas semanais informativas, como foi visto no início deste capítulo, muitas vezes tomam para si a tarefa de não somente descrever, mas explicar aos leitores o que está “acontecendo” ativando determinados tipos de compreensão da realidade. Conforme bem argumenta Lattman-Weltman,

A mídia se vê, de certo modo, instada a proceder às sínteses e às simplificações ideológicas, muitas vezes em prol de concepções igualmente vagas e difusas de “elites dirigentes”, de estados ou disposições da “consciência nacional”, etc. Estas são entidades retóricas (talvez até mesmo “metafísicas”) que, longe de constituírem simples mistificações, podem perfeitamente ser pensadas como metáforas forçosamente precárias que procurariam nomear, dar corporeidade, às pressões indistintas, impessoais e, no entanto, imperativas de uma autêntica economia simbólica. Esta economia permite a mídia maior licenciosidade e falta de rigor conceitual no tratamento, forçosamente superficial e fragmentário, das “efemérides”, e, ao mesmo tempo, a induz à (re) produção das lógicas e conteúdos valorativos

que dão sentido ao aparente caos da pauta noticiária, ou seja, à re(produção) do enredo que ordena a própria hierarquia editorial do veículo (e que, por outro lado, constitui na prática, a sua estratégia de venda; seja no mercado de leitores, seja no de anunciantes de produtos e/ou discursos). (ibidem, pp.107-108, 1994).

Seria interessante que novos estudos sobre as intersecções entre mídia, política e gênero também levassem em conta outras variáveis (partidárias, regionais, étnicas, etc.) afim de mapear silenciamentos e tipos de enquadramentos encontrados nos veículos de comunicação de massa e encorajar a produção de informações que prezem pela pluralidade, ética e equilíbrio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material coletado, aliada à investigação bibliográfica, nos permite verificar a presença de estereótipos de gênero em torno da cobertura feita pelas revistas semanais informativas da disputa presidencial de 2006. Termos que remetem à aparência física, relações afetivas e expressões emocionais são frequentemente ressaltadas. Pode-se perceber que houve uma constante busca nas matérias em “revelar” o lado “doce”, “suave” da candidata, como se houvesse uma não-conformidade com o fato de ela poder exercer uma liderança mais rígida, ou seja, mais identificada com a razão, o masculino.

As relações afetivas também são destacadas, ao abordar, por exemplo, a maternidade. Aqui não queremos dizer que o fato de ser mãe implica um ônus na candidatura e sim que o fato de a candidata ser vinculada pelos meios de comunicação à maternidade como característica política é um tanto problemático, pois não desorganiza a representação das esferas pública e privada. Isto é, o local de ser mãe (privado) é transposto para a disputa política (público), mas os mesmo não ocorre com os candidatos homens. Geralmente, a vida privada dos candidatos é enfatizada pontualmente, principalmente em questões que envolvem alguma “descoberta” ou denúncia. Já para as mulheres, como apontam as pesquisas de Miguel e Biroli (2009) a exposição da vida privada é exposta como algo comum, corriqueiro. Esse tipo de internalização é prejudicial à forma como as mulheres são vistas dentro da política. É preciso que lancemos um olhar crítico em relação à essas representações que constroem o desenvolvimento do fazer político, pois confinam as mulheres em certos tipos de papéis que precisam ser “desorganizados”. Por exemplo, como se buscaria representar politicamente uma mulher que não seja mãe e heterossexual?

Cabe aqui também destacar que é necessário que estudemos a intersecção de gênero com outras variáveis, para mapearmos e identificarmos o modo como se processa a manutenção de estereótipos e como eles afetam o tipo de visibilidade das candidatas, como, por exemplo, a relação entre a exposição de candidatas de partidos de direita e de partidos de esquerda, oriundas de clãs e oriundas de militância.

Levamos em consideração o fato de que nos últimos anos o tipo de abordagem que a mídia realiza durante as coberturas eleitorais é bastante personalista, ou seja, o enfoque recai de um modo geral mais sobre a personalidade dos candidatos do que sobre o conteúdo de seus programas e partidos, contudo, é importante que se verifique o modo como se

processam essas abordagens, de modo não-universalista, que investigue as diferenças entre a exposição de atores e atrizes políticos, pois, como vimos ao longo deste trabalho, a construção de novos conhecimentos implica no desenvolvimento crítico de questões contemporâneas.

5. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, C.B. *Imprensa e eleições 1989: razão e sedução na opinião das elites*. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA/USP, 1993.

ALDÉ, A. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. In: RUBIM, A.A.C. (org.). *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hackers Editores, 2004.

ALGRANTI, L. M (org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: Unicamp-textos didáticos, 2002.

ÁLVARES, M.L.M. Mulheres na competição eleitoral: seleção de candidaturas e padrão de carreira política no Brasil. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

ARAÚJO, C. Partidos Políticos e gênero: mediações na rota de ingresso das mulheres na representação política. In: *Revista de Sociologia e Política*, n.24. Curitiba, 2005.

ASSIS, M. P. F; CYPRIANO, B. H. F; REZENDE, D. L. Os obstáculos à participação das mulheres na política brasileira: muito além da abordagem liberal. In: *II Seminário internacional: enfoques feministas e o século XXI*, Belo Horizonte, 2008.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad- Adenauer-Unesp, 2001.

AZEVEDO, F. A. Imprensa, Partido dos Trabalhadores e eleições presidenciais (1989-2006). In: *COMPÓS*. São Paulo, 2008.

_____. Agendamento da Política. In: RUBIM, A. A. C. (org.). *Comunicação Política: abordagens e modelos*. São Paulo, 2004.

_____. Imprensa e Política: a cobertura eleitoral dos jornais paulistas no pleito de 2000. In: *3º Encontro Nacional da ABCP*. Niterói, 2002.

_____; RUBIM, A. A. C. “Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa”. In: *Lua Nova*, nº 43, 1998.

AZEVEDO, R. G. Sistema penal e violência de gênero: análise sociojurídica da Lei 11.340/06. In: *Sociedade e estado*, Brasília, v. 23, n. 1, abr. 2008 .

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70, 2008.

BARREIRA, I. A. F. *Entre mulheres: jogos de identificações e diferenças entre campanhas eleitorais*. Relatório de pesquisa, 1998. Disponível em: www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/firmo.rtf. Acessado: 10/12/2008.

BIROLI, F. Perspectivas sociais, corpo e diferença: apontamento para a análise das relações entre mídia, gênero e pluralidade social. In: *III Compolítica*. São Paulo, 2009.

_____. Gênero, política e estereótipos no noticiário das revistas semanais brasileiras. In: *Fazendo Gênero 8*. Florianópolis, 2008.

BIROLI, F; COUTINHO, J. Gênero, representação e visibilidade midiática: uma análise da presença de senadores e senadoras na mídia nos anos 2003-2005. In: *Fazendo gênero 7*, Florianópolis, 2006.

BLAY, E. *As Prefeitas, a Participação Política da Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

BOHN, S.R. Mulher Presidente do Brasil? Gênero e política na perspectiva do eleitor brasileiro. In: *Opinião Pública*, vol 14, n.2. Campinas, 2008.

BONACCHI, G; GROPPI, A (orgs.). *O dilema da cidadania*. São Paulo: UNESP, 1994.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Difel/ Bertrand Brasil. Lisboa/ Rio de Janeiro, 2001.

BRITO, M. N. C. Gênero e Cidadania. In: *Revista Estudos Feministas*, vol.9, n.1, Florianópolis, 2001.

_____. Mulheres na política: como e porque. In: *Horizontes Antropológicos* v.1, n.1, Belo Horizonte, 1995.

CAMPOS, L.A; MIGUEL, L. F. O oito de março no Congresso: representações do discurso feminino a representação parlamentar. In: *Cadernos Pagu* n.31, Campinas, 2008.

CARNEIRO, J.A.D; LATTMAN-WELTMAN, F; RAMOS, P.A (orgs.). *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da ascensão e queda do fenômeno Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

CARVALHO, J.E.C; FINAMORE, C.M. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. In: *Revista Estudos Feministas*. v.14, n.2. Florianópolis, 2006.

COLLING, L. O “estudo da arte” dos estudos sobre mídia e eleições presidenciais de 1989 a 2002. In: VI *COMPÓS*. Curitiba, 2007.

_____. Agenda setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. In: *Famecos*, n.14. Porto Alegre, 2001.

COMPARATO, B. K. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão popular, 2003.

CONTIODORISIO, G. Verbete feminismo. In: BOBBIO, N; MATEUCCI, N; GIANFRANCO, P.(orgs). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 1998.

COSTA, A.A A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: *Labrys*, v.7, Brasília, 2005.

DEBERT, G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, São Paulo ,2008 .

DÓRIA, P. *A candidata que virou picolé*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

DUARTE, R. F. D. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. In *Revista Estudos Feministas*, v.14, n.1. Florianópolis, 2006.

FALUDI, S. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEITOSA, F. MIGUEL, L. F. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. In: *DADOS* v.32 n.1. Rio de Janeiro, 2009.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. In: *Revista Estudos Feministas*, v.15, n.2. Florianópolis, 2007a.

_____. Reconhecimento sem ética? In: *Teoria crítica no século XXI*. SOUZA, J; MATTOS, P. (orgs). São Paulo: Anna Blume, 2007b.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. In: *Revista Estudos Feministas*, v.16 n.2. Florianópolis, 2008.

FERNANDES, S. R. A. Diferentes olhares, diferentes pertencas : Teologia da libertação e MRCC. In: *Revista Estudos da religião*. n.3, São Paulo, 2001.

FERREIRA, M. M. Representação feminina e construção da democracia no Brasil. In: *VIII Congresso Luso-afro brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004.

FERREIRA, N. M. Paz e amor na era de Aquário: a contracultura nos Estados Unidos. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v.33, ano18, 2005.

FERREIRA, V. C. Entre emancipadas e quimeras- imagens do feminismo no Brasil. In: *Cadernos AEL*, v.2/3, n.3/4. Campinas, 2005-2006.

FILHO, J.F. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. In: *FAMECOS*. n. 28, Porto alegre, 2005.

FRIEDAN, B. *A Segunda etapa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

GONÇALVES, E. Vidas no singular: noções sobre mulheres “sós” no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

GONÇALVES, L.A.O; SILVA, P. B. G. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GOHN, M. G. Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. In: *Sociedade & Política*, v.6 n.11. Florianópolis, 2007.

HENRIQUE, C. Revistas semanais: a notícia em sete dias. In: CALDAS, A. (org.) *Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

HONNETH, A. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: *Teoria crítica no século XXI*. MATTOS, P; SOUZA, J. (orgs). São Paulo: AnnaBlume, 2007.

KECK, M. E. *PT: a lógica da diferença*. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LAGO, C; BENETTI, M. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e Poliarquia: Denuncismo, Oligarquia, ou, Como tornar a mídia (também) *accountable*: In: *XI COMPÓS*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. A imprensa e o poder no Brasil. In: *A imprensa faz e desfaz um Presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. LATTMAN-WELTMAN, F. et. al. (orgs). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LIMA, V.A. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LOPES, M.I.V. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.

MANCINI, P; SWANSON, D.L. *Politics, Media and Modern Democracy: an International Study of Innovations in Electoral Campaigning and their Consequences*. Westport, London: Praeger, 1996.

MANIN, B. As metamorfoses do Governo representativo. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. In: ANPOCS, nº29, São Paulo, 1995.

MARQUES, R.M; MENDES, A. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. In: *São Paulo Perspectiva*, vol.18 n. 3, 2004.

MARIANO, S.A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. In: *Revista Estudos Feministas*, v.13, n.3, Florianópolis, 2005.

MATOS, M ; Cypriano., B. ; Brito, M ; COSTA, A. A. A. . Construindo um novo contrato: o feminismo e a democracia partidária no contexto da reforma política de 2007. In: *II Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina*, Belo Horizonte, 2008.

MATTOS, P. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. In: *Lua Nova*, n.63, 2004.

MIGUEL, L.F. O possível, aquém do necessário: transformando a ação política da mídia no Brasil. In: LIMA, V. (org). *A mídia nas eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. A descoberta da política: a campanha de 2002 na Rede Globo. In: Rubim, A.A.C.(org.). *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hackers Editores, 2004.

_____. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis nas eleições para o congresso brasileiro. In: *Revista de Sociologia e Política*, n.20, 2003.

_____. Representação Política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: *RBCS*, v.18, n. 51.2003.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. In: *Lua Nova*, São Paulo, 2002.

_____. Política de interesses, política de desvelo: representação e “singularidade feminina”. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol.9, n.1, 2001.

_____. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.15, n.44, 2000.

MIGUEL, L.F; BIROLI, F. Mídia e representação feminina: hipóteses de pesquisa. In: *Opinião Pública*. Vol. 15 n.1, 2009.

MOYA, T. *Ação Afirmativa e Raça no Brasil: uma análise de enquadramento midiático no debate político contemporâneo sobre a redefinição simbólica da nação*. Dissertação de mestrado. São Carlos, UFSCar, 2009.

MUNDIM, P. S. Para Uma Problematização do Voto nos Estudos Sobre Mídia e Eleições no Brasil: Esboço de um Modelo Analítico. In: *Intercom Sudeste 2007: Mercado e Comunicação na Sociedade Digital*. Juiz de Fora, 2007.

NOVELLI, A.L.C.R. *Imagens Cruzadas: a opinião pública e o Congresso Nacional*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1999.

OHIRA, A. M. *Gênero e campanha eleitoral nas eleições proporcionais do Distrito Federal*. Relatório de Pesquisa. Brasília, UNB, 2006.

OLIVEIRA, E. M. O feminismo desconstruindo e re-construindo o conhecimento. In: *Revista Estudos Feministas*, v.1 n.16. Florianópolis, 2008.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 2, n.16. Florianópolis, 2008.

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PATTERSON, T.E. Serão os media noticiosos actores políticos eficazes? In: *Revista de Comunicação e Linguagem*, n.27, 2002.

PEDRO, J.M. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: *Revista Brasileira de História*, v.26, n.52. São Paulo, 2006.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: *Cadernos Pagu*, n.4, 1995.

_____. *Mulheres Públicas*. São Paulo:UNESP, 1998.

PESSOA, S. *Dissertação não é bicho-papão: desmitificando monografias, teses e artigos acadêmicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

PHILLIPS, A. De uma política de idéias a uma política de presença? In: *Revista Estudos Feministas* vol.9, n.1, Florianópolis, 2001.

PINTO, C. R. J. *Uma História do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. In: *Lua Nova*, n.74. São Paulo, 2008.

PONTE, C. *Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

PORTO, M. P. Enquadramentos de Mídia e Política. In: Antonio Albino Rubim (Org.). *Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens*. Salvador: EdUFBA, 2004.

QUEIROZ, C.M; MILGUEL, L. F. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*, n.14, v.2. Florianópolis, 2006.

RAGO, M. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. In: *São Paulo Perspectiva*, v.14.n.3. São Paulo, 2001.

_____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. In: *Labrys* n.3, Brasília, 2003.

RIBEIRO, P.J. F. *Um partido em mutação: a transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989-2002)*. Dissertação de Mestrado. São Carlos, 2004.

ROTHBERG, D. Enquadramento e metodologia crítica da mídia. In: *V SBPJor*. Sergipe, 2007.

RUBIM, A.A.C. Novas configurações das eleições na Idade Mídia. In: *Opinião Pública*. v. 7.n.2, Campinas, 2001.

_____ ; COLLING, L. Mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura. In: *Comunicação e Política*, v. 22, n. 3, Rio de Janeiro, 2004a.

_____ (org.). Visibilidades e estratégias nas eleições de 2002: política, mídia e cultura. In: *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política*. São Paulo: Hackers Editores, 2004b.

_____. *Ética da política e ética na política* nas eleições de 2006. In: LIMA, V.(org) *A mídia e as eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Y.G. A implementação dos órgãos governamentais de gênero do Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. In: *Cadernos Pagu*, n.27. Campinas, 2006.

SANTOS, R.L.O. *A participação da mulher no Congresso Nacional Constituinte de 1987 a 1988*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP. 2004.

SARTI, C.A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Revista estudos feministas*, v.12. n.2. Florianópolis, 2004.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? .In: *Revista Estudos Feministas* v.16, n.1. Florianópolis, 2008.

SCHPUN, M.R (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995.

_____. O enigma da igualdade. In: *Revista Estudos Feministas*. V.13 n.1. Florianópolis, 2005.

SOARES, M. C. A Veja e a construção do CR-P nas eleições presidenciais de 1998. In: *VIII COMPÓS*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SOUZA, J; MATTOS, P. (orgs.) *Teoria Crítica no século XXI*. São Paulo. Anna Blume, 2007.

STEINBERGER, M. B. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: Cortez, FAPESP, EDUC, 2005.

SWAIN, T.N. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. In: *São Paulo Perspectiva*, v.15, n.3, São Paulo, 2001.

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VINCENT, A. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

VITA, A. Liberalismo igualitário e multiculturalismo. In: *Lua Nova* n.55-56. 2002.

ZANETTI, D. O *framing* e o processo de construção da notícia. In: *Revista PJ:Br*, ano V n.10. São Paulo, 2008.

YOUNG, I. M. Representação, política, identidade e minorias. In: *Lua Nova*, n.67, 2006.

Sites consultados

Boletim Mulher e democracia, ano 3, n.7. 2008. Disponível em: www.maismulheresnoper.com.br Acessado em: 18/12/2009.

Entrevista de Heloisa Helena concedida a Sindipetro-RJ. Disponível em: http://www.mtl.org.br/nacional/index.php?option=com_content&view=article&catid=1:nacional&id=123:entrevista-de-helo-helena-ao-sindipetro-rj Acessado em: 14/07/2009.

Senado Federal- www.senado.gov.br

Edições analisadas- chamada de capa, nº de edição e data.

REVISTA VEJA:

1-Pele: estava tudo errado. A ciência descobre que, em vez de quatro, são 16 os tipos de pele. Edição 1963, ano 39, nº 26. 5/07/2006

2-O pastor é show. Com uso da psicologia e auto-ajuda uma nova geração de pregadores dá espetáculo e reinventa a fé que mais cresce no Brasil. Edição 1964, ano 39, nº27. 12/07/2006

3-PCC: como funciona e como fazer para acabar com o terror. Edição 1965, ano 39, nº28. 19/07/2006

4-Máfia dos sanguessugas: a lista da vergonha. Os nomes e fotos dos 112 parlamentares acusados pelo chefe da máfia. Os 60 prefeitos da lista da propina. A história completa de

como o ex-ministro da Saúde Humberto Costa ajudou a liberar dinheiro para mafiosos. Edição 1966, ano 39, nº29. 26/07/2006

5-Existe guerra justa? Sim, mas não esta: o Hezzbollah usa civis como escudo. A reação de Israel é proporcional. O Oriente Médio pode ficar pior. 02/08/2006

6-China: uma equipe de Veja foi ver como os chineses estão construindo seu império global. Edição 1967, ano 39, nº30. 09/08/2006

7-Ela pode decidir a eleição. Nordestina, 27 anos, 450 reais por mês, Gilmara Cerqueira retrata o eleitor que será o fiel da balança em outubro. Edição 1968, ano 39, nº31. 16/08/2006

8-PB: o Partido do Botox. Botox não tem ideologia nem programa. O cosmético é preferido dos políticos que querem parecer mais jovens na campanha eleitoral. Veja confirma que até Lula aderiu. Edição 1969, ano 39, nº32. 23/08/2006

9-Açúcar: Novas razões para ter medo dele. Os médicos agora sabem calcular com precisão a carga glicêmica dos alimentos e neutralizar os efeitos do “açúcar invisível” na dieta. Edição 1970, ano 39, nº33. 30/08/2006

10-O fim da privacidade: e outras 49 mudanças que os atentados provocaram. Edição 1971, ano 39, nº34. 06/09/2006

11-*You Tube*: a revolução da TV pelo computador. Só de um site são baixados 100 milhões de vídeos por dia. Edição 1972, ano 39, nº35. 13/09/2006

12-Paixão fatal: a morte do coronel do massacre do Carandiru. Uma história de medo, ciúme e traição. Edição 1973, ano 39, nº36. 20/09/2006

13-(Essa edição de Veja não apresentou nenhuma chamada na capa, apenas mostrou uma ilustração do presidente Lula vendado pela faixa presidencial). Edição 1974, ano 39, nº36. 27/09/2006

REVISTA ÉPOCA:

1-O Novo Espiritismo. A face moderna da doutrina fundada por Allen Kardec- que se expande entre a classe média e se irradia para o mundo a partir do Brasil. Edição nº 424.03/07/2006

- 2- Ioga & medicina. Novas pesquisas mostram como a ioga pode ajudar no tratamento de doenças como depressão, diabetes, pressão alta, asma e artrite. Edição nº 425. 10/07/2006
- 3- O coração reexaminado. A ciência investiga os velhos vilões dos problemas cardíacos do colesterol à obesidade e chega a novas conclusões. Edição nº 426. 17/07/2006
- 4- O Novíssimo manual de etiqueta. Os bons- e os maus- modos da vida moderna urbana. Edição nº 427. 24/07/2006
- 5- Blogs: como eles estão mudando a vida de todos nós. O impacto crescente dos diários da internet na política, nos negócios, na carreira e nos relacionamentos pessoais. Mais: a lista dos blogueiros mais quentes do Brasil e do mundo. Edição nº 428.31/07/2006
- 6- O senhor do Universo: o cientista pop Marcelo Gleiser desvenda para você os 15 maiores mistérios da Ciência. Edição nº 429. 07/08/2006
- 7- Qual é a dela? Por dentro do mundo e da mente de Heloísa Helena. Edição nº 430. 14/08/2006
- 8- As 100 melhores empresas para trabalhar: o guia essencial para a carreira. Edição nº 431. 21/08/2006
- 9- Por que elas querem ser tão magras? Uma investigação sobre a mente feminina e os modernos- e tirânicos- padrões de beleza. Edição nº 432. 28/08/2006
- 10- O que ele fez. Na campanha de 2002, as promessas passaram de 700. ÉPOCA investigou o resultado de cada uma delas. Edição nº 433.04/09/2006
- 11- O maior brasileiro da História. Um grupo de pensadores montado por nós reavaliou os grandes vultos do passado do Brasil. Ruy Barbosa foi eleito. Edição nº 434. 11/09/2006
- 12- Normal é ser diferente: os desafios da inclusão das crianças com síndrome de Down. Edição nº 435. 18/09/2006
- 13- Ninguém contou para ele? Edição nº 436. 25/09/2006

REVISTA CARTA CAPITAL:

- 1- Alckmin reage. O candidato do PSDB salta de 23% para 32% nas intenções de voto, mostra uma pesquisa do Vox Populi. Mas Lula ainda ganharia no primeiro turno, com 45%. Edição nº 400. 05/07/2006

- 2- Política e tevê: tudo a ver. Em ano eleitoral, o governo escolhe o padrão digital que agrada às grandes emissoras e adia a punição a rádios e televisões controladas por parlamentares. A história repete-se há 50 anos. Edição nº401. 12/07/2006
- 3- Chance de segundo turno? Lula cai, Alckmin fica na mesma. E o crescimento de Heloísa Helena redefine o cenário eleitoral. Edição nº 402. 19/07/2006
- 4- Exclusivo: o acordo secreto entre militares e tráfico. Gravações eletrônicas autorizadas pela Justiça revelam fatos e os personagens da negociação para recuperar as armas do Exército roubadas no Rio de Janeiro em março. Edição nº 403. 26/07/2006
- 5- Quem é Heloísa Helena? Um partido socialista, uma formação cristã, um discurso moralista...Até onde a combinação desses fatores pode levar a candidata do PSOL? Edição nº 404. 02/08/2006
- 6- O outono do comandante. A duas semanas dos 80 anos, Fidel sofre uma cirurgia e se afasta temporariamente. Uma história de 47 anos de poder em Cuba. Edição nº 405. 09/08/2006
- 7- Lula, pai dos pobres. Alckmin cai 8 pontos e o presidente conquista apoio maciço entre os desfavorecidos. Marcos Coimbra: os programas do horário eleitoral pouco influenciam o voto. Edição nº 406. 16/08/2006
- 8- A barbárie avança. As novas ações do PCC transformam o secretário Saulo de Castro em um incômodo para Alckmin. No fundo, o Exército torce para ficar de fora. Beluzzo: O mercado supera a política dentro e fora da cadeia. Maierovitch: a única ideologia das massas é a “lei de Gerson”. Mino Carta: o PCC é representativo da nossa Idade Média. Edição nº 407.23/08/2006
- 9- Quinze sites que mudaram o mundo. No momento em que a revolução da World Wide Web faz 15 anos, e o número de páginas da internet passa de 40 bilhões, conheça a saga daqueles que expandiram os limites e fizeram história. Edição nº 408. 30/08/2006
- 10- Lula chega à classe média. O presidente alcança 50% das intenções de voto e cresce entre os eleitores que ganham mais de 5 salários mínimos. Edição nº 409. 06/09/2006
- 11- Amnésia Eleitoral. Pesquisa Vox Populi constata: 65% dos eleitores não lembram em quem votaram para deputado federal em 2002. O esquecimento atinge de forma igual todas as classes sociais. Edição nº 410. 13/09/2006

12- Borhaussen, “essa raça” vai acabar? Apesar dos rancores do presidente do PFL, estudos e projeções indicam que a bancada do PT na Câmara dos Deputados pode até aumentar. Edição nº 411. 20/09/2006

13- O lado escuro do PT. A compra de um dossiê contra Serra expõe a banda podre do partido. Ao agir na penumbra, em associação com a máfia dos sanguessugas o grupo arrasta o presidente mais uma vez para o centro de uma crise. Edição nº 412. 27/09/2006

REVISTA ISTOÉ:

1- Crime sem castigo: o pistoleiro Garibaldi Amorim conta em detalhes como o fiscal Sílvio Viana foi morto a mando do político alagoano João Lyra, favorito nas pesquisas para governador de Alagoas. Edição nº 1915. 05/07/2006

2- Irmãos: o primeiro rival, o primeiro amigo, o primeiro competidor. Estudos recentes mostram que não são os pais, nem os amigos, nem os educadores quem mais determina o caráter e a personalidade de cada um. O principal papel cabe ao irmão. Edição nº 1916. 12/07/2006

3- Como agia o lobista Bertholdo. Denúncia do Ministério Público mostra como ex-conselheiro de Itaipu Roberto Bertholdo fez tráfico de influência dentro do Judiciário, comprando e vendendo sentenças de juízes. Edição nº 1917. 19/07/2006

4- Falando com o além: a ciência e os médiuns aprimoram seus métodos para se comunicar com os mortos e trazem confortos e respostas para as inquietações de milhões de pessoas. Edição nº 1918. 26/07/2006

5- R\$ 254 milhões sob suspeita. Antes de esgotar os recursos jurídicos, Telebrás faz acordo que deixa milionário amigo do ministro Hélio Costa, das Comunicações. Edição nº 1919. 02/08/2006

6- A vitória da acupuntura. A terapia das agulhas chega aos melhores hospitais do país, ganha novos e sofisticados recursos e amplia seu leque de tratamento para várias doenças: câncer, asma, distúrbios do sono, dores, ansiedade e até contra rugas. Edição nº 1920. 09/08/2006

7- As doenças da vaidade. Você se olha no espelho e se vê mais gorda do que é, tenta se livrar do que acabou de comer e malha até além dos limites do organismo. Cuidado! O seu

caso pode estar entre alguns dos mais graves males da mente e do corpo. Edição nº 1921.16/08/2006

8-Por que eles querem a cadeira de presidente. As propostas, os estilos e as estratégias dos presidenciáveis para comandar o país. Os planos para educação, saúde, infra-estrutura e segurança. Edição nº 1922. 23/08/2006

9-O corpo da mulher está mudando. Hoje ela sofre mais de males como infarto, derrame e Aids. Descobertas da ciência estão revolucionando o tratamento de sua saúde para ajudá-la a enfrentar um novo papel na sociedade. 30/08/2006

10-A explosão do lulismo. Como e por que a campanha eleitoral seguiu a linha da personificação política e converteu o presidente Lula em candidato quase imbatível. Edição nº 1923.06/09/2006

11-Por dentro da PF. Um mergulho na máquina de operações da Polícia Federal brasileira. Como funciona o cérebro da repressão ao crime que tem feito ações bem sucedidas por todo o país. Edição nº 1924. 13/09/2006

12-Exclusivo: os Vedoin acusam Serra. “Quando Serra foi Ministro foi o melhor período para nós”. Os donos da Planam, Darci Vedoin e seu filho Luiz Antonio, que pilotaram a máfia das ambulâncias, denunciam o envolvimento do ex-Ministro da Saúde José Serra. Edição nº 1925. 20/09/2006

13-O misterioso Abel. Quem é e como age Abel Pereira, o empresário apontado como operador tucano na máfia das ambulâncias. Ele atuou na gestão de Barjas Negri, o braço direito de José Serra no Ministério da Saúde. Edição nº 1926. 27/09/2006